



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE QUALITATIVA DE UM PROJETO COM UMA FAMÍLIA DE
AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA PIRITUBA II**

CAROLINA DELGADO DE CARVALHO

Araras

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE QUALITATIVA DE UM PROJETO REALIZADO COM UMA
FAMÍLIA DE AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA
PIRITUBA II**

CAROLINA DELGADO DE CARVALHO

ORIENTADOR: PROF. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
**MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C331aq

Carvalho, Carolina Delgado de.

Análise qualitativa de um projeto com uma família de agricultores no assentamento rural Fazenda Pirituba II / Carolina Delgado de Carvalho. -- São Carlos : UFSCar, 2008.

115 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Agroecologia. 2. Economia solidária. 3. Análise de projetos. 4. Pesquisa qualitativa. 5. Transição agroecológica. I. Título.

CDD: 630 (20^a)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE

CAROLINA DELGADO DE CARVALHO

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM: 04 de julho de 2008

BANCA EXAMINADORA:



JOSE MARIA GUSMAN FERRAZ

ORIENTADOR

EMBRAPA MEIO AMBIENTE



JOÃO CARLOS CANUTO

EMBRAPA MEIO AMBIENTE



MANOEL BALTASAR BAPTISTA DA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Dedicatória

A todos os membros da família com a qual realizei este trabalho.

Agradeço pelos momentos vividos, pela aprendizagem e pela confiança em mim depositada.

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. O essencial é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática.

Paulo Freire - Pedagogia da Esperança

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, José Maria Gusman Ferraz pelo acompanhamento nessa caminhada, pelo apoio nas horas mais difíceis;

Aos colegas que trabalharam comigo na INCOOP/UFSCar durante o desenvolvimento desse projeto, pelas reflexões coletivas e pelos bons momentos que passamos juntos: Kelci, Carol, Felipe, Graziela, Vanessa, Miguel e Sara;

Aos colegas da ONG Giramundo Mutuando, que também colaboraram em algumas fases dessa pesquisa e contribuíram com minhas reflexões;

Aos meus pais por todo o apoio durante minha caminhada de estudos. Em especial à minha mãe pela revisão de português da dissertação;

A minha Tia Dalva, bióloga e pós-doutoranda, na qual me espelho nessa caminhada, pela revisão da dissertação;

Aos professores da INCOOP/UFSCar por me permitirem realizar minha pesquisa de mestrado juntamente com as atividades da incubadora;

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, pelos ensinamentos e aprendizagens durante o ano de 2006.

ÍNDICE

	Pag.
ÍNDICE DE FIGURAS	i
ÍNDICE DE QUADROS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
1 INTRODUÇÃO	01
1.1 Trajetória da pesquisadora.....	02
1.2 O projeto de pesquisa.....	03
2 REVISÃO DA LITERATURA	05
2.1 A Agroecologia.....	05
2.2 O desenvolvimento rural sustentável no contexto da Agroecologia.....	11
2.3 A extensão rural agroecológica.....	16
2.4 A Agroecologia no contexto da Reforma Agrária.....	21
2.4.1 A necessidade da Reforma Agrária no Brasil.....	21
2.4.2 O caso do Assentamento Rural Fazenda Pirituba II.....	24
2.5 Transição agroecológica.....	32
2.6 Economia Solidária.....	34
3 MATERIAL E MÉTODOS	39
4 RESULTADOS.....	46
4.1 O projeto da INCOOP/UFSCar.....	46
4.2 A família.....	53
4.3 História de vida da família.....	58
4.3.1 Narradora 1.....	59
4.3.2 Narradora 2.....	68
4.4 A análise do projeto realizada pela família.....	81
4.4.1 Potencialidades.....	81

4.4.2 Fragilidades.....	82
4.4.3 Dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento do projeto.....	83
4.4.4 Avanços e conquistas.....	84
4.4.5 Motivações e interesses.....	86
 5 DISCUSSÃO.....	 87
5.1 Análise do projeto.....	87
5.2 Análise da transição agroecológica.....	94
5.3 Pontos importantes a serem considerados em projetos futuros.....	105
 6 CONCLUSÕES.....	 109
 7 LITERATURA CITADA.....	 111

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1. Localização da cidade de Itapeva no Estado de São Paulo.....	24
Figura 2. Organograma da família com a qual foi realizado esse estudo de caso.....	53
Figura 3. Mapa elaborado pelo Filho 2 e o esposo da Filha em 17/01/2007 e que mostra a organização do lote de produção da família.....	54
Figura 4. Construção da composteira no lote de produção da família durante o XII Estágio de Vivência em janeiro de 2006.....	99
Figura 5. Espiral de ervas construído no quintal da casa da Narradora 2, juntamente com a equipe de intervenção da INCOOP/UFSCar, em julho de 2006.....	99
Figura 6. Início da construção de um viveiro de mudas no lote de produção da família em julho de 2006.....	100
Figura 7. Confecção de mudas de hortaliças no espaço da granja de porcos desativada em uma das tentativas de implantação da horta coletiva em julho de 2006.....	100
Figura 8. Implantação de uma horta na estrutura desativada da granja de suínos localizada no lote de produção da família em julho de 2006.....	101
Figura 9. Confecção de biofertilizante pelo grupo familiar, em parceria com a ONG Instituto Giramundo Mutuando para utilização na horta e na plantação de milho em agosto de 2006.....	101
Figura 10. Implantação da roda d'água para irrigação da horta coletiva e abastecimento das residências no lote de produção em julho de 2006.....	102
Figura 11. Calendário de plantio das espécies que estariam presentes na horta coletiva, elaborado pelo grupo, em parceria com a equipe da INCOOP/UFSCar, elaborado em agosto de 2006....	103
Figura 12. Salada feita com os produtos colhidos na horta da Narradora	

2, colhidos em janeiro de 2007.....	103
Figura 13. Em A, B, C, D, E e F podemos observar diferentes locais do lote individual da Narradora 2, que apresentam grande quantidade de espécies cultivadas para comercialização e consumo da família, em dezembro de 2006.....	104

ÍNDICE DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1. Localização, número de lotes, data do assentamento das primeiras famílias e área total das seis áreas do Assentamento Rural Fazenda Pirituba II, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, São Paulo, Brasil.....	26
Quadro 2. Histórico das atividades desenvolvidas pela INCOOP/UFSCAR com o grupo familiar.....	51
Quadro 3. Diversidade de animais e vegetais presentes no lote de produção da família em janeiro de 2007.....	56
Quadro 4. Grandes períodos da intervenção e estratégias utilizadas pelas diferentes equipes da INCOOP/UFSCar.....	88

ANÁLISE QUALITATIVA DE UM PROJETO REALIZADO COM UMA FAMÍLIA DE AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA PIRITUBA II

Autor: CAROLINA DELGADO DE CARVALHO

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

RESUMO

A ciência da Agroecologia surge nos anos 70 do século XX como uma crítica ao paradigma que sustenta a agricultura convencional, que ignora os sujeitos sociais vinculados ao manejo dos recursos naturais e traz consequências sociais e ambientais gravíssimas. Ela propõe alternativas à divisão disciplinar da ciência positivista incorporando as perspectivas social e ecológica à análise dos sistemas agrícolas. Ela tem uma natureza pluri-epistemológica, utilizando-se de técnicas participativas, nas quais a metodologia utilizada tem uma perspectiva de pesquisa dialética. Tal perspectiva rompe com a estrutura de poder sujeito-objeto da metodologia científica convencional na qual o pesquisador é o sujeito que sabe e o pesquisado é o objeto a ser analisado. Este trabalho busca romper com essa relação de poder e dar voz a uma família de agricultores que participou do projeto desenvolvido pela Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP/UFSCar) no Assentamento Rural Fazenda Pirituba II. Com o objetivo de analisar o processo de transição agroecológica pelo qual passa essa família e no qual esteve inserido este projeto, utilizou-se a pesquisa qualitativa e suas técnicas de observação participante, estudo de caso e história oral de vida. A desarticulação entre as instituições, a não compreensão do contexto sócio-histórico local, a perda de visão do todo e a descontinuidade do projeto mostraram ser fatores determinantes para o insucesso do mesmo. Conclui-se que, financiamentos mais longos a projetos que articulem ações de organizações governamentais, não-governamentais e agricultores, vinculados a uma política pública eficiente de Extensão Rural Agroecológica podem contribuir para a geração de processos sustentáveis e autônomos nas comunidades.

Palavras-chave: Agroecologia, Economia Solidária, transição agroecológica, análise de projetos

QUALITATIVE ANALYSIS OF A PROJECT DEVELOPED WITH A FAMILY OF AGRICULTURISTS IN FAZENDA PIRITUBA II RURAL SETTLEMENT

Author: CAROLINA DELGADO DE CARVALHO

Adviser: Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

ABSTRACT

Agroecology emerges as a science in the 70's of the 20th century. It criticizes conventional agriculture based on a paradigm that passes over social individual connected to natural resources management what brings up serious social and environmental consequences. It proposes an alternative to the subject division of positivist science and incorporates social and ecological view in the agricultural systems analysis. It has a pluri-epistemological nature and makes use of participative methodology with a perspective of dialectics research, breaking up with subject-object power structure of conventional science that says investigator is who knows and the individuals are objects to be analysed. This work tries to break up with this power relationship and to give voice to a family of agriculturists participating in a project developed by Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP/UFSCar) in the Fazenda Pirituba II Rural Settlement. Its purpose is to analyse the agroecological transition this family is passing through and that this project is part of. For it qualitative research methods were used like participant observation, case study and oral life history. Institution disconnection, non-comprehension of the social-historical context, loss of global view and leaving off project seemed to be the main factors contributing to the project failure. We conclude that longer supported projects articulating governmental, non-governmental institutions actions and agriculturists supported by an efficient Agroecological Rural Extension public policy must contribute to generate sustainable and autonomous processes in the communities.

Key-words: Agroecology, Solidary Economy, agroecological transition, projects analysis

1 INTRODUÇÃO

A crise da agricultura atual é, também, um reflexo da crise da ciência moderna. Tal ciência, chamada de positivista, analisa os fenômenos, reduzindo-os às suas menores partes, de modo a entender posteriormente o todo e, por isso, é também chamada de reducionista. A compreensão do mundo como uma máquina, cujas leis que regem todos os seus movimentos podem ser decifradas pela razão, é decorrente do pensamento cartesiano, que postula, entre outras coisas, que a ciência pode decifrar tais leis e traduzi-las em regras matemáticas (MARGULIS & SAGAN, 2002).

Esse paradigma científico dominou a cultura ocidental desde o século XVI e esteve vinculado a valores como a competição e na crença em soluções econômicas e tecnológicas para todos os problemas. Todavia, a adoção de tal paradigma culminou em uma série de problemas que hoje estão sendo diagnosticados no nível global, danificando a biosfera e a vida humana de forma alarmante. Até o presente, a ciência positivista não conseguiu solucionar tais problemas uma vez que estes são sistêmicos, interligados e interdependentes (CAPRA, 2006). Por essa razão, a busca de soluções reducionistas parece não trazer as respostas necessárias.

A Agroecologia surge como uma ciência baseada em um paradigma ecológico e holístico, oposto ao da ciência positivista, em resposta à crise da agricultura moderna e suas conseqüências danosas ao meio ambiente e à sociedade (HECHT, 2002). Conseqüências como a contaminação dos solos e

águas, o êxodo rural, a dependência dos insumos e outras citadas ao longo do presente trabalho.

Paralelamente à percepção dos problemas decorrentes da adoção do paradigma positivista, existe a crítica à metodologia das pesquisas positivistas. Metodologias essas que são, em sua maioria, quantitativas e reducionistas, e abordam apenas um aspecto do problema pesquisado. Todavia, como já vimos, os problemas atuais são normalmente sistêmicos e necessitam ser compreendidos em sua complexidade. Por isso, a Agroecologia propõe a adoção de metodologias e práticas que consigam apreender melhor as mudanças sociais e ambientais vinculadas à agricultura (NORGAARD & SIKOR, 2002).

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar), São Paulo, desenvolveu um projeto de formação de um empreendimento agrícola com base nos princípios da Agroecologia e da Economia Solidária entre os anos de 2002 e 2007 com um grupo familiar no Assentamento Rural Fazenda Pirituba II. Neste trabalho me proponho a analisar esse projeto por meio de três métodos da pesquisa qualitativa: a observação participante, a história de vida e o estudo de caso.

O resgate de alguns fatos vivenciados pela pesquisadora faz-se necessário, pois permite ao leitor compreender em que contexto foi realizado o que é exposto e discutido nesta dissertação.

1.1. Trajetória da pesquisadora

No ano de 2001, ainda graduanda do Curso de Ciências Biológicas, participei do VII Estágio de Vivência em Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, organizado por alunos da Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP de Botucatu juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Nesse estágio, passei um mês convivendo com cerca de 40 participantes, entre alunos e profissionais de diversos cursos e com formações diferenciadas. Nos primeiros quatro dias de atividades, foram realizados

debates na Universidade acerca de temas como: histórico do Assentamento Rural Fazenda Pirituba II, Reforma Agrária, economia, história da luta pela terra no Brasil, intervenção, cooperação e formas alternativas de produção agrícola. Durante os 15 dias seguintes, permanecemos no assentamento no município de Itapeva/SP, na casa de famílias assentadas, para vivenciar, juntamente com elas, o seu dia-a-dia naquele local. Essa experiência foi extremamente enriquecedora estimulando-me a desenvolver algum trabalho em assentamentos rurais, ainda na graduação, entretanto, isso não foi possível naquele momento e, por isso, somente no mestrado pude realizar este sonho.

Durante o mestrado, em agosto de 2006, surgiu a oportunidade de trabalhar no projeto que a INCOOP/UFSCar desenvolvia no assentamento onde eu havia feito o Estágio de Vivência e pude desenvolver o trabalho com a mesma família com a qual eu já havia trabalhado durante o estágio de graduação. Nesse projeto da Incubadora fui bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre os meses de agosto de 2006 e julho de 2007 e minha função era prestar auxílio técnico na área de Agroecologia ao grupo incubado.

O acompanhamento das atividades do projeto por mim realizado neste período me permitiu ter contato com as dificuldades enfrentadas tanto pela INCOOP/UFSCar quanto pelo grupo e compreender que tais dificuldades faziam parte de um processo de transição agroecológica no qual essa família se encontrava. Porém, esse processo não havia se iniciado com o projeto, pelo contrário, era anterior e estava estreitamente ligado à história daqueles sujeitos e daquele local. Ao longo dessa vivência comecei a formular minha pergunta de pesquisa: Como analisar o processo de transição agroecológica pelo qual está passando essa família? Quais as principais dificuldades enfrentadas neste processo?

1.2. O projeto de pesquisa

O objetivo principal deste trabalho de mestrado é tornar conhecido e analisar o processo de transição agroecológica em que vive essa família, com

foco no projeto da INCOOP/UFSCar. Para isso, pretende-se registrar e analisar os avanços e dificuldades enfrentados nesse projeto, e pelo olhar da família, resgatar a história daquele grupo familiar e do projeto da INCOOP/UFSCar.

Esta dissertação divide-se em quatro partes: uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados; um aprofundamento sobre a discussão da metodologia qualitativa aqui adotada; uma análise do projeto da INCOOP/UFSCAR por parte dos agricultores e uma análise da própria autora. A análise da autora, por sua vez, divide-se em três aspectos: 1) Análise do projeto da INCOOP/UFSCar; 2) Análise da transição agroecológica e 3) Pontos importantes a serem considerados em projetos futuros.

Toda a análise presente nessa dissertação foi feita através de um pluralismo metodológico, pois nela foram articulados diversos métodos da pesquisa qualitativa (história oral de vida, estudo de caso e observação participante). Visto que o processo da transição agroecológica é complexo e que os problemas e dificuldades a ele vinculados podem ter explicações que necessitam de uma análise complexa (e não reducionista), acreditamos que essa articulação de diferentes métodos é uma abordagem pertinente para essa análise.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Agroecologia

Atualmente, há um intenso debate teórico sobre a definição do termo Agroecologia. O uso contemporâneo do termo data dos anos 70, mas a prática da Agroecologia tem a idade da própria agricultura. Isso porque diversos grupos (indígenas e agricultores tradicionais, por exemplo) desenvolvem sistemas agrícolas sustentáveis há centenas de anos através da observação da natureza, utilização de recursos renováveis existentes na região onde vivem e complexos sistemas sociais (HECHT, 2002).

A Agroecologia propõe uma nova abordagem científica da agricultura que aplique os conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, que sejam ambientalmente equilibrados, altamente produtivos e economicamente viáveis (HECHT, 2002; GLIESSMAN, 2005). A necessidade de sistemas sustentáveis de produção é iminente. Para atingir os atuais níveis de produtividade, as práticas utilizadas pela agricultura convencional levaram à super exploração da base na qual ela se sustenta. Tais práticas traduzem-se no cultivo intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizantes sintéticos, controle químico de pragas, desperdício dos recursos hídricos e perda da diversidade genética (GLIESSMAN, 2005).

A Agroecologia, portanto, surge como crítica à crise ecológica decorrente da artificialização e simplificação da agricultura e de seus

processos, oriundos da introdução da lógica da produção industrial na agricultura (IAMAMOTO, 2005). A partir da segunda década do século XX, surgem diversas correntes da chamada agricultura ecológica, cada uma com seus princípios e técnicas características, dentre as quais podemos citar a agricultura biodinâmica, a orgânica, a biológica, a natural, a regenerativa e a permacultura (CANUTO, 1998).

As diversas correntes da agricultura alternativa, hoje chamadas de agricultura ecológica, surgem simultaneamente em diversos países. Na Alemanha, com Rudolf Steiner, surgiu a agricultura biodinâmica em 1924; na Inglaterra surgiu em 1946 a agricultura orgânica e, na França, em 1940, a agricultura biológica. Todas elas propunham um modo de produção alternativo à agricultura com alto uso de insumos químicos, como uma forma de contestação política ou de reações a padrões industriais de produção e de consumo de alimentos ou a preservação da saúde (BRANDENBURG, 2002). Essas correntes estão muitas vezes associadas a um pensamento filosófico, espiritual ou esotérico que contribuem para uma relação mais harmônica com a natureza e consideram os sistemas agrícolas um organismo vivo e o solo, as plantas e os animais um todo articulado.

A Agroecologia surge então, na década de 1970, não como um sistema de produção, mas como um enfoque teórico e metodológico, uma ciência de síntese entre a agronomia e a ecologia (GLIESSMAN, 2005). Uma ciência que busca realizar pesquisas e intervenções junto a agricultores familiares de forma holística, com o intuito de compreender a complexidade dos sistemas agrícolas, quer sejam eles convencionais ou tradicionais.

Os ecologistas de plantas cultivadas foram os primeiros a perceber a importância das relações ecológicas para a agricultura, criando o campo de estudos da Ecologia Agrícola (HECHT, 2002). Gliessman (2005) faz um resgate das publicações que usam o termo ou conceito de Agroecologia, tendo sido Klages, K. H. (1928) o primeiro a usar o termo em sua publicação “Ecologia e geografia ecológica de cultivos no currículo agrônomo”. Klages (1928) já dá um grande passo ao entender a importância de estudar as plantas cultivadas em relação ao seu ambiente fisiológico, entendendo a necessidade

de compreender os locais e as condições ecológicas nas quais elas cresciam melhor (GLIESSMAN, 2005; IAMAMOTO, 2005).

Porém, a mecanização crescente da agricultura e sua orientação por resultados fizeram com que esse foco ecológico perdesse força, abrindo espaço para o pacote da Revolução Verde, nas décadas de 60 e 70. Esse pacote, por ser financiado por instituições que detinham o poder econômico, acabou tornando-se hegemônico. Mas, paralelamente ao crescimento dessa agricultura convencional, continuaram avançando as pesquisas em ecologia agrícola. O conceito de ecossistema deflagrou interesse renovado na ecologia de cultivos no final dos anos 50, fornecendo uma estrutura básica para se examinar a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica e dando base para a construção do conceito de agroecossistema na década de 70 do século passado (GLIESSMAN, 2005).

Outro marco importantíssimo para a época, foi o lançamento do livro de Rachel Carson (1962), *Primavera Silenciosa*, no qual denunciava as graves conseqüências para o ser humano e para o ambiente do uso indiscriminado de substâncias químicas industriais e de pesticidas. A partir dessa publicação, diversos grupos começaram a discutir sobre as contaminações decorrentes das práticas da agricultura convencional.

Alguns pesquisadores das Ciências Agrícolas começaram a conceber o agroecossistema como um tipo particular de ecossistema (HECHT, 2002). Os ecossistemas naturais possuem equilíbrio dinâmico e sua complexa teia de relações permite que esse equilíbrio se mantenha a longo prazo. A simplificação das relações no agroecossistema na agricultura convencional faz com que este só se mantenha ao longo do tempo se houver um grande aporte de insumos externos.

Na agricultura convencional não há só a simplificação das relações ecológicas no agroecossistema, mas também uma análise simplificada desse sistema complexo. Fatores socioeconômicos podem ter influência maior do que fatores ecológicos nos agroecossistemas (HECHT, 2002). Por exemplo, variações de mercado, questões agrárias ou conflitos históricos podem

desestruturar sistemas agrícolas da mesma forma que uma explosão da população de determinado inseto.

A partir dessa análise, há um grupo de pesquisadores que incorpora também a perspectiva sociológica à Agroecologia, pois entende que essa tem uma natureza social, “uma vez que se apóia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais” (SEVILLA GUZMÁN, 2002, p. 18). O enfoque agroecológico é amplo, pois pretende compreender toda a complexidade de processos biológicos e tecnológicos, socioeconômicos e políticos, desde a produção e circulação dos bens produzidos até que cheguem ao consumidor. Isso porque a semente produzida em um sistema agrícola se transforma em um bem de consumo quando chega ao mercado, portanto, é necessário entender todas essas relações (SEVILLA GUZMÁN, 2002).

Como consequência dessas complexas relações no campo e de múltiplos fatores históricos, econômicos, sociais e culturais, há diferentes lugares do mundo com problemas de escassez de alimentos, má nutrição e pobreza rural. Muitos projetos nacionais e internacionais foram desenvolvidos nos países pobres, como os da América Latina, com o objetivo de melhorar a produção de alimentos e gerar rendimentos econômicos através da implantação de modernos sistemas de produção. Todavia, não houve uma reversão do quadro de pobreza rural, pois a distribuição dos benefícios tem sido extremamente desigual, beneficiando os agricultores cujo capital e as terras são maiores, aumentando a concentração de terras e da renda e o número de camponeses sem terra (ALTIERI & YURJEVIC, 1993).

Nesse contexto, muitas organizações não-governamentais (ONG's) surgem na América Latina como os novos agentes promotores do desenvolvimento rural com trabalhos voltados às populações e cultivos “marginalizados”, buscando novas formas de manejo de recursos que fomentem a organização social e participação local e que resultem em maior produção, mas também na conservação e na regeneração dos recursos naturais. “O saber camponês sobre solo, plantas e processos ecológicos tem

um significado sem precedentes nesse novo paradigma agroecológico” (ALTIERI & ANDERSON, 1986 citado por ALTIERI & YURJEVIC, 1993, p. 22).

O conhecimento aplicado não é apenas fruto de uma racionalidade técnico-econômica e científica, mas de uma sabedoria que combina racionalidade e subjetividade dos agricultores e que culmina em estratégias de gestão e organização da produção não apenas orientadas para uma lógica econômica, mas por experiências oriundas de uma história de vida. Essa sabedoria que chamamos de tradicional vem carregada de uma visão de mundo e de representações em relação a um ambiente no qual o sistema agrícola é apenas uma de suas partes, ou seja, sua forma de produção articula diversas dimensões (econômica, social, religiosa, afetiva e ética) que orienta um sistema de vida (BRANDENBURG, 2002).

Todavia, a Agroecologia muitas vezes é desvalorizada, pois é entendida como um retrocesso à agricultura de baixo uso de tecnologia e insumos ou a práticas agrícolas tradicionais. Isso, porém, não é verdade, pois a Agroecologia é uma ciência na qual as informações e tecnologias têm grande valor, desde que sejam tecnologias de baixo impacto ao ambiente e para os grupos sociais, que utilizem os recursos naturais renováveis e que respeitem a sabedoria e as formas de vida locais. Na Agroecologia o mesmo valor é dado ao conhecimento científico e ao conhecimento tradicional.

A ciência positivista postula que há apenas uma verdade, externa ao observador e regida por leis imutáveis. Para se chegar a essa verdade e ter controle sobre os fenômenos é preciso analisar todos os componentes do sistema em suas menores partes (reducionismo). Além disso, devem ser controladas todas as variáveis do sistema estudado para que o resultado atingido possa ser replicado (PRETTY, 1995). Seguindo esse paradigma, foram feitos os estudos sobre a agricultura convencional nos grandes centros de pesquisa e seus resultados aplicados nas diferentes realidades, desde os países temperados aos tropicais. A adoção dessas tecnologias teve conseqüências desastrosas tais como: destruição do ambiente, perda de diversidade biológica e genética, desestruturação das relações sociais,

dependência econômica e cultural e aumento das desigualdades nos países mais pobres e em desenvolvimento.

Já o paradigma emergente, que surge a partir das pesquisas em física quântica, geometria fractal, análise do complexo sistema neural, cibernética, teoria dos sistemas e ecologia, entre outras (PRETTY, 1995; CAPRA, 2006), aceita que existem diferentes interpretações da realidade e que a ciência não é objetiva e isenta de valores, pois cada observador carrega consigo uma história social e profissional particular. Dessa forma, o conhecimento técnico tem o mesmo valor do conhecimento que vem da prática dos agricultores, nenhum é melhor e devem ser usados como complemento um do outro para que surjam alternativas locais viáveis.

O surgimento de governos autoritários e, posteriormente, neoliberais nos países latinoamericanos, dependentes dos países ricos, subsidiou a modernização agrícola com base nas grandes propriedades monocultoras altamente dependente de insumos externos e excluíram do modelo dominante de desenvolvimento os pequenos agricultores (ALTIERI & YURJEVIC, 1993). Os serviços oficiais de assistência técnica, com sua metodologia de transferência da tecnologia dominante e poucos funcionários, não deram conta de atender a demanda desses agricultores que acabaram sendo atendidos por agentes da sociedade civil organizada (BRANDENBURG, 2006).

No Brasil, organizações ligadas à ala progressista das Igrejas Católica e Protestante, como as Comissões Pastorais da Terra, também tiveram forte influência na organização de grupos alternativos de agricultores. No nosso país, a história da opção por uma agricultura alternativa está, muitas vezes, vinculada a contextos de uma política agrária excludente e, portanto, é acompanhada por ações que visam à construção de uma sociedade democrática numa perspectiva de transformação social e das relações de poder (BRANDENBURG, 2002).

A partir da década de 90, alguns órgãos de assistência técnica e extensão rural do Brasil, entendendo a importância de os órgãos públicos fazerem parte dessa transformação social, passaram a incorporar o paradigma agroecológico em seus discursos e ações e a apoiar processos de transição

agroecológica, optando pelo trabalho com os agricultores familiares mediante processos educativos e participativos de modo a fortalecer a agricultura familiar e suas organizações, o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida (CAPORAL E COSTABEBER, 2000). Todavia, essa ainda é uma opção extremamente inovadora e, muitas vezes, são profissionais que, individualmente, por ideologia e opção pelo trabalho com agricultores familiares, trabalham dessa forma em alguns órgãos governamentais. A Agroecologia, portanto, ainda não é uma opção generalizada, havendo ainda muito o que ser feito para que esta se torne uma política pública dominante e que atenda uma maior parcela da população rural.

Apesar de existirem aplicações bem sucedidas da agricultura ecológica no mundo todo, poucos agricultores, que não aqueles que mantiveram suas práticas tradicionais, adotaram essas novas práticas e tecnologias. Uma razão é que a agricultura sustentável busca uma mudança mais profunda do que muitos pesquisadores, extensionistas e políticos propõem. A agricultura sustentável precisa de mais do que novas tecnologias e práticas. Ela precisa de profissionais capazes de aprender com os agricultores, instituições para dar suporte externo, necessita de grupos locais e instituições capazes de manejar os recursos efetivamente, e, acima de tudo, necessita de políticas públicas que suportem essas ações. Também é preciso que olhemos atentamente para a natureza do conceito da sustentabilidade e fazer para que ele seja alcançado (PRETTY, 1995, p.13).

2.2 O desenvolvimento rural sustentável no contexto da Agroecologia

Estudos sobre desenvolvimento rural têm contribuído para a evolução do pensamento agroecológico. Diversos temas de pesquisa nessa área têm sido particularmente importantes: os impactos das tecnologias introduzidas e das mudanças nas formas de cultivo; os efeitos da lógica do mercado e suas implicações nas mudanças das relações sociais e as transformações nas estruturas de posse da terra e do acesso aos recursos comuns. Esses estudos

documentam as relações entre os fatores sócio-econômicos e a estrutura e organização social da agricultura, resultantes de complexos processos históricos e políticos em escala local, regional ou global. Análises desse tipo ajudam a esclarecer a lógica das estratégias locais de produção de diferentes comunidades em diferentes contextos (ALTIERI, 2002).

O termo desenvolvimento sustentável é muito utilizado atualmente, porém, ele tem sido empregado por diferentes correntes ideológicas com interesses distintos (CAPORAL & COSTABEBER, 2000). Para entender melhor essas correntes e deixar claro o conceito e a ideologia nos quais a Agroecologia, e conseqüentemente este trabalho, se baseiam, serão feitas a retrospectiva histórica do surgimento e uso do termo, bem como uma explanação sobre essas diferentes correntes.

O positivismo do século XIX empregava a noção de progresso para designar um movimento na direção do crescimento e da ampliação de conhecimentos, “não restrito apenas ao campo das ciências, mas, sobretudo, às melhorias nas condições de vida, no sentido das liberdades políticas e do bem-estar econômico” (ALMEIDA, 1998, p. 34). A noção de progresso esteve associada à perfeição, evolução e crescimento, sendo que os países industrializados na época eram tomados como um modelo a ser alcançado, principalmente no sentido econômico, por todos os povos e sociedades.

O liberalismo econômico do século XX substituiu a noção de progresso pela idéia de desenvolvimento, no entanto, ainda muito vinculada à idéia de crescimento técnico e econômico, seguindo os padrões de vida e de consumo dos países ricos (ALMEIDA, 1998; CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

A partir da década de 70, começavam a ficar latentes as conseqüências das estratégias de desenvolvimento convencional empregadas, como as crescentes desigualdades entre os países ricos e pobres e dentro daqueles países, a exclusão social, os problemas ambientais, de saúde e dos padrões de consumo.

Nesse contexto, surgem novas orientações teóricas que, partindo dos impactos negativos causados pelo modelo de desenvolvimento convencional até então adotado propõem o uso de conceitos mais abrangentes tais como

“desenvolvimento com equidade” ou “ecodesenvolvimento (CAPORAL & COSTABEBER, 2000, p.19)

A partir das discussões sobre os impactos negativos do crescimento econômico desenfreado e homogeneizante para o desenvolvimento dos países, os discursos de diferentes correntes (liberais, culturalistas, ecossocialistas) incorporaram definitivamente a problemática socioambiental. Todavia esses discursos têm ocultado a verdadeira ideologia e as diferentes escolas de pensamento sobre a sustentabilidade.

Caporal e Costabeber (2000) propõem uma classificação simplificada dessas correntes de pensamento sobre a sustentabilidade. Nessa classificação há a corrente ecotecnocrática, vinculada ao discurso liberal, que acredita que a sustentabilidade pode ser alcançada através de artifícios tecnológicos e econômicos (mecanismos de mercado), mas sem enfrentar as questões-chave da sustentabilidade (exclusão social, adaptação das tecnologias às realidades locais, preservação da biodiversidade e respeito à diversidade cultural).

Já a corrente ecossocial surge a partir de diversas correntes de pensamento ditas “alternativas”: o ecodesenvolvimento proposto por Sachs (1986), o enfoque culturalista, os ecossocialistas, a “teoria marxista ecológica”. Todas com base em preceitos como a solidariedade; o pluralismo tecnológico e valorização das tecnologias tradicionais; a incapacidade do mercado de resolver todos os problemas socioambientais e econômicos; a cultura como instância fundamental de nossa relação com a natureza; a relação espiritual com os recursos naturais, não só utilitarista; as estratégias alternativas de organização do trabalho, das formas de produção e comercialização e a preservação da biodiversidade.

Caporal (2007a) coloca como aspectos fundamentais para essa corrente de pensamento “as noções de variabilidade espacial dos agroecossistemas; de co-evolução do homem com o seu meio ambiente; de reconhecimento das diferentes estruturas culturais; da importância da biodiversidade; assim como a necessidade da distribuição da riqueza como alternativa ao crescimento econômico ilimitado”.

Pode-se perceber que a corrente ecossocial se caracteriza pela busca por uma transformação profunda da sociedade e em um novo pacto de solidariedade, rumo a novas estratégias de desenvolvimento. É nessa corrente que estão as bases da Agroecologia, pois esta incorpora os aspectos socioambientais, políticos e culturais à ideia de desenvolvimento sustentável, saindo de um foco puramente econômico.

No campo da agricultura, a noção de desenvolvimento se insere para transformar esse setor considerado “atrasado” ou “arcaico” em um setor “moderno”, entrando na lógica industrial de aumento da produção e da produtividade, à custa de uso intensivo de insumos provenientes da indústria química. Nesse momento, a agricultura passa a ser vista somente como mais um elo na cadeia industrial e econômica (como agroindústrias), inserida na lógica de mercado e do lucro, substituindo paulatinamente as formas de manejo tradicionais, vinculadas às culturas locais em contextos social, tecnológico e administrativo altamente específicos (ALMEIDA, 1998; SEVILLA GUZMÁN, 2001).

A noção de desenvolvimento agrícola passa a ser adotada pelos órgãos públicos de difusão de tecnologias com a função de enquadrar todos os agricultores dentro do modelo de agricultura intensiva. Quem não se enquadra dentro desse modelo são os chamados retardatários, considerados como empecilhos para o desenvolvimento. Essa tese justifica o auxílio técnico dos órgãos de extensão rural oficiais às unidades produtivas mais “avançadas”, que precisam se desenvolver, e acabam auxiliando no processo de eliminação daquelas mais “atrasadas”, contribuindo para a maior concentração de terras, o aumento das desigualdades e do êxodo rural (ALMEIDA, 1998).

Diversos autores e pesquisadores discutem a noção de desenvolvimento rural sustentável na perspectiva da Agroecologia.

Para Sevilla Guzmán (2001), o desenvolvimento rural sustentável tem um significado para a Agroecologia que não deve ser confundido com aquele presente no discurso ecotecnocrático, devendo valorizar a diversidade biológica e sociocultural, o conhecimento endógeno, ou etnoconhecimento, e as respostas ecológicas e socioculturais geradas a partir do local, contra a

agricultura convencional moderna homogeneizante. Para esse autor: "Os ciclos climáticos na natureza, junto com as formas de vida vinculadas a um meio ambiente específico, oferecem, por si só, respostas locais de natureza ecológica que são apreendidas e apropriadas pelo conhecimento local" (p.29). Essas respostas são muitas vezes sustentáveis, rentáveis e eficazes, pois respondem às prioridades e capacidades das comunidades rurais. Este propõe um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado em 7 princípios:

1) integralidade: a melhoria do bem estar da comunidade deve ser pensada através do manejo dos recursos naturais (agricultura, pecuária e silvicultura) aliado à valorização dos diferentes recursos e potencialidades locais, sejam eles naturais, socioculturais ou econômicos;

2) harmonia e equilíbrio entre crescimento econômico e manutenção da qualidade do ambiente;

3) autonomia de gestão da comunidade e controle dos elementos-chave do processo, sem isentar os órgãos governamentais das suas funções, mas que não haja imposição desses órgãos;

4) diminuição da dependência do mercado e dos agentes de circulação através da geração de mercados alternativos de insumos e produtos;

5) manutenção e potencialização dos circuitos curtos (estritamente vinculado ao princípio anterior);

6) valorização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais;

7) articulação entre os elementos de sustentabilidade existentes nas formas históricas de manejo com as novas tecnologias de natureza ambiental.

Para Simón Fernández & Dominguez Garcia (2001), o desenvolvimento rural sustentável de um agroecossistema tem dois componentes essenciais: o social e o ambiental. A sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas se refere ao impacto externo desses com outros agroecossistemas, devido ao uso de recursos naturais renováveis a taxas de consumo menores do que sua recuperação e à combinação de conhecimentos tradicionais e modernos, sem que haja superioridade de qualquer um deles, para a geração de tecnologias apropriadas de manejo. A sustentabilidade social, ao contrário, se refere à

capacidade interna dos agroecossistemas para resistir às pressões ou perturbações externas a que são submetidos.

Assim, para esses autores, para que se cumpram todos os requisitos de um desenvolvimento rural sustentável “deve-se alcançar altos níveis de produtividade, com produções estáveis e eqüitativamente distribuídas, mediante sistemas de produção autônomos que tenham capacidade para manter os níveis de produtividade ao serem submetidos a forças distorcionadoras” (p.23). Requisitos semelhantes àqueles propostos por Sevilla Guzmán (2001).

Vemos, portanto, que a Agroecologia adota o conceito de sustentabilidade definido pela corrente ecossocial, um conceito amplo de sustentabilidade que nega a dimensão puramente econômica do desenvolvimento sustentável. Além disso, propõe uma estratégia inovadora de desenvolvimento rural sustentável a partir do local. É essa estratégia que deve ser incorporada pela extensão rural, que pode ter na Agroecologia, entendida como campo de conhecimento e de investigação, sua base prática e teórico-metodológica (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

2.3 A extensão rural agroecológica

A extensão rural, por muito tempo, esteve atrelada à difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, assegurando, dessa forma, o consumo crescente de bens industriais e a “educação do homem do campo”, considerado atrasado e “primitivo”. Já na década de 60 do século passado, houve uma opção pelo trabalho com os médios e grandes produtores, pois estes estavam aptos a adotar as tecnologias modernas, diferentemente dos pequenos produtores, com os quais esse modelo de extensão rural convencional não tinha grandes resultados (CAPORAL & COSTABEBER, 2007a).

Tal fato decorre de que as metodologias de extensão rural e seus objetivos não estavam de acordo com as representações sociais, tampouco

com as práticas adotadas pelos pequenos agricultores familiares. Esses “métodos de extensão” tradicionais em geral caracterizam-se por colocar o extensionista em uma posição de dominador e os agricultores em uma posição de dominados (CAPORAL & COSTABEBER, 2007). Os extensionistas são os detentores do conhecimento e têm acesso às tecnologias e os agricultores são seres passivos que reproduzem os ensinamentos dos extensionistas.

A extensão rural baseada nos princípios teóricos-metodológicos da Agroecologia deve orientar “ações dirigidas à construção de contextos de sustentabilidade compatíveis com a noção de “desenvolvimento local agroecológico”” (SEVILLA GUZMÁN, 1999 citado por CAPORAL & COSTABEBER, 2000, p.22), apoiados na co-evolução histórico-cultural dos grupos sociais com o ecossistema no qual estão inseridos. Essa estreita co-evolução é característica principalmente de alguns grupos que a extensão rural agroecológica deve ter como público prioritário. Aqui, podemos citar: os agricultores familiares (ou camponeses), comunidades indígenas e quilombolas, ribeirinhos, caboclos, posseiros, arrendatários, assentados e outros que empregam a força de trabalho familiar com o objetivo de reprodução social.

Para trabalhar com esses segmentos da população rural, é preciso entender a agricultura como uma prática social complexa e multidimensional, ligada a fatores históricos, culturais, políticos e sociais e não só econômicos e de mercado. Uma unidade de produção familiar é ao mesmo tempo unidade de produção, consumo e reprodução e, portanto, funciona de uma forma mista que combina valores de uso com valores de mercado, objetivando a sua reprodução. As unidades de produção familiares, portanto, funcionam sob uma lógica diferente da lógica de mercado (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

Os autores citados acima colocam que o conhecimento acumulado pelos agricultores familiares, muitas vezes, não vem de livros ou trazidos por técnicos extensionistas, mas de uma base empírica acumulada que tem suas raízes no contato direto desses grupos sociais com a natureza e seu ambiente de relações que vão sendo estabelecidas durante a história desses grupos. A extensão rural agroecológica deve estar embasada em processos de

aprendizagem e diálogo (FREIRE, 1975), nos quais o extensionista (para Paulo Freire, educador), e o educando possam aprender um com o outro, trocando constantemente conhecimentos, construindo saberes adequados a cada realidade e aos potenciais de desenvolvimento sustentável presentes em cada comunidade.

Para a promoção dessa extensão rural, algumas ações são prioritárias, como: estimular o protagonismo das populações envolvidas, apoiar processos educativos e participativos, fortalecer a agricultura familiar e suas organizações, buscar a melhoria da qualidade de vida das populações de acordo com o conceito de qualidade de vida específico em cada situação, valorizar os saberes popular e científico, realizar diagnósticos e planejamentos participativos, estimular parcerias, estimular formas associativas, respeitar as diferenças culturais, levantar questões de gênero, tomar o agroecossistema como unidade básica de análise, planejar e avaliar de forma participativa os sistemas de produção agrícola e apoiar a implantação da Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar (SILIPRANDI, 2002).

Também faz-se necessária uma nova postura metodológica. As técnicas como a pesquisa-ação, a pesquisa-participante e outras que se baseiam no estudo da realidade, na participação, no diálogo e na problematização, deverão ocupar o lugar dos velhos métodos de dominação e de transferência de tecnologia. Tudo isso para que se construa uma extensão rural que seja socialmente útil, comprometida com a sustentabilidade da pequena produção e preocupada com a compreensão da lógica de produção dos agricultores (CAPORAL & COSTABEBER, 2007).

Nesse sentido, Caporal (1998, p.462) define a extensão rural agroecológica como:

um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente eqüitativo e ambientalmente sustentável, adotando os

princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

Mussoi (1998), estudando o caso do estado de Santa Catarina, coloca que a extensão rural no Brasil teve grande responsabilidade pela adoção dos pacotes tecnológicos vinculados à Revolução Verde nas décadas de 60 e 70, mas na década de 80 e, principalmente na década de 90 do século passado, esta passou, paulatinamente, a analisar os efeitos sociais e ecológicos das práticas agrícolas nos distintos contextos agrários. Isso mostra a importância da extensão rural agroecológica caso se pretenda uma transição para estilos de agricultura sustentáveis.

A extensão rural pode ser um dos instrumentos de apoio para essa transição contanto que adote estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo de desenvolvimento (CAPORAL, 2007a).

As agências públicas de extensão rural, todavia, estão ligadas ao aparato do Estado e, conseqüentemente, respondem a pressões de diferentes origens. Até hoje, quem conseguiu pressionar mais o Estado foram os grandes agricultores, porém, há um movimento atualmente que propõe uma mudança de paradigma da agricultura convencional para uma agricultura ecológica e uma extensão rural coerente com essa opção. Mudanças no discurso e nas diretrizes de alguns órgãos de extensão rural já podem ser percebidas, porém, são um muitas vezes difusas e contraditórias, pois não correspondem plenamente à prática dos agentes e das agências de extensão (CAPORAL, 2007a).

Todavia, alguns esforços estão sendo feitos no sentido de elaborar uma política pública que guie as ações desses órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural e que promova a capacitação dos profissionais que ali atuam.

Uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e Departamento de Assistência Técnica e

Extensão Rural (Dater) no ano de 2004. Essa política foi construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR; GRUPO DE TRABALHO ATER, 2004).

A Pnater tem como referência a ciência da Agroecologia e possui 5 princípios básicos:

- 1) assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar;
- 2) Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno;
- 3) adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia,
- 4) estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;
- 5) desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR; GRUPO DE TRABALHO ATER, 2004, p.7).

Além disso, propõe-se um modelo descentralizado de execução dessa política, organizado na forma de um Sistema Nacional de Ater Pública do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e apresentem as condições mínimas estabelecidas.

Observa-se, portanto, algumas ações sendo realizadas, nas esferas municipais, estaduais e federal, no sentido de colocar em prática as ações de uma extensão rural agroecológica. Todavia, ainda há muito a ser feito, tanto no sentido de capacitação profissional técnica quanto na eficiência de execução dessa política pelos órgãos estatais e não estatais de forma articulada.

Uma ação paralela possível é a formação ampla dos técnicos e agentes de extensão rural desde os níveis básicos. Os currículos das escolas formadoras dos profissionais da agricultura ainda estão baseados em um ensino cartesiano, compartimentalizado, com disciplinas técnicas, conseqüentemente, os aspectos sociais e educativos de sua prática tendem a ficar em segundo plano (IAMAMOTO, 2005).

O enfoque a ser adotado pela extensão rural agroecológica “exigirá dos extensionistas a capacidade de compreender os aspectos relacionados à vida dos indivíduos e suas relações sociais, assim como os aspectos da história de diferentes atores individuais e coletivos” com os quais atuam (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

2.4 A agroecologia no contexto da Reforma Agrária

2.4.1 A necessidade da Reforma Agrária no Brasil

A concentração de terras no Brasil é um fato histórico. Desde a colonização portuguesa, com a doação das sesmarias a “homens livres puros de sangue e de fé”, a divisão de terras no país já se iniciou marcada pela desigualdade, pelo preconceito e pela escravidão. Quando em meados do século XIX a escravidão entrou em decadência, surgiram novas leis, como a Lei de Terras (Lei nº 1850, de 18/09/1850), que consolidou a terra como um instrumento de desigualdade social. “Ao estabelecer que as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra, os ex-escravos e camponeses perderam a única forma de acesso à terra que tinham, baseado no direito de

usucapião (direito de propriedade pela posse ininterrupta durante certo número de anos)” (INCRA, 2005, p.9-10).

No Estado de São Paulo, com o fim da escravidão, a vinda de imigrantes europeus foi estimulada para substituir a mão de obra escrava, mas mesmo esses trabalhadores não tinham condições de comprar terras. Somente com a crise de 1929 alguns fazendeiros endividados repassaram algumas terras a seus colonos. O Brasil não teve, até hoje, uma política de Reforma Agrária que reverteresse esse quadro. Além disso, os donos das terras no Brasil, sempre foram os donos do capital, o que faz agravar a resistência à Reforma Agrária (INCRA, 2005). A questão agrária se agrava ainda mais no país quando a modernização da agricultura pressupõe o uso de máquinas e tecnologias que diminuem a necessidade de mão de obra no campo e provoca o êxodo rural.

A concentração de terras no Brasil chega a ser maior do que a desigualdade na distribuição de renda.

Segundo o índice Gini¹, a concentração de terras no Brasil é muito elevada, calculada em 0,843. O Estado de São Paulo, cujo índice é de 0,763 (dados de 1998), ocupa a 13ª posição de concentração fundiária nacional. Cerca de 84% do território paulista tem vocação para atividades agropecuárias; entretanto, estima-se que aproximadamente ¼ da área ocupada com esta finalidade seja de grandes propriedades improdutivas, isto é, terras com potencial para produzir, mas que estão ociosas (INCRA, 2005. p.10).

O censo agropecuário realizado pelo IBGE em 1995/1996 mostra que 11,4% dos proprietários de terra no Brasil detêm 67,9% das terras em área. Essa concentração é ainda maior na região Centro-Oeste, cujo número de estabelecimentos familiares é o menor do país (162.062 estabelecimentos, somente 4% do total) e ali os agricultores patronais possuem propriedades com áreas médias de 1.324 ha. Já a região Sudeste possui 633.620 estabelecimentos familiares com área média de 30 ha. No Brasil, 39,8% dos

¹ O *índice Gini* mede o grau de desigualdade social existente na distribuição de bens sociais. É muito usado para medir a distribuição da terra e da renda. O resultado deste cálculo varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1, maior a concentração – menos pessoas detêm uma quantidade maior de determinado bem.

agricultores familiares possuem estabelecimentos com área inferior a 5 ha e os que têm menos de 50 ha totalizam 87%.

O ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) é o órgão responsável pela execução da política de Reforma Agrária em terras do Estado de São Paulo e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é o órgão responsável pela execução da política de Reforma Agrária em terras da União. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), promulgado no primeiro governo militar, tornou juridicamente possível a intervenção do Estado na distribuição da propriedade pois nele está colocada a função social da propriedade rural a partir dos princípios de produtividade, observação da legislação trabalhista, preservação ambiental e garantia da saúde dos agricultores. O Estatuto criou conceitos novos, classificou os imóveis rurais (latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração, minifúndio, empresa rural, propriedade familiar) e estabeleceu critérios para a identificação desses imóveis (INCRA, 2005).

A Reforma Agrária é uma necessidade urgente da sociedade brasileira, visto o quadro histórico apresentado acima. Ela tem um potencial transformador, pois gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e diminui o êxodo rural, por meio do acesso à terra. A Reforma Agrária é estratégica para um projeto de nação soberana. Porém, ela não será suficiente se as terras forem distribuídas sem que se garantam condições para que as famílias nela permaneçam e possam produzir. Para isso é necessário que a terra conquistada não esteja em regiões com limitações produtivas ou que não sejam terras desgastadas pela produção convencional, caso contrário, medidas serão necessárias para reverter esse quadro, tais como: a) assistência técnica qualificada e constante, com condições de atender a população em suas particularidades e desejos, e não atrelada a um modelo de desenvolvimento convencional degradante tanto do ponto de vista ambiental, como social, cultural e econômico; b) condições de infra-estrutura básica e de serviços sociais; c) auxílio à organização da população e das estruturas necessárias à produção e d) crédito rural atrelado a uma política eficaz de assistência técnica e extensão rural.

2.4.2 O caso do Assentamento Rural Fazenda Pirituba II

O Assentamento Rural Fazenda Pirituba II está localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, no Estado de São Paulo, distantes cerca de 350 km da capital, na parte Sudoeste do Estado, próximo ao Estado do Paraná (Figuras 1).



Figura 1. Localização das cidades de Itapeva, Sorocaba, São Paulo e São Carlos no Estado de São Paulo.

Fonte: www.ibge.gov.br (2008)

Os municípios da região têm um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH²) do Estado de São Paulo, e por isso pertencem a uma região de CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local). Os CONSADs são organizações territoriais, institucionalmente legalizadas, formadas pela associação entre municípios, com participação da sociedade civil e do poder público, que viabilizam ações conjuntas baseadas na cooperação entre entes públicos e privados, visando primordialmente a geração de trabalho e renda como garantia de segurança alimentar.

Aproximadamente 26% da população de Itapeva residem na zona rural e em Itaberá este número sobe para 41% (censo agropecuário IBGE 1995), indicando que em ambos o setor rural desempenha importante papel, em termos sociais e econômicos. A pequena e a média agricultura familiar têm presença marcante na produção agropecuária e na geração de emprego e renda nestes municípios. Por volta de 37% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de dez hectares e 90% têm menos de 100 hectares (censo agropecuário IBGE 1995).

Esse assentamento está sob responsabilidade do ITESP, pois o domínio de suas terras é estadual. Ele é dividido em seis áreas ou agrovilas, cada uma delas conquistadas em momentos diferentes. No Quadro 1 são apresentados os dados de cada área do assentamento:

² O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.

Quadro 1. Localização, número de lotes, data do assentamento das primeiras famílias e área total das seis áreas do Assentamento Rural Fazenda Pirituba II, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, São Paulo, Brasil.

Área	Município	Nº de lotes	Data do assentamento das primeiras famílias	Área total (ha)
I	Itapeva	107	05/1984	2511,00
II	Itaberá	56	05/1984	1341,20
III	Itaberá	73	12/1986	2142,33
IV ³	Itapeva	51	02/1991	1096,83
V	Itaberá	39	09/1992	807,71
VI	Itapeva	52	06/1996	108,57

Fonte: Fundação ITESP (2008)

Na década de 80 do século passado, a Revolução Verde estava no auge de seu domínio e os assentamentos rurais que foram formados na época estavam baseados principalmente nessa forma de produção altamente tecnificada e com alto aporte de insumos externos. O Assentamento Fazenda Pirituba II surgiu nesse contexto e apresenta-se como um caso típico. A região tem como característica principal a produção de grãos como soja, milho e feijão de forma convencional, com alto aporte de insumos químicos. Na região encontram-se hoje entrepostos das maiores empresas multinacionais produtoras de grãos.

Tendo sido fundado nesse lugar e naquela época, desde o início, o assentamento produziu basicamente grãos em larga escala. Essa situação foi bastante estável, com altas produções e lucros nos primeiros anos, porém, logo se iniciaram sucessivas crises econômicas e de produção e alguns agricultores começaram a procurar alternativas que lhes permitissem a permanência nos assentamentos. A prática da monocultura altamente tecnificada, além de causar sérios danos ao ambiente, só é sustentada por longo tempo com um grande aporte de capital, o que não ocorreu no Assentamento Pirituba II, e hoje esses agricultores estão altamente endividados.

³ O presente trabalho foi realizado na área IV do Assentamento Rural Fazenda Pirituba II

A Fazenda Pirituba pertenceu à Companhia Agropecuária Angatuba até 1950, quando tornou-se propriedade dos bancos como pagamento das dívidas da Companhia. Durante a década de 50, o Estado utilizou-a para um programa de introdução da cultura de trigo na agricultura paulista, porém, essa experiência não foi bem sucedida. Em 1973, houve uma nova tentativa de colonização da área, conhecida por Pirituba I, sem sucesso, o que manteve os conflitos agrários na região. No início dos anos 80, um grupo de 40 famílias ocupou uma parte ociosa da fazenda, mas logo foram despejados. Isso culminou no processo de formação do Projeto Pirituba II, hoje Assentamento Rural Fazenda Pirituba II (COSTA & BERGAMASCO, 2003), formado pelas seis áreas citadas no Quadro 1.

Em 1985 foram criadas as áreas I e II e assentadas 180 famílias. Nessas duas áreas foi adotado o sistema associativista, tendo sido criada a “Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Pirituba”. Diversos foram os determinantes para essa escolha. Na época, o governo de José Sarney, através de recursos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal para financiar projetos coletivos pretendia que o assentamento se tornasse vitrine da Reforma Agrária de seu governo e para que mostrasse a viabilidade econômica de se produzir coletivamente. Também havia o fato de que as famílias isoladamente não tinham recursos para a compra de equipamentos e implementos nem força de mão de obra para “limpar” toda a área de plantio, o que deveria ser feito pelas máquinas (COSTA & BERGAMASCO, 2003).

As autoras citadas acima relatam que o processo de adoção do associativismo foi induzido pelos técnicos responsáveis, que detinham um conhecimento que não era de domínio dos assentados, manipulando-os para optarem pelo associativismo como única alternativa para a área. Além disso, idéias como os Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC), atividades nas quais os técnicos ensinavam os assentados como administrar seu novo negócio, os temas abordados eram colocados em uma linguagem muito distante daquela da comunidade, como projetos de fora para dentro, pacotes fechados e teoricamente prontos para serem aplicados, o que acabou atrapalhando ainda mais o processo naquela realidade.

Segundo depoimentos coletados por Costa & Bergamasco (2003), o primeiro ano de produção no sistema associativista foi muito bom, chegando a haver sobras além do custo de produção que foi distribuída entre os associados. Já no segundo e terceiro anos a produção começou a decair e as dívidas começaram a proliferar porque as parcelas do crédito começaram a vencer e a produção não se manteve ao longo do tempo. Com isso, a associação única foi se dividindo em associações menores e cooperativas de produção agropecuária e os conflitos começam a aparecer. Alguns conflitos, como o da área II, tiveram conseqüências como o fato de nessa área não apresentar mais histórico de trabalho coletivo desde então. A consolidação dessas duas áreas se deu em um processo extremamente rápido de 3 meses.

Diferentemente, a área III teve uma formação lenta, com início em fevereiro de 1986, e somente em 1996 é que as 106 famílias inicialmente assentadas conseguiram seus lotes de 17 hectares cada um. Por isso, durante muito tempo, a organização da produção se deu de forma coletiva “em função da pouca disponibilidade de terra e de capital por família; e também para não enfraquecer a luta pela conquista do resto da área” (COSTA & BERGAMASCO, 2003, p.140). Essas autoras colocam que logo após a distribuição de terras ter sido garantida para todos, alguns agricultores que faziam parte da associação dessa área foram morar em seus lotes e produzir individualmente. Nessa área acabaram sendo formadas duas agrovilas. Também foram formados dois grupos de produção coletiva, um com 8 e outro com 9 famílias, com trabalho familiar, com capital e terra de uso comum, e uma cooperativa de produção coletiva, a Cooperativa de Produção Agropecuária “Vó Aparecida” (COPAVA). Essa cooperativa tinha na época 27 famílias associadas e o trabalho era feito por setores, podendo haver mobilidade entre os trabalhadores dos setores e também possuía um pequeno mercado na agrovila (COSTA & BERGAMASCO, 2003).

Já a área IV, palco da presente pesquisa de mestrado, teve início quando em outubro de 1989, 150 famílias ocuparam a área, a maioria parentes de pessoas já assentadas. Dessas famílias, apenas 48 delas foram assentadas em caráter emergencial um ano e nove meses depois daquela ocupação.

Essas famílias organizaram, então, o trabalho e a produção de forma coletiva, compraram máquinas e equipamentos. Aqui, ocorreu fato semelhante ao da área III. Enquanto assentados em caráter emergencial e não tendo um lote de 17 hectares para cada família, o trabalho e as decisões foram realizadas de forma coletiva, porém, quando o lote foi entregue para cada um, as pessoas começaram a se dividir. Somente as casas permaneceram na forma de agrovila (COSTA & BERGAMASCO, 2003).

Naquela época, alguns assentados dessa área formaram a Cooperativa de Produção Agropecuária “Derli Cardoso” (COPADEC), que existiu até o ano de 2003, quando foi totalmente dissolvida. O seu funcionamento se dava por setores de trabalho, a remuneração se dava por horas trabalhadas, seu capital era coletivo e possuía uma pequena mercearia onde os associados tinham cotas de produtos a serem consumidos (COSTA & BERGAMASCO, 2003). Alguns de seus associados, que permaneceram até a sua dissolução, têm ainda dívidas pendentes para pagar. Partes de sua estrutura foram divididas pelos ex-membros e a granja de suínos foi destinada para a família que será enfocada neste estudo de caso. Conflitos decorrentes da dissolução da COPADEC são latentes até os dias de hoje no assentamento, como poderemos observar no decorrer deste trabalho.

Em 28 de abril de 1992 formou-se a área V, que possui um histórico semelhante às áreas III e IV. Foram assentadas 44 famílias em caráter emergencial, que trabalharam de forma coletiva em associação até que a divisão dos lotes fosse efetivada. Depois dessa divisão, alguns assentados optaram pela produção individual, outros se organizaram em grupos de máquinas ou em cooperativa (Cooperativa de Produção Agropecuária “Nossa Senhora Aparecida” – COOPANOSSA). A COOPANOSSA foi extinta em meados de 2007 por questões financeiras e seus bens e terras divididos entre os cooperados. Essa cooperativa teve seu capital e trabalho coletivos e funcionava por setores. Diferentemente das cooperativas das áreas III e IV, nas quais mesmo agricultores que não eram assentados podiam ser cooperados, a COOPANOSSA só permitia que se associassem titulares das terras do assentamento (COSTA & BERGAMASCO, 2003).

A área VI é a mais recente e seu histórico é reflexo do processo das outras áreas. Em 1994, 150 famílias ocuparam uma área da Pirituba e até 1996 foram retiradas da área diversas vezes. No final desse período, 52 famílias foram assentadas em lotes de 7 ha. O primeiro plantio ocorreu de forma coletiva com a ajuda das outras áreas que cederam máquinas e sementes, já no segundo plantio houve discordância entre os assentados e divisão entre produções individuais e a produção coletiva na forma de cooperativa, a Cooperativa “Chico Mendes”, com 12 associados (COSTA & BERGAMASCO, 2003). Essa área permaneceu por um longo tempo sem água encanada e sem luz elétrica, mas atualmente esses recursos já existem.

Até hoje a base da produção das cooperativas existentes no assentamento e mesmo dos demais assentados é o feijão e o milho para a comercialização e o arroz para o consumo. A pecuária leiteira também é uma atividade realizada em todas as áreas do assentamento, majoritariamente para o consumo interno das famílias, mas também existem aqueles que comercializam este produto através de cooperativas de leite da região. O gado também é uma forma de poupança para os assentados, que podem vender as reses que possuem no momento que necessitam. A cooperativa da área V trabalhava com gado de corte. O mel também é outra atividade presente na região (COSTA & BERGAMASCO, 2003).

O histórico dessas cooperativas é um fator de desgaste para os assentados. Como visto acima, existe um histórico de conflitos na área por causa dessas cooperativas, o que, atualmente, influencia muito nos projetos propostos para o local. Além disso, a produção convencional de grãos tem se mostrado insustentável tanto econômica, quanto ambiental e socialmente. O solo da área está extremamente desgastado e contaminado pelo seu uso intensivo nos últimos 40 anos (desde antes da área se tornar assentamento, já era usada de forma convencional, uma característica de toda a região). As matas estão escassas, a maioria dos agricultores está endividada (dívidas com o PRONAF ou com bancos e decorrentes de projetos mal-sucedidos), a exclusão social foi acentuada e já não restam alternativas para a permanência

dos jovens no campo, visto a constante substituição do trabalho humano pelas máquinas e a desvalorização do trabalho com a terra.

Em 2005, os assentados, junto com diversas instituições (INCRA, cooperativas, grupos de trabalho coletivo e outras organizações governamentais e não-governamentais atuantes no local na época) realizaram diversas reuniões referentes à elaboração de um “Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Nesse PRA constava um diagnóstico dos problemas que levaram à diminuição da renda dos trabalhadores do assentamento. Ficou evidenciado que a degradação dos recursos naturais e o alto custo da agricultura convencional e da monocultura são fatores que levaram a este quadro de diminuição da renda das famílias ao longo do tempo. Em consequência dessa ação foi criado o “Fórum Popular dos Assentados da Pirituba II”, de caráter permanente, que assumiu a responsabilidade de coordenar a implementação do Plano de Melhoria da Renda. Dentre as ações desse Plano estavam: a) melhorar as condições do solo; b) estabelecer um “Pacto Ambiental; c) reestruturar a Cooperativa Regional dos Assentados; d) diversificar compradores dos produtos produzidos no assentamento; e) recuperar a capacidade de obtenção de crédito rural (BEZE *et al.*, 2005).

Beze *et al.* (2005) cita que o “Pacto Ambiental”, item *b*, mostrou-se a ação de maior poder aglutinador entre os assentados e, o processo de discussão participativa acerca desse item culminou com a aprovação de um texto final, em 21 de julho de 2005. Nessa ocasião, a comunidade firmou o compromisso de:

Agir coletivamente segundo regras que auxiliem na conservação dos recursos naturais necessários à produção, à conservação da vegetação natural e à qualidade de vida das famílias, adotando de imediato ou buscando recursos para implantar as ações necessárias [...] para interromper a degradação e para recuperar nossos recursos naturais, garantindo que, no futuro, o assentamento continue a oferecer boas condições de vida e de renda para que nossos filhos e netos continuem a viver aqui (BEZE *et al.*, 2005, p. 250).

A Agroecologia surge, então, como alternativa à crise agro-ambiental enfrentada por esses agricultores assentados.

2.5 Transição Agroecológica

A transição do atual modelo produtivista para sistemas agrários mais sustentáveis está diretamente ligada a uma série de aspectos tecnológicos, econômicos, sociais, ecológicos, políticos e culturais da produção agrícola (COSTABEBER, 1998, p.141). Para este autor, a transição agroecológica pode ser definida como:

[...] el proceso gradual de cambio a través del tiempo en las formas de manejo y gestión de los agroecosistemas, teniendo como meta el paso de un sistema de producción “convencional” (que puede ser más o menos intensivo en insumos externos) a otro sistema de producción que incorpore principios, métodos y tecnologías con base ecológica. En esta definición, la idea de “base ecológica” de la actividad agraria se refiere a un proceso de ecologización dinámico, continuo y creciente a través del tiempo, y sin tener un momento final determinado. Este proceso de ecologización implicaría no sólo una mayor racionalización productiva en base a las especificidades biofísicas de cada agroecosistema, sino también un cambio de actitudes y valores de los actores sociales en relación al manejo de los recursos naturales y a la conservación del medio ambiente.

Refletindo sobre esse caminho a ser percorrido na transição agroecológica, Gliessman (2005) coloca que podem ser observados três níveis de esforços para se atingi-lo: 1) O simples aumento da eficiência de práticas convencionais com o intuito de diminuir o uso de insumos escassos, caros ou ambientalmente danosos; 2) A substituição de insumos convencionais por insumos orgânicos, sem alterar a estrutura básica dos agroecossistemas convencionais e 3) O redesenho dos agroecossistemas para que eles funcionem baseados em processos ecológicos, diagnosticando os problemas em sua raiz e não simplesmente atacando as consequências visíveis.

Esse mesmo autor acrescenta que, nesse processo, há uma co-evolução de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, isso porque quem manipula esses sistemas são seres humanos que influenciam e são influenciados por todos esses fatores (GLIESSMAN, 2005; NORGAARD & SIKOR, 2002). Os sujeitos sociais vinculados aos sistemas agrários nos quais

são realizados trabalhos em Agroecologia, portanto, sofrem influência desses fatores (e diversos outros mais) na tomada de decisão sobre essa transição.

Costabeber (1998) analisa em seu trabalho o papel do associativismo como uma das formas de ação coletiva utilizada por agricultores familiares para pôr em marcha projetos de agricultura ecológica. Para essa análise o autor considera a transição agroecológica como um processo multilinear, resultado de intrincadas e complexas relações sociais que lhe são subjacentes (GONZÁLEZ DE MOLINA & SEVILLA GUZMÁN, 1993, citado por COSTABEBER, 1998) e propõe a adoção de uma análise multidimensional do processo, em suas dimensões econômicas, social e ambiental, pois esse seria um enfoque idôneo ao analisarmos as razões que movem os agricultores familiares a aderirem ao processo de mudança tecnológica e organizativa orientados para a agricultura ecológica.

Ao se depararem com a atual estagnação econômica, exclusão social e deterioração ambiental, os agricultores buscam alternativas ao modelo de produção convencional, de acordo com sua percepção em relação à crise, suas possibilidades e limitações em relação aos recursos e apoio externo, valores, interesses e expectativas (COSTABEBER, 1998). Essa busca por alternativas pode se dar por uma simples mudança tecnológica da produção, mas, o que ocorre com os pequenos agricultores, muitas vezes, é um processo de coletivização das atividades realizadas e sua organização em associações, cooperativas e outras formas de ações sociais coletivas. Costabeber (1998) coloca que muitas vezes as ações dos indivíduos no processo de transição são inicialmente isoladas, porém, com o tempo, estes vêem a necessidade de articular seus interesses particulares com estratégias de ação coletiva para enfrentarem os novos desafios que se estabelecem. Ele também afirma que “O processo de ação social coletiva se transforma, assim, de “consequência” a “motor” do processo de transição agroecológica, dependendo de seu êxito o alcance de resultados econômicos, sociais e ambientais que assegurem a continuidade do processo de mudança”. Todavia, essa adesão à transição agroecológica não é muitas vezes um processo autônomo, endógeno e espontâneo, mas proposta por extensionistas de instituições públicas ou não-

governamentais, como nos casos estudados por este autor no Rio Grande do Sul.

O que leva esses agricultores familiares a aderirem à agricultura ecológica, no caso estudado por esse autor, são fatores principalmente ligados à dimensão econômica, e em seguida à dimensão social tais como: possibilidade de melhoria dos ingressos monetários, visto que as propriedades vinculadas ao modelo convencional apresentam um estancamento econômico; possibilidade de acesso a mercados diferenciados; possibilidade de atingir o mercado externo; diminuição do uso de agrotóxicos, que diminui o custo de produção e é menos prejudicial à saúde; garantia de reprodução social da sua família (melhorias nas condições econômicas e sociais, assegurar a permanência no campo); possibilidade de oferecer “produtos limpos” (sem agrotóxicos) aos consumidores. A dimensão ambiental ocupa um lugar secundário para esses agricultores familiares, e mesmo assim, aparece subordinada ao desejo de obter recompensa financeira, pois esses agricultores não optariam pela agricultura ecológica se esta não der um retorno que lhes permita sua reprodução social (devido à falta de mercado para seus produtos ou baixos preços, por exemplo).

Uma das linhas de pesquisa da Agroecologia, portanto, é a análise dos processos de transição agroecológica, com o objetivo de compreender os motivos que levam os agricultores familiares inseridos em diferentes realidades, a optarem pela agricultura ecológica, de modo a contribuir com projetos futuros em Agroecologia e com a discussão de que tipo de agricultura sustentável queremos, e podemos, atingir.

2.6 Economia solidária

Apresenta-se neste trabalho a Economia Solidária como alternativa ao modelo excludente de economia capitalista e, conseqüentemente, de agricultura. “Economia Solidária é o projeto de economia organizada a partir do

trabalho, e não do capital” (ARROYO & SCHUCH, 2006, p.20). Seus princípios básicos são: a propriedade coletiva ou associada do capital e dos meios de produção e o direito à liberdade individual, de modo que sejam valorizadas a solidariedade e a igualdade entre os seres humanos (SINGER, 2002).

Além do economista brasileiro e professor Paul Singer, outros autores latinoamericanos como o sociólogo chileno Luis Razeto e o economista argentino José Luis Coraggio têm produção bibliográfica e atuação na área. Apesar de algumas discordâncias dos mesmos em relação a um conceito único de Economia Solidária, estes não entram em discordância direta quanto às suas formulações (CRUZ, 2006).

“A Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER, 2002). Robert Owen, industrial inglês, criou a primeira cooperativa e as bases da Economia Solidária no início do século XIX. A partir de então o cooperativismo se espalhou por todo o mundo.

Hoje, existem cooperativas que são baseadas na Economia Solidária:

Na agricultura, as cooperativas impediram o domínio completo do setor pelo grande capital. Não cabe dúvida de que se hoje ainda predomina na maioria dos países a agricultura familiar, praticada em pequenas e médias propriedades, sobretudo pelos próprios proprietários e seus familiares, isso se deve aos efeitos do cooperativismo, que dão à agricultura familiar competitividade e, portanto, possibilidade de resistir e se reproduzir (SINGER, 2002, p.87).

A Economia Solidária se estrutura a partir de empreendimentos, tanto rurais quanto urbanos, que operam de alguma forma associativa, como cooperativa, associação, fórum, grupos, redes, que são denominados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A partir de empreendimentos solidários articulados em redes surgem os mercados solidários: clubes de troca, atacadão solidário, moeda social (cartão de crédito popular), ações de compras coletivas, fundos de microcrédito, cooperativas de consumo e outras

intervenções econômicas solidárias (ARROYO & SCHUCH, 2006; CASSARINO, 2004). Os EES são:

[...] organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, solidariedade, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER et al. 1999 citado por EID & PIMENTEL, 2001, p.3).

No Brasil e demais países da América Latina, a Economia Solidária ganha força no contexto das políticas neoliberais dos governos que chegaram ao poder depois do longo período de ditadura nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Apesar de alguns avanços em termos democráticos, a integração econômica, globalização e avanços tecnológicos, sob a hegemonia neoliberal, vêm aprofundando as desigualdades sociais e políticas entre os povos (ARROYO & SCHUCH, 2006).

Essas mudanças influenciam tanto a população urbana quanto a rural. As empresas capitalistas, que agora também dominam as relações no campo, reduzem seus postos de trabalho e terceirizam a mão-de-obra, diminuindo os salários e os benefícios ao trabalhador (SINGER, 2000 citado por ARROYO & SCHUCH, 2006). Há uma intensificação do êxodo rural, aumentando os contingentes de trabalhadores informais e desempregados nos centros urbanos. Os pequenos produtores que optam por ficar na terra deparam-se com enormes dificuldades de sobrevivência, pois as empresas rurais, agora dominadas pelas relações capitalistas, controlam desde a venda de sementes até a compra de seus produtos.

É comum a existência de cooperativas de trabalho formadas por iniciativa de grandes empresas, com o objetivo de reduzir custos e ampliar a mais valia absoluta da mão de obra empregada (CRUZ, 2006). Cabe aqui deixar claro que os empreendimentos de economia solidária têm princípios opostos aos daquelas cooperativas “empresas” cujo número de associados é muito inferior ao número de assalariados, cujos trabalhadores não participam das tomadas de decisões ou cuja repartição dos ganhos não é igualitária. Inclusive, muitas

cooperativas, implantadas nos assentamentos rurais nas décadas de 1980 e 1990 seguiam os princípios das cooperativas “empresas” e não como cooperativas de economia solidária. Os princípios dessas últimas são: autogestão, participação, solidariedade, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação e desenvolvimento humano.

A Economia Solidária e a Agroecologia apresentam-se como alternativas para os produtores para os quais esse o modelo de agricultura hegemônico não é viável, devido ao enorme aporte de capital necessário para a produção de forma convencional. Ambas buscam a sustentabilidade em sua acepção mais ampla, indo além de sua concepção puramente econômica para uma forma que abranja a inclusão social e a preocupação com a conservação ambiental. Nesse contexto, algumas instituições propõem a organização desses agricultores, entre si e com as comunidades urbanas em situação de marginalização em bases solidárias, formando-se redes de produção e consumo articuladas, que fomentem a economia local e valorizem o trabalho e produtos internos, permitindo a circulação dos recursos tanto financeiros como materiais e as informações dentro das comunidades, promovendo a geração de renda e trabalho no âmbito local. Tudo isso com objetivo de superação da pobreza, fortalecer a organização popular, conservar o ambiente e restabelecer as relações comunitárias de solidariedade (CASSARINO, 2004).

Hoje existe uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal e alguns municípios têm secretarias especiais para tratar da Economia Solidária. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um espaço público, não partidário, diversificado, plural e de caráter não deliberativo, um espaço aberto de encontro para o debate democrático de idéias, o aprofundamento das reflexões e elaboração de novas referências teóricas, a troca de experiências e a cooperação entre as entidades empenhadas no fortalecimento da Economia Solidária, como instrumento de inclusão através de trabalho, de transformação social e de superação da lógica capitalista. Em anexo, a Carta de Princípios do FBES.

As organizações que fomentam a Economia Solidária formam hoje um movimento social muito importante no Brasil. Elas ganharam força na década de 1990, e, nesse contexto, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), projetos de extensão em Universidades de todo o Brasil que têm por finalidade dar suporte à formação e ao desenvolvimento de EES criados por iniciativa de grupos de desempregados ou daqueles que vivenciam situações de precarização do trabalho (HECKERT, 2005). Há, atualmente, uma rede nacional de ITCP's e muitas delas desenvolvem trabalhos com Agroecologia e Economia Solidária.

A INCOOP/UFSCar é um programa de extensão universitária voltado ao ensino, pesquisa e intervenção em Economia Solidária, com foco na formação de Empreendimentos Econômicos Solidários de diferentes cadeias produtivas, como meio de geração de trabalho e renda para a classe popular. Ela é uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) inserida no movimento da Economia Solidária.

Salientamos aqui a importância da Economia Solidária como um movimento social que busca a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. Essa transformação é fortalecida na medida em que se articula com outros movimentos sociais como o movimento ambientalista, os movimentos das agriculturas alternativas e os movimentos de luta pela terra, por exemplo.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Nesta dissertação, faz-se a análise de um projeto realizado com uma família da área IV do Assentamento Rural Fazenda Pirituba II pela Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar). A compreensão desse projeto está inserida em um processo de transição agroecológica que vive essa família de agricultores. A escolha de uma única família para este estudo, deveu-se ao fato de encararmos o processo da transição agroecológica como um processo complexo, multilinear e multidimensional, que se dá ao longo do tempo, porém, sem datas exatas de início e de fim. Por ser um processo complexo, buscou-se analisá-lo também de forma complexa e, para isso, optou-se por uma densa descrição e análise de um único caso (estudo de caso). Isso não significa que este exemplo pode ser extrapolado para todos os outros casos. Ao contrário, é extremamente particular, porém, um estudo mais aprofundado desse processo dará subsídio para outras análises particulares ou para análises mais amplas. É conhecido o fato de existirem no assentamento outros casos de famílias, grupos de trabalho coletivo ou cooperativas que passam atualmente por um processo de transição agroecológica, todavia, ao se deparar com um caso complexo como o projeto da INCOOP/UFSCar, optou-se por analisá-lo qualitativamente sob diversos aspectos e com profundidade.

Por se ater a um caso particular, houve o cuidado para não personalizar os fatos aqui descritos, na busca de compreender as principais dificuldades do

processo de transição agroecológica e de contribuir com futuros trabalhos em Agroecologia e Economia Solidária.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que analisa os significados que os sujeitos dão às suas ações, como constroem suas vidas e suas relações, na busca de compreender os sentidos dos atos e das decisões dos atores sociais no contexto em que estas se dão (CHIZZOTTI, 2001). A análise deu-se em uma perspectiva sócio-histórica, na qual buscamos estudar a realidade daquela família imersa em um contexto local, sem a formulação de leis e padrões gerais, pois estes normalmente não são aplicáveis em outros contextos sócio-históricos. Portanto, nessa pesquisa, abandona-se qualquer pretensão de visão única da realidade, ou seja, de verdade absoluta. Ao contrário, é uma compreensão daquela realidade, naquele contexto específico, com um determinado grupo de pessoas e a partir das percepções dos sujeitos envolvidos no projeto (família e pesquisadora).

A escolha da pesquisa qualitativa deu-se pelo questionamento em relação à pesquisa quantitativa muitas vezes realizada dentro da Agroecologia. Essa última abordagem analisa o mundo e as relações como se houvesse constância, estabilidade e uma ordem que pode ser apreendida através de observações ou experimentações e assim explicar fatos, fazer previsões e propor modelos.

Para Chizzoti (2001, p.11) o ato de pesquisar define-se como:

[...] a investigação do mundo em que o homem vive e do próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida.

Esse mesmo autor coloca como aspectos característicos da pesquisa qualitativa: a delimitação e formulação do problema de pesquisa, a posição do pesquisador e dos pesquisados e a coleta de dado, como apresentados a seguir.

A delimitação do problema, na pesquisa qualitativa, não é feita previamente pelo pesquisador que, distanciado daquela realidade, propõe um problema, uma hipótese e as variáveis a serem analisadas. Pelo contrário, o problema é formulado pelo pesquisador e pelos sujeitos envolvidos na pesquisa durante o tempo de imersão do pesquisador naquela realidade. O problema afigura-se como um obstáculo, percebido pelos sujeitos de modo parcial e fragmentado, que é analisado sistematicamente (CHIZZOTTI, 2001).

O pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa, pois é através do seu ponto de vista, da sua bagagem teórica e sua história de vida que se dará a observação. Diferentemente da ciência positivista e quantitativa, o pesquisador aqui é tido como parte da pesquisa e, por isso, não é neutro e objetivo. Ao contrário, ele traz para o contexto da pesquisa muito da sua subjetividade. Por isso, ao entrar em contato com a realidade estudada, o pesquisador não deve se deixar levar pelas aparências imediatas, pelos fatos e explicações mais aparentes. Apenas o convívio e o estabelecimento da confiança entre pesquisador e sujeitos pesquisados podem levar ao entendimento mais profundo da realidade, com o objetivo de alcançar uma visão global das relações ali presentes (CHIZZOTTI, 2001).

Os pesquisados têm o *status* de sujeitos da pesquisa, que neste caso, elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas aos problemas daquela realidade, pois têm um conhecimento prático que pode ser levado pela reflexão coletiva ao conhecimento crítico com potencial de mudança. A idéia é criar uma relação dinâmica entre pesquisador e pesquisado que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa. “O resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transforma em uma obra coletiva” (CHIZZOTTI, 2001, p.84). Todos os sujeitos são igualmente importantes para a pesquisa, do culto ao iletrado, dos que falam aos que calam, dos que estão sempre presentes aos que estiveram ali raras vezes.

Os dados não são fatos isolados ou descolados da realidade, todas as situações vivenciadas pelo pesquisador são de igual importância, cada momento de silêncio ou de fala, manifestações freqüentes ou raras, ocasionais

ou constantes. Deve-se ter sensibilidade para perceber as coisas onde elas não são aparentes ou reveladas. “É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência” (CHIZZOTTI, 2001, p.84).

Freitas (2003, p.27-28) também faz um resumo dessas características da pesquisa qualitativa:

- A fonte dos dados é o contexto no qual o acontecimento emerge, focalizando o particular enquanto instância de uma totalidade social. Procura-se, portanto, compreender os sujeitos envolvidos na investigação para, através deles, compreender também o seu contexto;
- As questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas se orientam para a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas vai-se ao encontro da situação em seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento;
- O processo de coleta de dados caracteriza-se pela ênfase na compreensão, valendo-se da arte da descrição que deve ser complementada, porém, pela explicação dos fenômenos em estudo, procurando as possíveis relações dos eventos investigados numa integração do individual com o social;
- A ênfase da atividade do pesquisador situa-se no processo de transformação e mudança em que se desenrolam os fenômenos humanos, procurando reconstruir a história de sua origem e de seu desenvolvimento;
- O pesquisador é um dos principais instrumentos da pesquisa porque, sendo parte integrante da investigação, sua compreensão se constrói a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa e depende das relações de intersubjetivas que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa;
- O critério que se busca numa pesquisa não é a precisão do conhecimento, mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso resulta que pesquisador e pesquisado têm oportunidade para refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa.

Para Chizzotti (2001, p.85):

A pesquisa qualitativa é uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa, aos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação. O pesquisador deverá, porém, expor e validar os meios e técnicas adotadas, demonstrando a

cientificidade dos dados colhidos e dos conhecimentos produzidos.

Seguindo essa abordagem, diferentes métodos da pesquisa qualitativa foram articulados neste estudo na busca de uma análise ampla da realidade.

1) A observação participante foi utilizada no acompanhamento do projeto. Nesta técnica, o pesquisador tem contato direto com o fenômeno estudado e os atores nele envolvidos, em seu contexto ecológico e social, a partir da perspectiva e dos pontos de vista desses últimos. Dessa forma, pode-se experienciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos (CHIZZOTTI, 2001);

2) A história de vida foi utilizada para aprofundar o entendimento sobre o histórico da família para melhor compreender o contexto anterior à pesquisa e o histórico do projeto da INCOOP/UFSCar. Esta técnica é uma prática de apreensão de narrativas destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais e facilitar o conhecimento do meio no qual se encontra determinado grupo (MEIHY, 2005), e;

3) O estudo de caso foi utilizado com o intuito de se debruçar sobre a análise crítica de um caso particular, tido como uma experiência sociocultural complexa que revela uma multiplicidade de aspectos globais que podem ser encontrados em realidades específicas (CHIZZOTTI, 2001).

Entendemos que essa perspectiva de pesquisa qualitativa vai ao encontro dos objetivos da pesquisa em Agroecologia, visto que esta é uma ciência multidisciplinar que surge como uma crítica às consequências danosas da ciência positivista ao meio ambiente e às relações econômicas e sociais, que conta com as contribuições de disciplinas das mais diversas áreas do conhecimento, como Ecologia, Agronomia, Economia e Sociologia. Entendemos aqui, também, a agricultura como uma construção social resultante de ações dos sujeitos sociais a ela vinculados e da história e cultura dos mesmos.

Diante das bases metodológicas expostas acima, cabe agora descrever aqui como este trabalho foi realizado, paralelamente ao projeto da INCOOP/UFSCar. Como já colocado anteriormente, presente trabalho foi

realizado entre agosto de 2006 e julho de 2007. A observação participante se deu nesse período, no qual a pesquisadora fez parte da equipe de incubação.

Foram realizadas visitas quinzenais à família, com duração média de dois dias. Nessas visitas eram realizadas atividades vinculadas ao processo de incubação levado à cabo pela INCOOP/UFSCar. Paralelamente a essas atividades a pesquisadora fazia anotações e observações sobre o todo o processo vivenciado.

Entre fevereiro e julho de 2007 a pesquisadora realizou o trabalho de sistematização do projeto, solicitada pela incubadora, o que lhe permitiu realizar com a família uma análise do projeto como um todo.

Além do contato com a família e o período de sistematização, também foi possível acessar os arquivos da INCOOP/UFSCar e ter contato com a coordenadora executiva III e com o coordenador geral do projeto que relataram períodos do projeto anteriores ao início desta pesquisa e colocaram suas percepções em relação ao mesmo.

O contato periódico com a família foi fundamental para a elaboração desta pesquisa e das observações finais aqui apresentadas. Durante esta pesquisa pôde-se perceber diferentes posicionamentos e interpretações em relação aos fatos analisados, sendo que muitas vezes a equipe de incubação fazia algumas análises distintas daquelas dos agricultores, o que subsidia a colocação anterior de que os atores envolvidos devem ser levados em conta mais seriamente na elaboração e execução de projetos em Agroecologia, Economia Solidária e Desenvolvimento Rural.

A forma aqui escolhida para procurar entender a visão que a família tinha sobre o projeto da INCOOP/UFSCar foi o resgate da história de vida da família, neste caso, através da narrativa da matriarca e de sua nora. As entrevistas foram feitas em 20 de janeiro e 18 de maio de 2007, respectivamente, e seguiram um roteiro de temas pré-determinados pela pesquisadora, porém, a pessoa entrevistada era livre para discorrer sobre sua história e sobre a história do assentamento. A escolha desses dois depoimentos deveu-se ao fato de a primeira narradora ser a pessoa cujas opiniões tinham papel fundamental nas tomadas de decisões da família. O

segundo depoimento foi escolhido devido ao fato de a Narradora 2 ser um dos membros da família mais envolvidos no projeto da INCOOP/UFSCar, além de verbalizar sua adesão pela Agroecologia e realizar algumas atividades que caracterizaram uma transição agroecológica dentro do seu lote de moradia, durante o período que a pesquisadora participou do projeto.

Através da história de vida foram levantados alguns aspectos do projeto que não ficam claros através da análise documental. Essa técnica permite que as pessoas envolvidas no projeto coloquem aspectos históricos, importantes no contexto do projeto da INCOOP/UFSCar e da transição agroecológica.

4 RESULTADOS

4.1 O projeto da INCOOP/UFSCar

A INCOOP/UFSCar iniciou o contato com os agricultores do assentamento Fazenda Pirituba II (Itapeva/SP) através de um de seus coordenadores, que também é membro do Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (Habis) da Universidade de São Paulo – Campus de São Carlos (USP - São Carlos). No ano de 2002 o Habis iniciou um projeto para a construção de casas populares no Assentamento Rural Fazenda Pirituba II e esse professor fez contato com a matriarca da família que demonstrou interesse pelo trabalho da INCOOP/UFSCar. Naquele momento, sua família estava buscando reativar a granja de porcos⁴ que estava passando por dificuldades. Os porcos estavam morrendo porque a família não tinha condições econômicas de alimentá-los com milho adquirido no mercado (ração seca). Procuraram uma parceria, que não se firmou, com quem fabricava uma ração úmida para os porcos feita a partir de sobras de comida do CEAGESP.

Os grupos incubados pela INCOOP/UFSCar são acompanhados por uma equipe mínima formada pelo coordenador geral (um professor da UFSCar que faz parte da incubadora), um coordenador executivo (profissional de nível superior contratado) e um estagiário (estudante de graduação bolsista ou

⁴ Como citado no item 2.2 desta dissertação, a granja de suínos era parte da Cooperativa de Produção Agropecuária “Derli Cardoso” (COPADEC) e ficou para a família aqui estudada quando a cooperativa foi desativada.

voluntário). Porém, essa estrutura só pode ser sustentada se o projeto tiver um financiamento. Para isso, existe uma fase inicial do projeto, que não possui essa equipe mínima, mas em que há reuniões periódicas com o grupo para elaboração de projetos para captação de recursos.

Assim, durante o ano de 2004 este grupo foi acompanhado por um coordenador executivo (I), que auxiliou a família a elaborar projetos destinados a buscar subsídios financeiros via editais da Petrobrás, Fundação Banco do Brasil e CNPq. Esses projetos tinham como foco a reestruturação da granja de suínos, todavia, não foram aprovados.

Através da análise da cadeia produtiva⁵ relacionada à granja de suínos e da situação vivida pela família, concluiu-se que a alternativa seria a produção de uma ração úmida dentro do próprio lote da família, com a implantação de uma horta cujas sobras serviriam de alimentação para os animais. Então, enquanto não conseguiam nenhum financiamento, começaram a cultivar pequenas hortas em seus quintais. Nessa fase, a coordenadora executiva II assumiu o projeto.

Com essa segunda coordenadora executiva foi elaborado um projeto denominado “Produção de conhecimento simultaneamente à incubação de empreendimentos solidários no assentamento rural Pirituba II, Itapeva/SP, região de CONSAD” e submetido a um edital da Rede de Tecnologias Sociais vinculada à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP/RTS). Esse projeto foi aprovado e sua verba liberada em dezembro de 2005. Todavia, ele não foi escrito com participação ativa do grupo familiar, devido aos prazos para sua submissão ao edital.

Houve, portanto, uma grande conquista naquele momento, pois o projeto passou a ter recursos para estruturar uma equipe mínima de incubação e adquirir equipamentos e materiais de consumo. Todavia, houve uma nova mudança na coordenação executiva e, também, de objetivo do projeto, que levou a graves desgastes do grupo e do processo de incubação. O objetivo do projeto encaminhado para a FINEP/RTS era a *“formação de um grupo de 15 famílias de agricultores para a produção de hortifrutis por meio da transição*

⁵ Cadeia produtiva é um conjunto de operações de produção, industrialização e comercialização responsáveis pela transformação de um produto, desde a matéria-prima até sua chegada ao consumidor.

agroecológica considerando as condições locais”. A partir desse momento a família passa a chamar o projeto de “projeto da horta”.

A partir do financiamento da FINEP/RTS, em dezembro de 2005, começou a haver a realização sistematizada de atividades com o grupo e há fontes de consultas em arquivos da INCOOP/UFSCar. Há arquivos de relatos de todas as reuniões da equipe da incubadora e da equipe com a família a partir dessa fase do projeto. Existem também diversas fotos arquivadas nos computadores da incubadora e pastas com documentos arquivados desse período do projeto.

O projeto iniciou o ano de 2006 com a necessidade de um remanejamento orçamentário. Isso fez com que o início das atividades práticas ficasse comprometido e não se realizem reuniões até que o remanejamento fosse aprovado em fevereiro. Em janeiro, a coordenadora executiva III participou do XII Estágio de Vivência no qual uma das atividades realizadas foi a implantação de uma composteira no lote da família. Em março, foi possível implantar uma pequena horta no lote da Narradora 2⁶ e plantar cerca-viva em alguns lugares do lote de produção da família. Já em abril o grupo dividiu-se em comissões, porém, só a comissão do viveiro conseguiu realizar as atividades às quais se propôs. As comissões eram as seguintes: *viveiro*: implantar a estrutura do viveiro; *produção*: colher milho, preparar o solo, fazer composto e biofertilizante, subir os canteiros e acompanhar os experimentos das hortas individuais; *irrigação*: instalar os canos e a roda d’água; *comunicação*: manter todos informados sobre as reuniões; *manutenção dos equipamentos*: listar e organizar as ferramentas, monitorar o uso e fazer os reparos necessários e a de *relações externas*: divulgar o projeto.

Em março, iniciaram-se as reuniões quinzenais, mas sempre algum membro da família estava ausente, pois estes são atuantes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e estão envolvidos em outros projetos. Outros membros da família desanimaram, pois as atividades do “projeto da horta” não eram práticas e a implantação da horta não se realizava.

⁶ Ver relato da Narradora 2 no item 6.3.2 deste trabalho.

Paralelamente às atividades relativas à Agroecologia, havia um trabalho de discussão dos princípios da Economia Solidária, incluindo a elaboração de um acordo coletivo com as regras de trabalho do grupo. Essas regras foram propostas e discutidas pelo próprio grupo com a mediação da coordenadora executiva III. Um ponto importante das regras era o regime de trabalho, quantas horas por dia cada pessoa tinha que trabalhar e de que forma seria a divisão dos ganhos⁷ referentes àquele trabalho. Alguns membros da família não cumpriam as horas de trabalho previstas no acordo coletivo e diversas atividades não foram realizadas, provocando desgastes entre os próprios membros da família.

O foco do trabalho da coordenadora executiva III, que passou a coordenar o projeto no início do financiamento da FINEP/RTS, era trabalhar a identidade do grupo incubado, pois naquele momento era nítida a desestruturação do mesmo. Alguns membros da família passaram a procurar trabalho na forma de diária dentro do assentamento, por não poderem esperar a implantação da horta que lhes permitiria o sustento da família, que também estava enfrentando problemas de doenças. Uma das frentes de ação da coordenadora executiva III foi o trabalho com os princípios da Economia Solidária, que haviam sido negligenciados na fase na qual o grupo se ateve a escrever projetos. Outra ação da coordenadora executiva III foi a conversa com cada membro da família que se dizia parte do grupo. Depois dessas conversas individuais apenas quatro pessoas permaneceram no grupo e isso causou um desconforto muito grande na família, principalmente em relação à matriarca, que sempre teve o objetivo de manter sua família unida e trabalhando dentro do assentamento⁸.

O projeto, então, passou por crises sucessivas que culminaram em sua suspensão em fevereiro de 2007. Essas crises estavam relacionadas ao não cumprimento dos acordos coletivos elaborados pelo grupo familiar, número flutuante de participantes e não participação nas reuniões, inserção forçada de

⁷ Na Economia Solidária não é usado o termo lucro, pois este é um termo da economia capitalista que supõe a exploração do trabalho assalariado, o que não ocorre em empreendimentos que adotam os princípios da Economia Solidária, que não prevê a exploração do trabalho pelo(s) dono(s) dos meios de produção.

⁸ Ver relato da Narradora 1 no item 6.3.1.

jovens da família no grupo, não ampliação do grupo para outras famílias do assentamento e não implantação da horta.

Os dois últimos itens citados acima foram cruciais para a suspensão do projeto. A INCOOP/UFSCar tinha por objetivo formar Empreendimentos Econômicos Solidários que envolvessem diversas famílias do assentamento e que gerassem postos de trabalho e alternativas de renda para o maior número de pessoas, de forma a estimular a economia local e a formação de redes e trocas constantes entre os assentados. Desde o ano de 2002 até 2006 não houve adesões de mais famílias ao grupo, pelo contrário, os membros do grupo incubado que não eram da família foram deixando de participar das atividades paulatinamente. Durante o segundo semestre de 2006 duas tentativas de ampliação do grupo, com a adesão de mais famílias foram propostas pela equipe de incubação à família, porém, nenhuma delas foi bem sucedida. O grupo alegava que o fato de a horta não dar retorno financeiro até aquele momento era o motivo do desinteresse das demais famílias assentadas. O histórico de conflitos no assentamento em relação às cooperativas anteriores também era um fator limitante à ampliação do grupo.

A horta coletiva não foi implantada no lote de produção da família devido a uma sucessão de fatos: a) a não realização de algumas atividades pelo grupo (como as comissões anteriormente citadas); b) a saída de membros da família do grupo; c) a demora da implantação do sistema de irrigação devido à não participação de um professor elencado no projeto enviado à FINEP/RTS, que seria responsável pelo acompanhamento técnico e desenho do sistema de irrigação a ser utilizado na horta, mas que não desenvolveu as atividades previstas, o que ficou a cargo de um estagiário do projeto, estudante de Engenharia Agrônômica; d) o atraso da compra dos materiais do conjunto de irrigação devido à burocracia da Fundação de Apoio Institucional da Universidade Federal de São Carlos (FAI/UFSCar) e à falta de conhecimento técnico da equipe de incubação. Em fevereiro de 2007, os materiais para a implantação do sistema de irrigação ainda não haviam sido comprados e o projeto foi suspenso.

Entre fevereiro e julho de 2007, foi feita uma sistematização das atividades realizadas com a família desde o ano de 2002 até 2007, que resultou em uma análise do processo de incubação para que a INCOOP/UFSCar possa utilizar esses dados para melhorar seus futuros trabalhos com grupos de agricultores familiares.

Cabe aqui colocar, no entanto, que algumas atividades bem-sucedidas foram realizadas durante o “projeto da horta”, como por exemplo: a implantação de uma horta individual no lote da Narradora 2, que gerou uma pequena renda para a família; a implantação de um viveiro de mudas no lote da família; a implantação de um Sistema Agroflorestal em uma área que havia queimado no lote de produção, por iniciativa da própria família e com mudas preparadas pelos mesmos; o plantio de cerca viva no lote e a implantação de uma roda d’água que permitiu que a água consumida nas casas da família no lote de produção fossem abastecidas com água da mina ali existente (essa água também seria utilizada para a irrigação da horta coletiva).

Como visto acima, durante esses quase cinco anos, a intervenção da INCOOP/UFSCAR junto à família passou por diferentes fases, pois diferentes equipes foram responsáveis pelo projeto. No Quadro 2 são descritas as atividades desenvolvidas pela INCOOP/UFSCar com o grupo familiar

Quadro 2. Histórico das atividades desenvolvidas pela INCOOP/UFSCAR com o grupo familiar.

Período	Atividades
2002/2003	<ul style="list-style-type: none"> - início do contato com o grupo pelo professor coordenador geral da INCOOP/UFSCar; - família enfrenta grave crise (não conseguem sustentar a granja de suínos); - início do trabalho entre a família e a INCOOP/UFSCar.
2004	<ul style="list-style-type: none"> - trabalho participativo de compreensão do processo pelo qual a família passou; - coordenador executivo I; - tentativa de reativação da granja de suínos da qual faziam parte;

	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração e envio de projetos com foco na granja (não aprovados).
2005	<ul style="list-style-type: none"> - reuniões periódicas; - falta de recursos; - mudança de foco da granja para o planejamento de implantação de hortas nos quintais individuais; - mudança da coordenação (coordenador executivo II); - elaboração e envio de projeto para a FINEP/RTS, porém, esse projeto foi feito sem a participação efetiva da família devido aos prazos; - este projeto previa o envolvimento de outras famílias do assentamento.
2006	<ul style="list-style-type: none"> - aprovação e início do projeto FINEP/RTS (“projeto da horta”); - nova mudança de coordenação (coordenador executivo III); - chegada de recursos; - aumento e estruturação da equipe de incubação (início desta pesquisa); - desagregação familiar e problemas de saúde; - conversas individuais da coordenadora com os membros da família para entendimento de quem fazia parte do “Grupo Horta”; - desistência da maioria dos membros da família; - implantação de um viveiro de mudas e de uma roda d’água que abasteceria a horta; - consolidação de uma das hortas individuais; - não implantação da horta coletiva; - não cumprimento de acordos coletivos; - não adesão aos princípios da Economia Solidária; - não ampliação do grupo (para que o projeto beneficiasse mais famílias do assentamento).
2007	<ul style="list-style-type: none"> - última tentativa de implantação da horta, mas o processo não foi concluído devido às burocracias para a compra dos equipamentos para irrigação, a não-participação dos membros

	da família e a não ampliação do grupo; - suspensão do projeto; - elaboração de uma sistematização do projeto como um todo.
--	--

4.2 A família

O grupo familiar com o qual a pesquisa foi realizada é formada por uma matriarca e seus cinco filhos. Todos moram no Assentamento Rural Fazenda Pirituba II, sendo que dois de seus filhos moram em lotes na agrovila da área IV e os outros três moram nos lotes de produção, onde também vive a matriarca, porém, cada um tem sua residência. Para melhor compreensão dessa organização familiar foi elaborada a Figura 2 com o organograma abaixo:

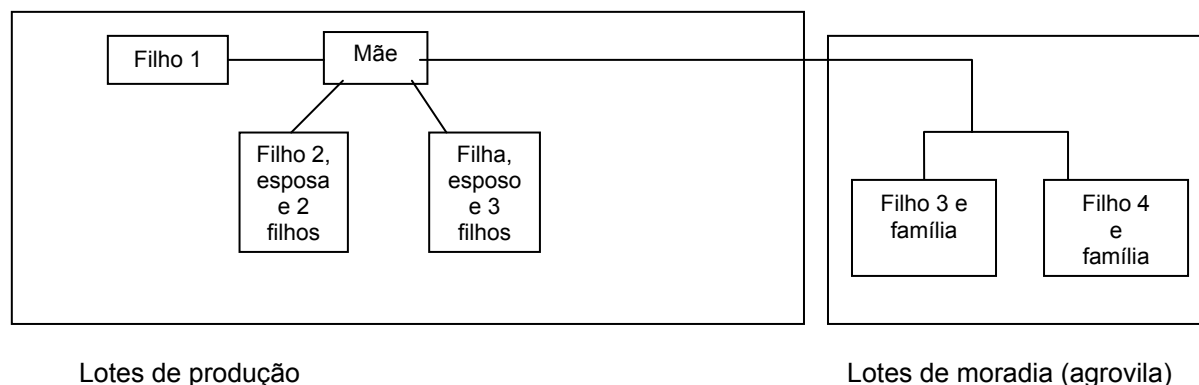


Figura 2. Organograma da família com a qual foi realizado esse estudo de caso.

A Figura 3 é o mapa elaborado pelo Filho 2 e o esposo da Filha⁹ em 17/01/2007 e que mostra a organização do lote de produção do qual fazem parte três núcleos familiares.

⁹ A matriarca possui 4 filhos e uma filha, por isso a Filha não foi numerada.

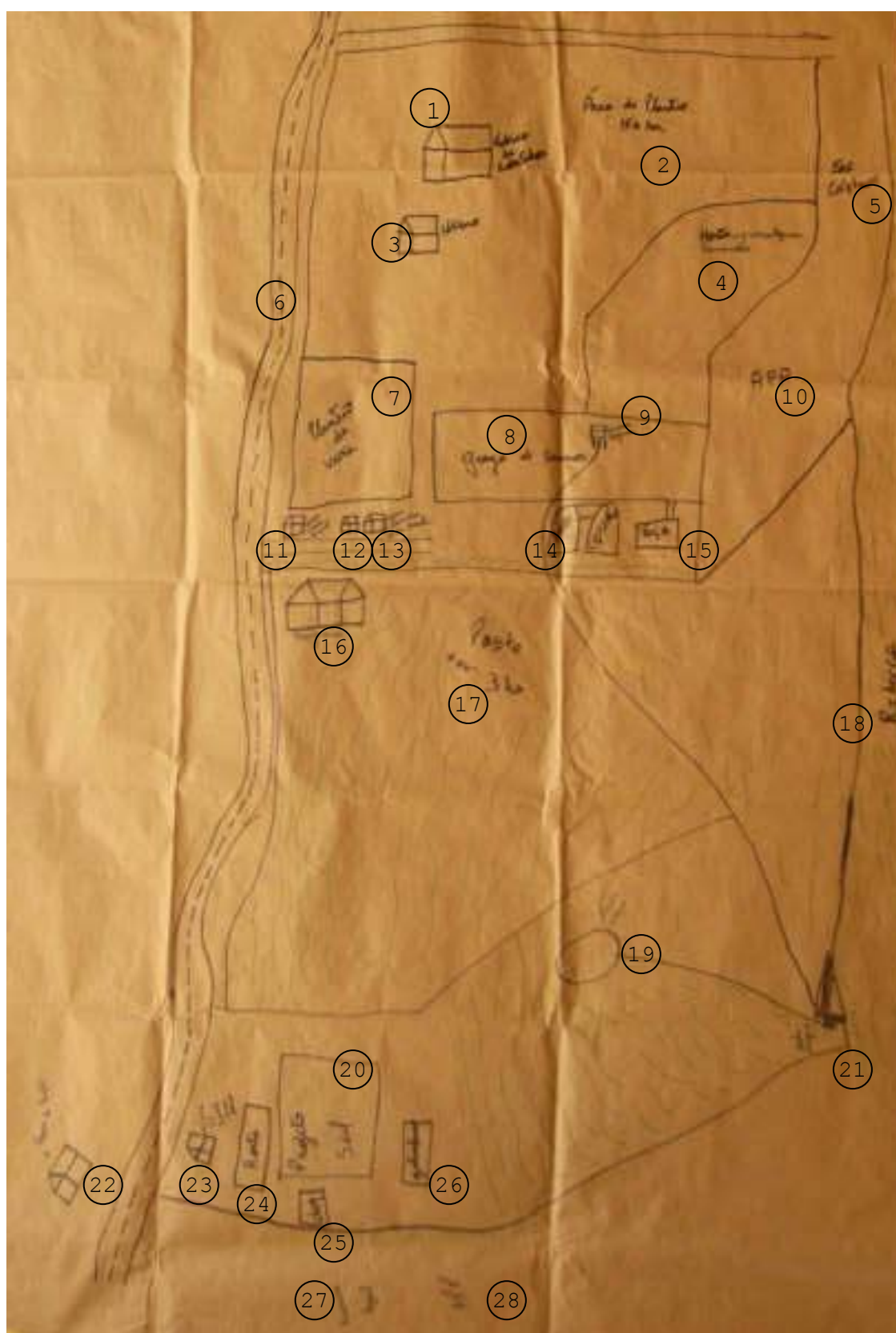


Figura 3. Mapa elaborado pelo Filho 2 e o esposo da Filha em 17/01/2007 e que mostra a organização do lote de produção da família

Legenda

1. Fábrica de embutidos
2. Área de pasto (15 ha)
3. Viveiro
4. Horta agroecológica
5. SAF coletivo
6. Estrada para Bonsucesso do Itararé
7. Plantio de uva
8. Granja de suínos
9. Caixa d'água
10. APP (Área de Proteção Permanente)
11. Casa da matriarca e do Filho 1
12. Casa da família da Filha
13. Cozinha da casa da Filha
14. Barracão de cepilho
15. Fossa
16. Mangueira
17. Pasto + ou - 3 ha
18. Ribeirão
19. Mina d'água
20. Projeto de SAF
21. Roda d'água
22. Fábrica de ração
23. Casa do Filho 2 e família
24. Horta individual
25. Chiqueiro
26. Galinheiro
27. Reserva legal
28. APP (Área de Proteção Permanente)

É neste espaço e com as pessoas desses núcleos familiares que essa pesquisa foi realizada. Esse lote de produção possui aproximadamente 20 ha nos quais se encontram 11 pessoas de três núcleos familiares (o Filho 1 e a matriarca, o Filho 2 e sua família e a Filha e sua família).

No Quadro 3 apresenta-se a diversidade de animais e vegetais existente no lote em janeiro de 2007.

Quadro 3. Diversidade de animais e vegetais presentes no lote de produção da família em janeiro de 2007.

Quantidade de animais e suas utilizações	Vegetais
4 cabeças de gado (carne/leite) 1 cavalo (passeio/biqueação/tração) 2 porcos (criação) 100 galinhas (carne/ovos) 6 patos (ovos/carne)	Horta: almeirão, alface, cheiro verde, couve, beterraba, cenoura, pimenta, repolho, tomate, tomate cereja, mandioca, abóbora, abobrinha, moranga Frutas: uva, abacate, palma, figo, limão, banana, abacaxi, mamão, goiaba, maracujá, Adubos verdes: guandu, lab-lab, feijão de porco, mucuna, crotalária Outros: milho, feijão e cana-de-açúcar, Napier (capim-elefante cultivar Napier) e mamona (alimento para o gado), erva cidreira e citronela

Naquele momento, havia uma considerável diversidade de espécies que estavam sendo cultivadas no lote e que contribuíam para a subsistência da família, porém, nenhum desses produtos estava sendo produzido de forma a gerar renda monetária suficiente para que a família sobrevivesse unicamente da agricultura.

Por isso, cada membro da família também realizava outras atividades no assentamento para complementação da renda. A Filha é Agente Comunitária de Saúde e recebe um salário como funcionária pública. Os membros da família também realizam trabalhos temporários ou diários no assentamento (por exemplo, fazem empreitada como pedreiro, ajudam na colheita de algum outro lote, trabalham por dia na cozinha da escola do assentamento, vendem

produtos em crochê ou pão-de-mel feito em casa, etc). Uma parte da área dos lotes de produção também é arrendada para a complementação da renda da família. Durante o ano de 2006 a esposa do Filho 2 conseguiu colher alguns produtos da sua horta individual e vender outros assentados.

Cabe esclarecer detalhes sobre o contexto geral no qual a família se encontrava naquele momento. Primeiramente, ressaltamos que essa família faz parte das lideranças do assentamento e que constrói, juntamente com pessoas dali e de outros assentamentos, as discussões do MST nos âmbitos de educação, saúde, produção, infra-estrutura e política, estando presentes em diversos fóruns de articulação nos níveis municipal, estadual e nacional. Isso faz com que, muitas vezes, os membros da família tenham que dividir o tempo da produção e comercialização com momentos de militância política. Por outro lado, estão inseridos em discussões como o debate sobre a adoção dos princípios agroecológicos nos assentamentos onde o MST atua, como forma de um projeto social alternativo, no qual a agricultura de base ecológica está inserido.

Nesse sentido, desde o início dos anos 2000, iniciaram-se no assentamento, discussões sobre a mudança de produção de um modelo convencional para uma agricultura de base ecológica fundamentada na Agroecologia, com grande envolvimento do MST como movimento social, de ONG's (como o Instituto Giramundo Mutuando¹⁰), de instituições como a INCOOP/UFSCar e da COAPRI¹¹, que iniciaram um processo de discussão sobre uma transição agroecológica no assentamento. A partir dessas discussões foram realizados: um Diagnóstico Rural Participativo da Biodiversidade (DRP-Bio, no ano de 2004), dois Encontros Regionais de Agroecologia (I e II ERA, em 2005 e 2007), projetos da ONG Instituto Giramundo Mutuando com coletivos de agricultores e o Pacto Ambiental citado anteriormente no histórico do assentamento. Caracteriza-se, portanto, um movimento na direção de uma transição agroecológica mais ampla dentro do

¹⁰ O Instituto Giramundo Mutuando é uma ONG com sede no município de Botucatu que também desenvolve um projeto em parceria com a família. Este projeto está vinculado ao Programa de Extensão Rural Agroecológica (PROGERA).

¹¹ A COAPRI é uma cooperativa de comercialização que congrega cooperativas de produção mantidas pelos assentados.

assentamento. Todavia, esse processo é complexo e cheio de obstáculos a serem superados, que procuraremos discutir ao longo deste trabalho.

Essa família fazia parte da COPADEC, cooperativa da área IV do assentamento. Com a extinção dessa cooperativa, a estrutura da granja de suínos¹² permaneceu com a família, que passou a administrá-la. Nos anos de 2002/2003 a granja começou a passar por sérios problemas, o que culminou com o projeto da INCOOP/UFSCar junto ao grupo. Paralelamente ao projeto da Incubadora, estava sendo desenvolvido com a mesma família um outro projeto em parceria com a ONG Instituto Giramundo Mutuando, inserido no Programa de Extensão Rural Agroecológica de Botucatu e Região (PROGERA), financiado pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), desde meados de 2004. Este projeto com a ONG constituía-se em desenvolver atividades de capacitação e experimentação juntamente com grupos de agricultores (coletivos, cooperativas ou associações). O grupo familiar com o qual o presente trabalho foi desenvolvido realizou experimentos de plantação de feijão e milho, sem agrotóxicos, nas safras de 2005/2006 e 2006/2007, respectivamente.

4.3 História de vida da família

Para maior compreensão do contexto no qual se dá o projeto da INCOOP/UFSCar e para permitir a análise do processo através do olhar de alguns membros da família, é apresentada aqui a história deste grupo familiar contada pela matriarca e por uma de suas noras (que vive no lote de produção da família, esposa do Filho 2 e que participou do projeto da INCOOP/UFSCar ativamente nos anos de 2005 e 2006).

As entrevistas foram transcritas na íntegra, com algumas edições, para maior clareza da passagem do texto oral para o escrito, pois dessa forma não

¹² Cabe aqui lembrar que a granja de suínos fica no lote de produção da família, como podemos observar na Figura 2.

se perdeu a percepção do narrador. Transcrever apenas partes faria com que se perdesse a noção do todo que o texto na íntegra traz.

Alguns comentários da autora estão inseridos ao longo dos depoimentos para deixar a leitura mais fluente, chamar a atenção e esclarecer alguns fatos ao leitor. Os depoimentos foram escritos em itálico para diferenciarem-se dos comentários.

4.3.1 Narradora 1

A matriarca é nascida no interior da Bahia, mas morava com seus filhos na periferia de São Paulo em meados da década de 1980, em São Miguel Paulista. Lá eles participavam do Movimento dos Sem Teto:

“Foi quando conseguimos um terreno pra construir nossa casa que deu mais força. Nós morávamos de aluguel e aí conseguimos o terreno pra construir a casa. Aí a gente viu que tinha muito mais força pra conseguir muito mais. Foi ali que meus filhos aprenderam a assentar tijolo, a fazer instalação hidráulica, elétrica, foi em casa que eles aprenderam, muito pequenos, muito juvenzinhos. Quando eu militava no movimento de moradia em São Paulo, eu tive um probleminha e fui pra Bahia, e eles (os filhos) ficaram, foi a primeira vez que nós nos separamos. Quando eu voltei foi tão lindo, eles já estavam dentro de casa. Eu cheguei em casa um dia e no dia seguinte já era o congresso do Movimento dos Sem-Terra (MST). Eu estava me integrando ao movimento já com espírito de mudança pra casa. A gente morou muito pouco tempo na nossa casa...e veio pra São Paulo porque eu tinha uma coisa interessante entre nós, era...a unidade da família e não separar. A gente morava sempre perto. Não era pra gente morar dentro de casa todo mundo, mas nós morar sempre perto e ali não dava, você consegue um terreninho e fazer uma casa, nós éramos cinco, seis, como é que nós íamos morar todos juntos?”.

Percebe-se, nesse primeiro parágrafo do depoimento da narradora, a união da família e o objetivo que eles têm de não se separar, de morar perto e

trabalhar juntos. Loera (2006) analisa as realidades de um acampamento e de um assentamento no interior de São Paulo e conclui que, paralelamente às lutas conjuntas travadas nesses espaços, as estratégias familiares são cruciais para as tomadas de decisões destes em relação à luta pela terra e à sobrevivência. Isso vai se tornando ainda mais claro ao longo do depoimento da Narradora 1.

“Quando eu voltei, eu abracei o movimento, a gente já tinha (contato) com o movimento (o MST) em São Paulo e resolvemos fazer excursão para os acampamentos. Nós viemos pra Itapeva, e minha filha adorou esse lugar. Nossa! Ela viu tanta riqueza que ela não queria mais voltar comigo naquele dia, falava que ia ficar. Eu falei: “não, você volta, vamos voltar, você trabalha, não posso te deixar aqui!”. Nunca ela tinha tido essa oportunidade de ver o rio, de ver água, de ver tanto verde, tanto espaço. Aí voltamos pra casa, ela pediu a conta e disse: “amanhã eu vou pro acampamento”. E veio. Essa construção foi bonita porque nós trabalhamos aqui na Campanha da Fraternidade de 86, que se dizia assim: “Terra de Deus, terra de irmãos”. Trabalhamos esse acampamento com esse lema, que aí você vai vendo um jeito pra se falar de uma sociedade diferente. Se terra de Deus é terra de irmão, nós não podemos dividi-la. Isso é muito legal, muito bonito. A construção desse acampamento.

O primeiro acampamento feito pelo Movimento dos Sem-Terra foi esse nosso. Porque já tinha o 1 (a área I), o 2 (a área II) e o 3 (a área III), mas nenhum tinha sido do movimento, não tinha sido ele que tinha feito, tinha sido o sindicato. Nós éramos os primeiros militantes do movimento que pisava nesse chão. Aqui a gente foi construindo devagar uma sociedade diferente, um acampamento muito pobre, o que me chamou a atenção, que me deu mais força pra participar, porque era uma pobreza muito grande essas famílias, que vinha de bóia-fria, arrendatário, era de uma pobreza como eu nunca tinha visto. E aí você tem como você trabalhar e ajudar essas famílias. E assim a gente trabalhou aqui, todos militando pra ajudar o acampamento. Naquela época a minha filha não era agente de saúde, mas ela ajudava os idosos, as crianças, as gestantes, ajudava muito. Montamos o barracão das gestante pra fazer trabalho com as mulheres, porque assim era uma forma de poder ter elas mais

juntas. Os meninos também se engajavam. Meu filho se engajou muito nessa luta pelo assentamento, o pessoal respeitava ele mesmo pequeno, mesmo muito jovem o pessoal gostava muito dele, que se engajava pra unir o assentamento numa coletividade.

Do final de 95 pra cá era o auge das cooperativas no Brasil, as cooperativas do movimento. Em 96 a gente viu a possibilidade de montar uma cooperativa pra melhorar as condições, diversificar o trabalho. Foi quando pegamos o projeto da granja, compramos a granja dos holandeses. Nós compramos tudo isso aqui, compramos a granja e essas casas daqui. Nessa época já era cooperativa, Cooperativa Derli Cardoso (COPADEC). Só que, com a chegada da cooperativa acabou aquela diversificação da produção, o pessoal achou por bem fazer uma grande produção voltada para milho, feijão e soja, e aí foi um fracasso muito grande, um retrocesso muito grande, porque a estufa da horta coletiva que nós tínhamos antes acabou, e foi se acabando devagar, até que ficamos só com a agricultura e o leite.”

Chamamos aqui a atenção do leitor para a percepção da narradora em relação à opção pelo modelo da agricultura convencional que se deu naquele assentamento. Ela expressa o paradoxo entre a formação da cooperativa, que deveria ajudá-los em termos de comercialização e organização, e a opção pela produção monocultora em larga escala, que faz o grupo perder as características da diversificação e do coletivismo presentes no acampamento.

“Aí o pessoal foi desinteressando do trabalho, porque foi comprando trator, e o trator na agricultura tradicional, ele fazia tudo. O lucro no começo, se acertávamos uma lavoura, era bom. Tivemos uma renda boa, teve uma época de retirar seiscentos a setecentos reais por mês, era muito dinheiro. E a coisa começa a cair quando pára com as estufas, pára com o gado, vai diminuindo. A lavoura sozinha não se sustenta, ela começou a corroer a granja. A granja foi pra frente porque nós viemos trabalhar nela, ela era a paixão da nossa família, mas os outros queriam lucros. Tinha gente que durante os 5 ou 6 anos que tivemos a granja na cooperativa nunca se interessou.

E aí nós não tivemos mais oportunidades. Você tira da granja, coloca na agricultura e vêm os problemas: uma hora estiagem, outra hora era muito frio,

geada. Teve uma chuva de pedras que judiou muito da gente, que pegamos financiamento para 50 alqueires de soja e trinta de feijão, mas na hora da comercialização foi um prejuízo. Foi uma carreta de feijão pra São Paulo e nós perdemos, porque o cara deu um bote e a gente não recebeu. Foi um golpe muito grande, e não deu pra pagar o banco. A soja não deu porque houve vários problemas: uma chuva que fez um arrastão na terra e afundou ela. Foi muito prejuízo. Aí plantamos outro feijão e outro milho pra socorrer o banco que estava atrasado mas não deu mais tempo porque veio uma chuva de pedra no mês de setembro, uma chuva de pedra que demorou uns quatro dias e você olhava parecia que tinha morrido.”

Beze et al. (2005) colocam que os agricultores desse assentamento enfrentam dificuldades para a obtenção de recursos financeiros, pois há um elevado grau de inadimplência, especialmente junto ao Banco Nossa Caixa. Esse endividamento é fruto do modelo de produção adotado desde a época de sua instalação e perpetuado pelas cooperativas que ali existiram. Tal fato dificulta o aumento da renda desses agricultores e faz com que estes busquem projetos como os da INCOOP/UFSCar e de ONG's para financiar sua produção.

“Isso foi em 1998 se eu não estou enganada. Foi uma chuva de pedra como eu nunca tinha visto! E ficou somente a granja sofrendo. Vendemos muito porco porque não tinha milho pra dar pra eles, e até plantar outro e colher são seis meses. Daí pra cá o pessoal começou a desanimar. Não tem lucro o pessoal começou não querer trabalhar e ir saindo. Nós ficamos em vinte na cooperativa e tocamos até 2002, 2003. Em 2003 foi proposto a divisão da terra, cada um que ia saindo ia dividindo a terra. Uma coisa engraçada é que para os que foram saindo nós pagamos os patrimônios que tinham investido na cooperativa e eles foram levando embora. E a granja se sustentava. Eles financiaram, se acertaram, e nós, que ficamos na cooperativa até o final só dançava. Quando foi final de 2003 pra 2004 o pessoal propôs a divisão da terra, aí dividiu a terra e dividiu o patrimônio da cooperativa e o nosso maior golpe foi que quem tinha saído antes e recebido antes, quando foi na divisão de patrimônio, pegou os patrimônios também. Os que tinham pago eram os 20

e nós não tivemos direito, ficamos somente com a terra, com a mata e sem crédito. Ficamos com a granja, mas não adiantava a granja se nem comida tinha para tratar dos porcos. Mas mesmo assim nós levamos, as porcas criavam, pegamos uma parte dos leitões que eram o capital de giro e deixava os pequenos pra engordar porque aí ia dando sustentação.

Mas aí teve uma falta de milho muito grande, não conseguia plantar em 21 alqueires de terra, não conseguia parceria nenhuma e foi tão engraçado, essa granja nos deu um choque, porque nós tínhamos as pessoas certas que entregavam o leitão.

Aqui em Taquaquarivaí e Taquarituba formou uma grande granja que era um consórcio, nesse consórcio teve um cara que deu golpe e acabou se dissolvendo com três mil matrizes, os sócios iam tirando o leitão e vendiam por 80 centavos um leitão que na época nos vendia por 1,10 ou 1,20. O pessoal da região que comprava os nossos, correram para comprar os deles. Isso foi um choque muito grande porque você não tinha como fazer capital, ninguém queria nosso leitão, e foi se acabando. A gente corria por todo canto e não conseguia parceria com ninguém, nem com os próprios assentados porque nós viramos uma doença contagiosa, ninguém chegava perto de nós, ninguém. O que mais dava pra nós era as porcas e os leitão e aí virou um rolo, foi acabando com tudo os porcos, morrendo os leitão e você tentando salvar o máximo.

Aí descobriram uma pessoa em São Paulo, que com uma máquina italiana transformava as sobras do CEAGESP em comida para os porcos. Corremos atrás dele e descobrimos. O dia em que eles trouxeram a primeira comida aqui, isso foi na entrada do governo Lula, foi muito legal porque conseguimos salvar nossos porcos que estavam morrendo.

A família tentou fazer uma parceria com a empresa Vomm Equipamentos. Esta empresa detinha a tecnologia de produção de uma ração líquida chamada de Pastone, feita através do processamento da matéria orgânica recebida do CEAGESP de São Paulo que, depois de processada, era distribuída a pequenos criadores, sem nenhum custo para eles. Em troca, uma vez abatidos os animais alimentados com a ração, a Vomm recebia um percentual pela venda da carne. Todavia, essa parceria não se concretizou.

“Nós queríamos fazer parceria, que ele continuasse mandando (as sobras do CEAGESP). Ali dava pra você aumentar os animais e tratar deles, os animais ia dar lucro tanto pra nós quanto pra eles. Só que começamos a ter problemas, pois disseram que nós estávamos arrendando a granja pros italianos¹³, e que iríamos ter problemas aqui na região e com os assentados, muita dificuldade. Isso levou o movimento discutir sobre o nosso caso. Não era verdade. Chamamos todo mundo pra parceria e levamos os italianos pra conhecer todas as agrovilas, só pra eles saberem que não era o que eles estavam imaginando, e aí começou a ter muitos rolos e o italiano começou a ter muito medo de criar problemas pra ele e criar um problema com o movimento, e com os grandes fazendeiros de Itaporanga começaram a buscar comida lá...onde a gente acabou perdendo tudo.”

Há conflitos entre os assentados desde a época da cooperativa, como podemos observar ao longo deste depoimento. Esse contexto tem grande influência até hoje nos trabalhos desenvolvidos no local.

“Mas o forte nosso é a suinocultura e essas coisas menores, é a galinha caipira, a fruta, as árvores, a verdura. Isso interessa pra nós. Nós não temos paixão por grandes lavouras. Fomos contra a entrada de veneno na agricultura.

Mas, quando deu essa quebra a gente acabou recuando e aí entram todos os problemas na família, uma história que não gosto de repetir, tem todo um porquê... as pessoas vão se afastando e a família que a gente convive junto é a nossa, mesmo que um ou outro fale: “eu não vou trabalhar junto”, não era verdadeiro. O que nós esperávamos no trabalho da horta era um sistema diferente, nós não queremos a horta para que ela nos escravize, porque queremos que cada pai e que cada filho tenha tempo pra curtir a família porque foi por isso que nós viemos aqui, curtir a nossa família, fazer algo em volta da nossa casa, mas não estamos conseguindo, essa horta tem mostrado muita coisa, nossa! E acaba um jogando a culpa no outro e aí não sabemos o verdadeiro culpado disso, porque quando a terra está preparada dá aquele gás, “vamos esperar chover”, mas quando chega recurso pra nivelar a terra aí o mato já tomou conta de novo. Temos certo tipo de cobrança que não é pra nós.

¹³ A Narradora aqui se refere a Enrico Vezzani, diretor da empresa Vomm Equipamentos, que fazia as negociações com o grupo na época.

Quem vier trabalhar com a gente é que vai ter que ajudar a construir a história. Porque essa horta não pode ser pra dividir a família, e nós estamos todos aqui dizendo: “vamos voltar a trabalhar juntos”. A granja era o carro chefe, porque essa horta está ligada com as casas que veio¹⁴, o desenvolvimento da família, o pretexto de unir as famílias.”

O projeto da INCOOP/UFSCar passou por um momento de tentativa de ampliação do grupo (Quadro 1), com a inserção de outras famílias do assentamento. Por fim, ocorreu o oposto, vários membros da família desistiram de participar do projeto depois de serem questionados individualmente pela coordenadora executiva III se faziam parte do grupo que desenvolvia o projeto com a incubadora.

“Mas, a horta não veio, e fevereiro é dia de pagar as contas de novo e não temos o dinheiro da horta de novo, e nisso a depressão está tomando conta da família, um não pode trabalhar, o outro cobra, e a gente fica no meio. Precisamos nos arrumar, eu não tenho mais muita força não.

O problema da incubadora é que é sempre um aprendiz passando sempre a mesma história, você não está dando continuidade, porque está parado aqui, estacionou. Nesse trabalho da horta tanta gente já passou por nós, tem duas pessoas que foram do início da discussão da horta, um biólogo que começou com a gente, e achamos que ele ia dar continuidade no trabalho. Só que antes do começo do projeto da horta ele foi embora, aí entra uma outra coordenadora e, quando o projeto foi aprovado ela foi embora. E assim fomos começando do zero, sempre do zero, quem tá vindo de fora está sempre olhando com um olhar novo. Às vezes eu falo pra coordenadora atual: “não fique você achando que somos nós que não queremos fazer, é que estamos sempre começando do zero, cada um que vem volta sempre pra trás até a pessoa pegar o jeito e as pessoas vão se desgastando”. Nós se desgasta, é porque a situação que a gente vive aqui, essa angústia de você não poder pagar uma conta de luz, de você não poder honrar seus compromissos... Vocês precisam dar continuidade, eu faço contagem regressiva, mas vocês

¹⁴ A Narradora lembra nesta passagem do projeto do Grupo Habis em parceria com a Caixa Econômica Federal para a construção de casas no assentamento, do qual o coordenador geral da incubadora fazia parte. A família construiu uma casa na agrovila através desse projeto.

não. Mas, olha, essa demora está muito desgastante, e a gente não pode parar no tempo, e não me cobre, podemos fazer. Tem semanas que estamos muito angustiado com outras coisas, a gente agradece por ter a incubadora como parceiro. Aí fica, vamos buscar parceria, se não entrar mais gente... Mas, ninguém vem com a gente, ninguém. Não é que a gente não quer, nós estamos numa situação difícil. Quem vai entrar no grupo? Porque se entrar uma família com a gente vamos ter que ajudar a sustentar e não podemos nem sustentar a nossa direito, e porque estamos juntos ainda porque a gente acredita, nós acreditamos na mudança e é essa mudança que nos sustenta. Só que as pessoas não pensam no potencial que a gente tem.

A parceria do Giramundo com a INCOOP iniciou tão rica, mas está tão distante, porque quando vem o Giramundo essa semana, na outra vem o pessoal da UFSCar, não dá certo. Precisava conseguir trabalhar junto. Nas visitas é uma correria, quando vem fica dois dias, no máximo, vem com um calendário e nós aqui temos outro. Eu falei numa reunião com o Giramundo para voltar a parceria e chamar todos os parceiros juntos e dividir tarefas. Podemos até vir separado, mas sabendo o que cada um está fazendo. Porque senão vem o pessoal de lá e faz uma reunião, vai embora, amanhã fazemos um planejamento com eles e quando vem o Giramundo fazemos outra reunião e outro planejamento, não dá certo, a gente nunca vai pra frente. Está proposto uma reunião com a Embrapa, marcar uma data conjunta, não queremos descartar ninguém é pra gente fazer uma parceria e dividir tarefas .

A distância é um grande problema. O Giramundo está mais próximo. Mas precisamos que o pessoal venha. Acho que devemos trabalhar juntos, porque não podemos ficar rachados, não funciona. Agora temos outra parceria que está entrando com a gente, nós estamos fazendo umas reuniões internas, com outros grupos, estou trabalhando com a comercialização, essa é a maior dificuldade, Outra dificuldade é o transporte. Com a parceria do Ministério do Trabalho eles ajudam, eles vêm buscar aqui e levam pra São Paulo, para o CEAGESP, um bloco dos orgânicos, em São Paulo, e um bloco aqui em Itapeva. São outras parcerias. A prefeitura que é um grande parceiro, e se nós

não aproveitar agora¹⁵, 2008 chega rápido, nós perdemos tanto tempo aqui, isso dói na gente, as coisas não estão na nossa mão, e aí a gente vai se desgastando, foi comprado umas enxadas, quando chega a hora de começar vai ter que comprar tudo de novo, e já se acaba, de ficar encostado.

Muita gente vem conhecer os pequenos agricultores, a roda d'água. Está sendo muita rica, pois é onde nós estamos fazendo propaganda. Por incrível que parece o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) está mandando gente conhecer a experiência da roda d'água. Tem muita gente escrevendo projeto de horta pra comprar o motor, e aí o pessoal fala: "se fosse vocês, antes de comprar isso, fazia uma visita pro grupo de Itapeva". E você vê que estão voltando benefícios para nós, nós temos tudo pra dar certo. Dá angústia na gente, você tem tudo pra dar certo, você está com tudo nas mãos, depois o mato toma conta de novo."

Há diversos projetos sendo desenvolvidos com a família, todavia, não há uma articulação entre as instituições, tampouco um somatório de esforços em busca de objetivos comuns.

"As burocracias emperram muito o andar das coisas. O conjunto de irrigação pra horta era pra chegar agora (janeiro), mas agora dizem que vai chegar só lá pra fevereiro, março, se nós tivesse esse material...mas, percebeu que não vinha, nós damos um jeito, nem que dê a volta, vamos plantar abóbora. É verdade, se nós tivesse conseguido a semente e plantado. Eu corri atrás da COAPRI, ver se eles compravam umas latinhas de semente pra gente plantar e depois pagava lá pra eles. Isso socorria a gente e não dependia de irrigação, mas não conseguimos. Por que será que a gente não consegue? Fazer parceria não está dando certo, nós íamos pegar semente de um cara ali, mas o pessoal ficou com medo, porque teve fofoca no meio, teve gente que disse, porque ele arrenda terra dentro do assentamento, não deixou passar por nós.

O sonho nosso é que se a gente pudesse plantar o lote todo, 21 alqueires de terra. Mas não temos crédito para plantar nesse lote, buscamos

¹⁵ A narradora I aqui se refere à tentativa, que estava acontecendo na época, de participar do Programa de Compra Direta da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) em parceria com a Prefeitura de Itapeva.

todas as formas para que pudéssemos fazer isso mas não estamos conseguindo. Não conseguimos plantar nada até agora, esbarra tudo, porque você não tem autonomia pra comprar semente, você não tem autonomia de pagar máquina pra fazer a terra. O aluguel de máquina encarece bastante, é terrível, o que precisa mais dentro do assentamento é que outras pessoas tivessem condições de comprar máquinas, ou pelo menos fazer um grupo pra negociar as máquinas da prefeitura, mas infelizmente está difícil.

A única coisa que não queremos perder é esse vínculo que criamos entre nós e o pessoal da incubadora, acreditamos que é possível mudar. Mas estamos fazendo uma grande avaliação: vale a pena lutar por edital? Chegamos a uma conclusão: que dependendo do edital essas parcerias não valem a pena não, porque você acaba se frustrando e não atingindo o objetivo principal. Formação é muito importante, avaliação também, mas também se a gente aceitou é porque temos alguma bagagem e tem que respeitar essa bagagem nossa, a bagagem tem que ser respeitada. Eu levei trinta e cinco anos pra unir minha família, manter a família unida, e dentro de cinco segundos é possível destruir, às vezes pela forma de falar, chegar e fazer uma colocação, não é fácil trazer uma família com objetivo, mas todo mundo pensa diferente, vamos colocar pra chegar num comum que satisfaça tudo, isso que a gente quer”.

4.3.2 Narradora 2

“Aqui no assentamento? Como é que começou? Ah! Muito pouco que eu lembro. Eu vim morar pra cá eu tava com 13 pra 14 anos, mas passei depois um tempo na cidade. Faz 8 anos que eu tô aqui de volta. Porque naquela época a gente morava na cidade, né. Daí, minha mãe queria muito vir ficar perto dos pais dela, tal. Os pais dela já moravam na (área) 1. Ela queria muito vir, daí chegou um tempo, o meu pai acabou aceitando a idéia de vim. Viemos. Ficamos um pouco na casa do meu vô, morando perto do meu vô, no lote do

meu vô. Até que surgiu a oportunidade de, acho que através do sindicato, é, através do sindicato, viram que a terra aqui também era irregular, dos holandeses, né. Que eles plantavam, mas não tinham posse de nada. Daí começaram a fazer as reuniões em Itaberá. Até eu fui em algumas reuniões em Itaberá, na Igreja. Aí começaram a juntar gente, a ir atrás de gente nas cidades fora, nos sindicato das cidades de fora.

Até que chegou um dia, eu nem sabia, eu era menina, na época eu tinha 15 anos. Daí meu pai falou que era pra nós ficar quietinha em casa, que eles iam ficar fora aquela noite e no outro dia eles iam ver a gente. E a gente ficou, eu com minha irmã, eu tinha 15 anos. E eles vieram pra cá, juntaram aquela turma, aqueles caminhão encheram de gente das cidades vizinha para montar as barraquinhas aqui. E deu aquele rolo todo com polícia, aquela coisa toda, né. Aí, no outro dia, eles pediram pra gente vim fazer almoço e trazer pra eles aqui na (área) 4. Era bem ali onde é a vila hoje, estava cheio de barraquinhas, chegamos assustadas com aquele monte de barraquinha. A gente não sabia de nada, ficamos preocupadas, não entendia bem ao certo o que era, né. E ali ficamos aquele dia. Daí veio o movimento (o MST) ... não sei se já tinha algum vínculo com o movimento, talvez até já tivesse. Mas era mais o sindicato. O sindicato e acho que a igreja também, que dava muito apoio, a igreja católica. E daí eu fiquei pouco tempo, acho que dois ou três meses, no máximo quatro meses, daí eu fui pra cidade. Fiquei na cidade um tempo. Quando voltei o pessoal já estava assentado aqui há uns oito anos, eu acho. Já fazia tempo que o pessoal tinha conseguido a terra.

Meu pai e minha mãe falam como era a dificuldade de ficar no acampamento, né. Minha irmã ficou também com eles. O que eles passaram embaixo de barraca, e hoje, assim, eles falam, entre aspas, algumas coisas eles concordam com o movimento, outras coisas não, como todo mundo, algumas coisas acha certa, outras não, mas eles trabalham mais pra eles mesmo, não se envolve muito com o movimento, reuniões e tal”.

A época do acampamento é lembrada pela Narradora 2, assim como pela Narradora 1, como uma época de dificuldades, apesar de a Narradora 2 haver morado na cidade por algum tempo e não ter ficado acampada.

Há também percepções divergentes quanto ao “movimento” e os diferentes ideais que movem as famílias assentadas. Conseqüentemente, há diferentes níveis de engajamento na luta coletiva, principalmente após a conquista da terra. Enquanto, para alguns assentados, o “movimento” configura-se em uma possibilidade de luta político-social, para outros, está relacionado à possibilidade de obter um pedaço de terra para a reprodução familiar, ou melhoria de condições de vida. Percepções essas que não são excludentes.

“Aí eu vim pra cá, logo eu casei. Fiquei aqui muito com aquela idéia de cidade ainda, ainda não tinha aquela vontade. Assim, eu sempre gostei de plantar, sempre gostei de ter uma horta, tal, mas quando eu vim da cidade, que eu casei, não tinha muito aquela idéia do que era. Acho que até, querer voltar, eu não queria. Muitas coisas eu não entendia, sabe, porque antes você via uma realidade, depois que eu casei eu comecei a ver outra, sabe. Então, tinha algumas coisas que eu não conseguia entender, que eu não conseguia aceitar. Hoje, tem muitas coisas que eu não aceito, mas respeito. Porque quando o pessoal pegou a terra, era do holandês, né. E a gente via toda aquela coisa bonitinha do holandês, tudo plantadinho, tudo bonitinho. Depois que o pessoal pegou a terra a gente vê que muitos não plantavam, muitos plantavam, outros não estavam nem aí e arrendavam. Aquilo eu não conseguia entender: por que que a pessoa brigou tanto pela terra e hoje não tá nem aí? Então, eu não conseguia entender muito bem a coisa, mas, tudo bem. Como cada um tem que fazer pra si, né, então, tudo bem. Mas depois, com o passar dos anos eu já tinha meu filho mais novo, e sempre era aquela coisa. Eu acho que pra gente comer, pra gente ter o sustento, pra gente cuidar da família a gente tem que trabalhar, independente que seja empregado ou seja por conta própria, tem que trabalhar, né.

Até teve uma época que eu falei para o meu marido pra gente ir embora daqui, que...o meu marido mesmo não tinha perfil de agricultor, né, acho que era mais uma pessoa urbana mesmo, da cidade, não era agricultor. Daí eu conversei, tudo, realmente ele não ia, não ia adiantar eu ficar discutindo com ele. Pedi pra ele pra gente ir pra Apiaí, ser assentado em Apiaí, achei que lá

talvez ele fosse se acertar mais do que aqui. Eu acho que as dificuldades da gente é não ter cadastro. A gente depende totalmente da mãe do meu marido, que tem cadastro da terra dela¹⁶. A gente depende totalmente da terra dela e nem sempre, quando a gente vive na terra dos outros, nem sempre o que a gente quer fazer é o que a gente pode fazer, porque a gente sempre tem que ter a autorização da pessoa, e nem sempre as idéias bate, né. Então, isso sempre complicou pra nós, foi difícil”.

Podemos perceber que, dentro da própria família há opiniões diferentes e alguns conflitos. Esse contexto só pode ser compreendido através da vivência com a família e do estabelecimento de relações de confiança e respeito entre pesquisador e pesquisado, extensionista e agricultor. Essa estreita relação entre os diferentes atores deve estar sustentada por um processo dialógico que rompa com mecanismos socialmente construídos de subordinação entre agricultores e extensionistas, entre o conhecimento local e científico (LUZ, 2007).

“Aí veio a incubadora, as várias pessoas da incubadora que passaram por aqui. Eu não entendia muito bem o que eles tavam fazendo aqui, pra que vieram. Depois, com o passar do tempo, acho que foi uma falha nossa também.

Antes disso, quando dividiu a cooperativa, o nosso Grupo ficou com a granja, eu também não participei das reuniões, eu só sei que no final eles ficaram com a granja e algumas vaquinha, o pessoal lá ficou com o maquinário, né, outras coisa, enfim, dividiu. Eles não tinham maquinário. E eu não estava entendendo bem, mas apoiei, é família, vamos apoiar. Daí continuou a cuidar da granja, continuou a fábrica de lingüiça, eu fui trabalhar na fábrica de lingüiça. Aí tratamos de vender leitão pra um comprador por um preço. Só que o preço do leitão foi aumentando mas nós tínhamos que vender pelo preço combinado pra aquela pessoa. Foi umas quatro ou cinco remessas de leitão lá pra ele. O preço lá fora tava quatro e pouco, três e pouco, o leitão, e nós

¹⁶ Na época em que houve o assentamento das famílias, apenas a matriarca, o Filho 1 e o Filho 3 foram cadastrados para obter lotes, pois somente eles eram maiores de idade. Por isso, hoje, a família possui três lotes de moradia na Agrovila e três lotes de produção que são divididos entre todos eles. Em um dos lotes de moradia eles ainda estão construindo uma casa para o Filho 1 com financiamento da Caixa Econômica Federal. O esposo da Narradora 2, portanto, não possui um lote próprio e mora no lote de produção.

entregávamos pra ele a R\$ 1,80. Foi um prejuízo e tanto, sabe. Eu sei que a gente teve muito prejuízo. Um pouco faltou organização, um pouco comunicação. E na hora de decidir não era o Grupo que decidia, eram poucas pessoas, nunca o Grupo todo. Então, um foi desanimando, outro foi desgostando. Tinha algumas pessoas que não eram da família que participavam ainda do Grupo nessa época (2001/2002), mas eles foram desanimando, desanimando, e acabou que ficou só a família mesmo”.

O Grupo a que se refere a Narradora 2 é o que ao longo do trabalho chamamos de grupo familiar. Durante a época da COPADEC essa família sempre trabalhou como um grupo e era responsável pela granja de suínos. Ao longo dos anos, inclusive depois do fim da cooperativa, algumas pessoas que não eram da família fizeram parte do grupo familiar por curtos períodos, mas ali não permaneceram.

“Nós fomos só tomando prejuízo, prejuízo, e aí veio o Pastone. Veio o Pastone e acho que deu problema lá na firma, também, que acabou não dando certo. E os porcos foram morrendo, na época acho que tinha uns noventa e poucos porcos que foram morrendo. Quando veio o Pastone acho que já tinha em torno de 20 porcos, que era matriz, né, acho que cachaço também já não tinha mais, já tinha morrido tudo. E... não sei o que ficou... Desde quando acabou o Pastone, aí praticamente acabou. Daí começaram a vender a vaca pra comprar comida pros porcos, mas não adiantava nada, por que vendia uma vaca e o dinheiro não dava pra semana pros porcos e pros leitões. E na época não venderam os leitão que era pra ser vendidos era pra vender leitão e comprar comida pras porcas e...

E acabou que morreu os leitão e ficou sem comida pras porcas e sem leitão, daí foi mais um, o pior baque, daí entrava dentro da granja e encontrava os leitão caídos, também não sei a quem culpar, se é uma coisa que a gente não tinha autoridade pra falar porque não era da gente, só é da gente quando a gente realmente tem o cadastro, mesmo trabalhando, mas ainda assim a gente não tinha voz ativa, só trabalhar. E outra, eu me sentia assim sabe, como empregada. Sempre senti. A gente não tem voz ativa.

Depois, quando veio o professor da incubadora, eu quis ajudar, contribuir, né. Daí também não sabia certo o que ia fazer, ele fez as reuniões pra nós, conversou como que era pra ser, como que deveria ser e tal. Daí veio o coordenador executivo I, fez uns projetos, né. Ele ficou de mandar o projeto pra Petrobrás. Eu acredito que fosse de porco ou até de horta mesmo, não lembro certo. Eu sei que foi feito projeto de horta, projeto de porco, sabe? Acho que de outros projetos também que foi feito.

Começaram a falar de Agroecologia, eu acho que foi mais ou menos... Eu comecei a ouvir falar em Agroecologia, Agroecologia mesmo, foi no curso que eu fui em Ribeirão Preto com a Embrapa. Foi a primeira vez que eu ouvi falar em Agroecologia. Era sobre Agroecologia e socioambiental, ai agora eu não lembro, é um nome cumprido pra caramba sabe? Socioambiental não sei o que lá dos agricultores do estado de São Paulo. Era alguma coisa assim, sabe? Não lembro bem ao certo, foi em 96, 95 acho que foi em 95, 95. Acho que a coordenadora executiva II já vinha falando, a gente já falava de quanto a usar o veneno e tal. A gente já não queria mais usar o veneno, então é uma certa Agroecologia, mas mais voltada pra orgânico, essas coisas. Não sei se eu cheguei a ouvir a palavra Agroecologia, tá? Eu lembro mais do orgânico, orgânico e tal, sabe? Isso eu lembro bem! Eles falavam em plantar, cuidar do meio ambiente, plantar árvores, essas coisa, sabe? A horta, sabe?“.

Podemos perceber a incorporação de alguns termos no discurso dos agricultores familiares (i.e.: orgânico, socioambiental), porém, muitas vezes seu significado não é compreendido claramente e não há um esforço das instituições, que muitas vezes realizam ações pontuais, no sentido de que os agricultores compreendam melhor esses conceitos.

A Narradora 2 fala diversas vezes que não sabia ao certo do que se tratavam os projetos realizados com a família. Ou seja, as instituições procuram os chefes de família para dar explicações sobre o projeto que pretendem desenvolver, mas não tomam o cuidado de fazê-lo para toda a família, incluindo esposa e filhos.

“Daí foi quando a coordenadora executiva II veio e falou assim: “O grupo como um todo não tá funcionando, então vamos fazer uma coisa individual,

assim, cada um faz na sua casa. Você faz a sua horta, cada um em sua casa, individualmente...a gente conversa com todos do grupo” ... e foi o que aconteceu. Daí ela veio aqui em casa e a gente desenhou o lote, como a gente queria que ficasse, tal, de que jeito queria ser. Quem fez as hortas na época foi eu e uma das minhas cunhadas que tem casa lá na agrovila. A gente desenhou tudo e eu comecei a fazer a horta, comecei a plantar umas mudas, né. Mas daí logo mudou a coordenação do projeto, daí a gente continuou no mesmo esquema, só que a nova coordenadora executiva (III) já não priorizou mais os lotes, já priorizou o grupo como um todo”.

Esta colocação deixa clara a mudança de objetivos dos coordenadores executivos ao longo do projeto sem a devida discussão com os envolvidos. O objetivo principal da família era a sua união e o trabalho em conjunto. A proposta de trabalhos nos lotes individuais parece ter desestimulado alguns membros da família, que buscaram outros trabalhos no assentamento, o que interferiu na execução do projeto financiado pela FINEP/RTS, que dependia do trabalho coletivo.

“Daí quando surgiu, quando veio o projeto da horta e tal e eu achei legal, falei: “Poxa que legal! Vamos ver se dá certo, eu vou apoiar também!”. E foi pelo meu marido né. Até acho que pelos outros membros da família, enfim, eu falei eu vou, acho que vou apoiar. Daí a gente participou de algumas reuniões. A gente falava: “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo e vamos fazer aquilo outro”, quando dentro da reunião. Saía da reunião, cada um seguia seu caminho e não executava aquilo que era pra fazer, que a gente discutia na reunião. Daí, também começou a desanimar, né? A gente falava: “Vamos fazer isso.” E não fazia. Acho que de certa forma a gente precisava de alguém pra puxar, alguém pra, dizer assim, sabe? Fazer! E os meninos aqui não conseguiam fazer isso! Eu também não. Se a gente combina que vai fazer, acho que não precisa vir eu e falar: “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo.” Cada um devia saber o que ia fazer. E eu a mesma coisa, tinha dia que eu ia e tinha dia que eu não ia. Cada um fazia na hora que queria e que podia. E nisso, acabava não funcionando a coisa. Acabava desanimando. E a gente questionava, por que dizia que tinha outras pessoas no grupo, né? Dizia, é eu,

fulano, ciclano e beltrano, mas na hora de fazer eram só três pessoas que faziam. E as outras pessoas que se dizia fazer parte nunca participavam do trabalho né? E aí foi desanimando!”

Nesse momento, a coordenadora executiva III realiza conversas com cada membro da família para que estes confirmassem sua participação no projeto da INCOOP/UFSCar, pois, como relatado pela Narradora 2, as atividades acordadas não eram realizadas pelas pessoas que se diziam fazer parte do grupo. Nessas conversas, apenas quatro pessoas, entre elas a Narradora 2 e seu esposo permaneceram no projeto. A matriarca desaprovou essa atitude da coordenadora executiva III, pois, na sua interpretação, isso desarticulou ainda mais a família que passava por problemas financeiros e de saúde naquele momento.

“Do projeto do Giramundo eu participei acho que só de uma época. Na época do experimento do milho eu também não sabia como era, não fiquei sabendo, só depois que estava plantando o milho lá. Eu sabia que era, assim, um trabalho com o Giramundo, mas não sabia como funcionava. Agora, do feijão foi uma coisa mais por dentro, assim, eu participei na do feijão, não foi em todas também mas em algumas (reuniões) eu fui.

Então, eu acho que hoje a minha dificuldade maior são as galinhas soltas por que o que você fizer elas vão e detonam. Eu tava sem tela e como agora é época de frio eu pensei: vou deixar elas aí, vou fazer a horta lá onde elas tavam, né. Mas elas não gostavam de ficar, por que lá é lugar pequeno, que batia sol o tempo todo, não tinha muita proteção lá, árvores, essas coisa, tal. E, assim, eu queria fazer um espaço maior, por que lá é um rolo de tela, né. Agora com dois rolos de tela vai ficar um espaço bem grande. Então elas não botam, elas estando fechadas lá, elas não botavam sabe? Agora que eu soltei elas tão todas botando. Daí eu tava pensando, queria ver se até o mês de agosto, que é o mês que o frio vai embora, tal, quero ver se eu tiro aquela tela lá, eu já tinha conseguido comprar a tela e fechar porque, se não fossem as galinha lá, eu já tinha enchido de milho ali, sabe? Mas eu só não plantei milho agora por causa das galinhas, por que se não as galinhas vão comer tudo. Não

é época de plantar milho, tal, mas como é pouca terra, é pouca semente também, o que produzir é lucro.

Por hora, é mais pra cuidar dos porquinhos, porque eu tô com 19 leitões lá em cima e as porcas. É mais pra cuidar dos porquinhos, que vai voltar pra casa, que os porquinhos pode vender. Pode comer também, né? E então é cuidar dos porquinhos lá, e mais pra frente, agora não, quando eu crescer mais também, eu quero fechar aqui com uma tela de porco também, e trazer eles pra cá, pra me ajudar a limpar ali em baixo também. Porque eles ajudam a limpar bastante, né? Não sei se você lembra aqui? No cantinho eles, limpavam bastante, iam cavocando, revirando a terra, ia limpando! E vai me ajudando a limpar, os porquinhos me ajudam e eu acho que mais pra frente, daí sim, mais pra frente conforme a gente vai cuidando né? Vai melhorando a terra, tal, não dá muito pulgão, não dá muita praga, né?

Conforme a gente viu lá na Barra do Turvo¹⁷, né, que conforme vai corrigindo a terra, né? Ela vai tendo um equilíbrio, e as pragas vão diminuindo, né? Das plantas. Melhora sim! Melhora bastante! Os bichinho da terra..."

A Narradora 2, como podemos observar, incorporou nas práticas em seu lote, os alguns princípios agroecológicos dos quais se apropriou durante sua participação, mesmo que parcial, nos projetos que foram desenvolvidos com a família pelas diversas instituições e durante os cursos que ela participou.

"Eu nunca pensei em fazer a minha horta com veneno, nunca pensei em usar veneno! Eu não digo assim, se eu tivesse uma lavoura de feijão! Se eu tivesse esse cadastro, se eu tivesse terra, eu não vou dizer que os meus sete alqueires ia ser ecológico, eu acho que ia ser impossível, né? Eu acho que até em algum determinado momento lá, eu acho que ia usar sim, sabe? Mas aqui no meu lote, de casa, na horta, no que eu produzir aqui não, de jeito nenhum! Isso eu não quero!"

Costabeber (1998) cita como um dos motivos para adesão ao modelo de produção ecológica a preocupação do agricultor com sua saúde e de sua família.

¹⁷ A Narradora 2 participou de um dia de campo promovido pela ONG Giramundo Mutuando no município de Barra do Turvo onde pôde conhecer Sistemas Agroflorestais (SAF's) já implantados e gerenciados por uma cooperativa. Depois dessa atividade ela começou a implantação de um SAF em seu quintal.

“O meu SAF (Sistema Agroflorestal) também vai sair! Ah! Não tem dúvida, não tenha dúvida que vai sair. Porque é aquilo que eu falei, é o modo que você pode equilibrar o solo, a natureza, dar o equilíbrio correto, né. Assim, a diversificação de plantas junto, e eu acho que assim, porque...não sei se você sabe. Eu, como testemunha de Jeová, e a bíblia ela fala que assim, que a terra é de Deus né? Foi ele que fez a natureza, quem fez as coisas, então eu sinto muito amor pela natureza, pelas coisas, que Deus fez, pelos passarinhos, pelos animais, então é uma forma de trazer a natureza mais perto da gente, sabe? Eu gosto muito dessas coisas, então eu acho que é uma forma, assim, de a gente estar mais próximo da natureza e zelar por aquilo que Deus nos deu, né? Cuidando, né? Então, eu acho que é por aí, sabe? Eu quero muito, sabe? Fazer isso. Vou fazer! Não tenha dúvida disso! Eu vou conseguir, não perco a esperança de jeito nenhum!

Mas, em grande escala, por ser em grande escala eu acho que, assim, que é mais difícil você controlar. Porque, assim, num pedaço pequeno você consegue controlar, seja na enxada, usando uma calda bordalesa ou coisa assim, né. Mas eu acho que, assim, eu acho que até dá, mas se você fosse fazendo aos poucos. Faço um pouco hoje, faço uma tarefa agora, daqui mais um tempo eu faço mais um pouco, então se for assim, você fazendo um pouco de cada vez, talvez com o tempo você até consiga fazer, mas de uma vez só eu acho que é difícil, viu? Imagina você vai fazer 2, 3 alqueires aí, um alqueire que seja, de feijão que nem o que a gente fez agora, a gente não conseguiu, talvez seja pouca mão de obra também, né. Poucas pessoas acreditam, né. O alqueire que a gente plantou, a gente não conseguiu. Mas teve a chuva também, né.

Aqui quem tem terra mesmo são três, mas é muito difícil, porque as idéias não batem, cada ser humano tem uma forma de pensar, ninguém pensa igual! Hoje eu penso uma coisa, amanhã eu já penso outra diferente, então é difícil, pra trabalhar junto, tem que ter muita opinião, sabe? Respeitar um ao outro, aprender a conviver com as diferenças um do outro, mas até aprender a conviver com as diferenças é complicado. A gente tem que aprender a

conviver, né, com as diferenças, e quando você não aceita a diferença do outro, aí fica difícil né.

Eu ainda tenho vontade de ter um lote em outro lugar que seja meu. Tenho, né. A gente tem cadastro, no ITESP, e se o ITESP assentar a gente eu vou, mas dizer que eu saio daqui pra acampar em algum acampamento assim, já não. Daqui eu não saio de jeito nenhum! Fico aqui o resto da minha vida, mas não saio daqui. Dizer o resto da minha vida acho que é muito tempo, né. Porque é que nem eu falei pra você, o ser humano muda de idéia fácil, mas, eu não tenho vontade de sair daqui, não por hora, eu não tenho vontade nenhuma de sair daqui, e quanto a ir acampar em outro lugar, muito menos, eu não tenho nenhuma vontade. Já tive, mas não tenho mais, não tenho vontade. Eu penso em ficar aqui, cuidar do meu lote aqui, sabe?

Aqui o meu lote acho que não dá meio alqueire, mas falta pouco, deve dar umas duas quarta, por aí. Mas eu vou, vou fazer sim, pode ter certeza que eu vou cuidar da natureza sim, viu? Por que a minha vontade é essa. É cuidar. E a gente sabe qual que é a melhor forma de ajudar, né, ir melhorando. E eu faço, faço da melhor maneira. E, é lógico, também que isso ajude a gente, reverta em alguma renda, né. Que a gente ajuda ela (a natureza) e ela ajuda a gente, né. E mais pra frente, quando tudo tiver arrumadinho a idéia é comercializar sim. Mas por enquanto, tendo pra o sustento já tá bom demais. E essa idéia de dar pro porquinho lá, já vai aumentando, né?”

Atrelado à dimensão ecológica da sustentabilidade (preocupação com a conservação dos recursos naturais) está a preocupação com a situação financeira e com a reprodução social da família (dimensões econômica e social), o que aparece no depoimento das duas Narradoras. Costabeber (1998) coloca que a transição agroecológica é um processo multidimensional e multilinear e deve ser analisado em suas múltiplas dimensões.

“É uma forma de a gente aprender né? Como eu tava falando pra você, e a bíblia também fala que vai chegar um dia em que nós mesmos vamos ter que, hoje já é né? Hoje nós que temos que cuidar da natureza, mas vai chegar um dia em que nós vamos ter que restaurar tudo isso, né? Então, eu já tô aprendendo desde já! A transformar a terra num paraíso, que é o que a bíblia

fala: que um dia a terra vai ser transformada num paraíso. Tô fazendo a minha parte, né, cuidar dela. Tô praticando agora, o que a bíblia é bem clara em falar isso. Deus é que vai governar a terra e as pessoas que vão morar na terra é que vão cuidar da terra. Cada um vai ter o seu, vai plantar o que comer, né. Vai ter o seu próprio alimento, o seu próprio, vai ter a sua própria casa, e eu acredito muito nisso, então começo já a praticar.

Se alguém chegar em casa: “Você tem tal coisa, você me arruma?” Se eu tiver realmente eu arrumo, eu não tenho problema nenhum com isso, mas agora dizer que eu vou dividir com fulano, com ciclano e com beltrano eu não tenho condição, né. A partir do momento que tiver sobrando, que não vai fazer falta pra minha família, né? A forma de eu trabalhar voluntário, né, eu faço um trabalho voluntário que é sair, ensinando as pessoas de casa em casa, aquilo que a bíblia ensina, né? Eu falo que, embora hoje nós estejamos nessa situação difícil, nem todo mundo tem terra pra plantar, nem todo mundo tem condições de ter um alimento sadio tal. Hoje, realmente tá difícil porque os governos humanos não tão sabendo lidar com a situação e é difícil pra eles mesmo, e a gente tem que entender, não é fácil pra eles, né? Lidar com os problemas de todo mundo, de cada um, mas a bíblia promete que logo em breve, Deus vai solucionar esses problemas, Ele vai governar, e eu acho que eu passando essa mensagem pras pessoas é uma forma de eu trazer um pouco de esperança pras pessoas, né? É uma forma de eu ajudar, eu acho que eu já não tenho condições de fazer isso, acho que já tô tentando fazer, tem muito o que fazer pela minha família tal, aqui no meu lote, tem muito o que fazer, mas assim, trabalhar em grupo como eu trabalhei aqui, tal...”

A dimensão religiosa está presente também nesse caminho de transição e, no depoimento da Narradora 2, ela está muito presente. É impossível separar a dimensão religiosa da dimensão política e da dimensão ambiental. Isso torna complexa a atuação dos profissionais, pois devem ser capazes de perceber e trabalhar tais dimensões.

“Não vou dizer que nunca vá trabalhar em grupo, eu posso até juntar um grupo de mulheres, que eu vi que a gente tem afinidades tal, sabe? O que eu fizer na minha casa a gente vai, vende junto tal, e juntar com o grupo, isso eu

tô disposta, tô aberta pra esse tipo de conversa assim, sabe? Até, outro dia eu tava conversando com uma colega aqui do assentamento pra gente juntar as mulheres e fazer uma barraquinha em algum lote vazio aqui na beira da estrada e vender artesanato, doce se alguém fizer, verdura que plantar, e põe lá embaixo, conversa com o ITESP tal, é uma forma de apoiar, também, ajudar, trabalhar em grupo, pra isso a gente sempre tá aberto, né. E cada um pode fazer na sua casa, não precisa se juntar todo dia, assim: Hoje eu vou ter que largar a minha casa aqui e tal, pra ir lá em tal lugar, pra fazer tal coisa, tal coisa. Não! Eu posso fazer na minha casa, ela pode fazer na dela ou se precisar um dia a gente se juntar tudo... Ah! Tal dia vamos se juntar. Deixa tudo adiantado em casa, né, por que já sabe que naquele dia tem compromisso, tal. Já programado. Agora, que nem aqui...o dia que eu achava que ia lavar roupa eu tinha que.. Tal dia nós vamos fazer isso. Não! É assim, na hora, fala hoje tem que fazer isso. Ah, hoje eu já tirei pra lavar roupa e aí? Daí largava a minha roupa e ia.

Eu faço também um pouco de crochê, um pouco eu tô meia parada, agora, entende? Eu quero plantar, mas agora eu vou me dedicar mais, vou plantar essas mudas, deixar plantado meu lote... Depois que eu deixar plantadinho meu lote, tudo certinho aí eu vou me dedicar mais a essas coisas, sabe? Quero ver se esse mês de maio, esse mês de junho agora, eu deixo tudo plantadinho. Nós já estamos no final de maio, começo de junho, quero ver se eu me dedico mais ao meu lote e, por que agora, eu mesmo tando frio, né? Mas é o que a gente tem que fazer, o que eu vou fazer.

Agora disse que é época de plantar aveia, época de plantar nabo forrageiro, né? Eu não tenho semente desses nabos. Eu já pedi pra uma pessoa da área V, ele falou que ia trazer, eu também não tenho como subir na casa dele, é longe lá na 5, então, eu não tenho nada de inverno. Agora tá nascendo até um feijãozinho de porco, eu tava vendo, tá nascendo ali eu deixei ali, vamos ver. Se nascesse bem o feijãozinho de porco essa época seria bom, encher de feijãozinho de porco lá embaixo, eu já vi umas mucuna aparecendo por aí, sabe? Que é semente que cai e acaba nascendo, eu tava carpindo aqui esses dias e vi umas mucunas ali.

Lá no SAF lá da APP (Área de Proteção Pemanente) o mato tá alto lá, bem alto. Morreu bastante muda... Eu andei procurando lá uns café, umas coisas, achei uns abacate, mas o mato tá quase da minha altura, tá enorme! Tá ruim de andar lá, nossa! Judiação! Tinha que tirar um dia e carpir aquilo lá, Eu falo que não vou, não quero, mas chega na hora eu fico com tanto dó... É, dar uma mão...

Não sei não, muito difícil... Às vezes a gente consegue, né? Fazer o que, a gente pensa, eu acredito que sim também, basta você se dedicar e ter vontade!”.

Há vontade por parte da Narradora 2, como podemos observar, de dar seqüência aos projetos iniciados junto à família. Todavia, a complexidade do processo de transição agroecológica e alguns conflitos familiares também se configuram como entraves para a continuidade das ações.

4.4 Análise do projeto realizada pela família

Em 14 de abril de 2007, foi realizada uma reunião com a pesquisadora e os membros da família que permaneceram até o fim do projeto da INCOOP/UFSCar (o Filho 2 e o esposo da Filha), nela, efetuou-se uma análise das principais potencialidades e fragilidades nas ações dos envolvidos no projeto, as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento do mesmo, os avanços e conquistas e as motivações do grupo e da incubadora.

4.4.1 Potencialidades

a) Nas ações da INCOOP/UFSCar

1. Desenvolver o projeto em um assentamento com foco na auto-sustentação e na geração de renda;
2. Caminhar com intenção de desenvolver atividades dentro de uma cadeia produtiva (neste caso, a cadeia de hortifrutis);
3. Apoiar a ação de grupos que estão à margem dos processos produtivos.

b) Nas equipes de intervenção

1. Trabalho em equipe, aceitando a diversidade cultural da região (primeiro e terceiro coordenadores executivos).

c) No grupo

1. Caminhar com a intenção de desenvolver um projeto voltado à Agroecologia e permanência na terra, tentando envolver os jovens, as mulheres, e, principalmente a família;
2. Disseminar no assentamento a discussão de um modelo agrícola sustentável, contra aquele que o mercado impõe.

d) Nas ações coletivas

1. Criar uma interlocução maior entre a INCOOP/UFSCar e o MST.

4.4.2 Fragilidades**a) Nas ações da INCOOP/UFSCar**

1. Problemas na composição da equipe de intervenção com conseqüências para a parte de auxílio técnico do projeto (demora na implantação do sistema de irrigação, por exemplo, por falta de técnico especializado);
2. Não aceitar e não entender a história do grupo antes da chegada da INCOOP/UFSCar;
3. Colocar como meta do projeto FINEP/RTS a formação de um empreendimento com 15 famílias, sendo que na prática seria muito difícil conseguir esse número de famílias no assentamento para trabalhar com a produção de hortifrutis com base ecológica;
4. Não aceitar a cultura do grupo;

5. Falta de acompanhamento de perto pelo coordenador geral ao longo do processo;
6. A equipe de intervenção tinha que levar os fatos para a coordenação geral para tomar as decisões;
7. Algumas decisões tomadas pelo grupo, juntamente com a equipe da intervenção, em reuniões no assentamento eram modificadas pela equipe da INCOOP/UFSCar em São Carlos; essas decisões tomadas na INCOOP/UFSCar muitas vezes não se aplicavam à realidade do grupo.

b) Nas equipes da intervenção

1. Troca constante dos membros da equipe de intervenção, tendo que retomar grande parte do processo sempre que chegava um novo coordenador;
2. Não cumprimento de atividades planejadas (sistema de irrigação, oficinas);
3. Demora em pedir o sistema de irrigação;
4. Falta de comunicação entre a equipe e o grupo.

c) No grupo

1. Não cumprimento de atividades planejadas (canteiros, comissões, oficinas, participação em reuniões);
2. Criar relação de dependência com a INCOOP/UFSCar.

4.4.3 Dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento do projeto

1. Histórico frustrado das tentativas de formação de coletivos no assentamento;
2. Distância de São Carlos a Itapeva (370 km);
3. Alto custo do projeto;

4. Dificuldade de comunicação entre o grupo e a equipe de intervenção que gerou diversos problemas como: demora para as tomadas de decisões, demora para o desenvolvimento de algumas atividades¹⁸;
5. Burocracias da Fundação de Apoio Institucional da UFSCar, que causou atraso nas atividades de implantação da horta, desde o início do projeto;
6. A adesão de novas pessoas ao grupo estava, na interpretação do grupo, atrelada à implantação da horta, que não aconteceu;
7. Necessidade de renda imediata foi causando evasão das pessoas do grupo e a necessidade de procurar trabalho por dia fora do lote;
8. Dependência de terceiros para a realização de algumas atividades, como preparar a terra;
9. Não comprar o sistema de irrigação desanimou o grupo em um momento que estavam com vontade de trabalhar;
10. Dependência da compra do sistema de irrigação para a implantação da horta.
11. Pressões do grupo X pressões da INCOOP/UFSCar (a autora desta pesquisa interpreta essa colocação da família como uma diferença de objetivos entre esta e a incubadora. Enquanto a primeira espera implantar a horta o quanto antes, já que essa era uma alternativa de trabalho e renda e era uma forma de reativar a granja de suínos, a incubadora tinha como um de seus objetivos formar um grupo suprafamiliar que envolvesse o maior número de pessoas do assentamento);
12. Tentar ampliar o grupo mas não haver interesse de outras pessoas do assentamento em participar do projeto.

4.4.4 Avanços e conquistas

Apesar de todas as dificuldades apontadas acima, tanto pelo grupo quanto pela INCOOP/UFSCar, pôde-se observar alguns avanços decorrentes do projeto:

¹⁸ O grupo não possuía telefone ou Internet, o único meio de comunicação era um telefone para recados, mas nem sempre era possível estabelecer comunicação desta forma em tempo hábil para realizar as atividades dentro dos prazos.

a) Para o grupo/assentamento

1. A retomada da produção no lote, mesmo que em pequena escala, com princípios agroecológicos (projeto também realizado em parceria com a ONG Socioambiental Instituto Giramundo Mutuando);
2. A diversificação da produção no lote de moradia: exemplo da horta individual da Narradora 2, que pretende implantar um Sistema Agroflorestal em seu quintal e ampliar sua horta individual e incorporou à sua prática os princípios da Agroecologia, apesar das dificuldades;
3. Realização de discussões sobre a Agroecologia e suas vantagens em relação à produção de grãos de forma convencional (predominante no assentamento);
4. Começo de uma discussão sobre Agroecologia no assentamento e adesão de algumas famílias a uma diversificação na produção;
5. A volta ao trabalho com a terra de alguns dos membros da família, que estão dispostos a produzir espécies olerícolas mesmo sem a parceria com a incubadora;
6. O interesse de um dos membros em participar da Escola de Agroecologia que vai ser implantada no assentamento;
7. Dois membros da família estão trabalhando ativamente no lote e participando das reuniões com motivação;
8. Pequena renda alcançada nos quatro últimos meses de 2006 (média de R\$70,00/mês);
9. Motivação para a implantação de Sistemas Agroflorestais.
10. A INCOOP/UFSCar foi de fundamental importância para a família, e continuará sendo;
11. Vontade de desenvolver o projeto da horta com ou sem a INCOOP/UFSCar presente;
12. Há pessoas no assentamento acreditando no projeto;
13. Disseminação da agricultura como forma de subsistência no assentamento.

b) Para a INCOOP/UFSCAR/equipe de intervenção

1. Estreitamento das relações da INCOOP/UFSCAR com o MST;

2. Aumento e fortalecimento da equipe de intervenção durante o financiamento do projeto FINEP/RTS, pois foi possível constituir uma equipe mínima qualificada;
3. Sistematização das atividades em relatórios e planilhas (a partir do projeto FINEP/RTS);
4. Registros fotográficos;
5. Trocas de informações sobre Agroecologia e Economia Solidária.

4.4.5 Motivações e interesses

a) Dos membros do grupo

1. Formar um grupo de Agroecologia no assentamento;
2. Reativar a granja;
3. Gerar trabalho e renda;
4. Conseguir produzir nos lotes da família.

b) Da INCOOP/UFSCAR (retirados de arquivos da INCOOP/UFSCar):

1. Promover a economia solidária auxiliando a formação de empreendimentos econômicos coletivos e autogestionários compostos pela classe popular;
2. Promover a economia solidária por meio da cooperação entre empreendimentos solidários e pelo comércio justo;
3. Promover a transição agroecológica no lote do grupo e no assentamento como um todo;
4. Estudar as variáveis que influenciam na qualidade do processo de intervenção;
5. Sistematizar e divulgar conhecimentos que possa subsidiar experiências semelhantes.

5 DISCUSSÃO

5.1 Análise do projeto

Neste item será apresentada uma análise do processo de intervenção da INCOOP/UFSCar a partir dos dados coletados nos depoimentos das histórias de vida das Narradoras 1 e 2, durante o período da observação participante e durante o período de sistematização do projeto para a incubadora.

A última colocação da Narradora 1 em seu depoimento é muito importante para essa análise. Suas palavras foram:

“estamos fazendo uma grande avaliação: vale a pena lutar por edital? Chegamos a uma conclusão: que dependendo do edital essas parcerias não valem a pena não, porque você acaba se frustrando e não atingindo o objetivo principal. Formação é muito importante, avaliação também, mas também se a gente aceitou é porque temos alguma bagagem e tem que respeitar essa bagagem nossa, a bagagem tem que ser respeitada. Eu levei trinta e cinco anos pra unir minha família, manter a família unida, e dentro de cinco segundos é possível destruir, às vezes pela forma de falar, chegar e fazer uma colocação, não é fácil trazer uma família com objetivo, mas todo mundo pensa diferente, vamos colocar pra chegar num comum que satisfaça tudo, isso que a gente quer”

Um fator determinante para o insucesso do projeto parece ter sido a mudança de foco do projeto da granja para o a implantação de uma horta com o envolvimento de outras 15 famílias do assentamento. A granja era um projeto

coletivo da família desde o período da COPADEC, como colocado pela Narradora 2, mas, alguns problemas não permitiram que esse projeto tivesse continuidade. A partir desse momento alguns membros da família desistiram do projeto e passaram a procurar outras formas de garantir a reprodução social dos seus núcleos familiares, já cansados de esperar por resultados do trabalho coletivo.

A mudança de foco mostrou-se constante durante o projeto da INCOOP/UFSCar, acompanhada por mudanças freqüentes da coordenação executiva, como deixa claro o Quadro 4:

Quadro 4. Grandes períodos da intervenção e estratégias utilizadas pelas diferentes equipes da INCOOP/UFSCar

Períodos da intervenção	Estratégias utilizadas
2002 – coordenador geral	Levantamento de tópicos da cadeia produtiva. Levantamento das expectativas do grupo. Fechamento de toda a cadeia produtiva relacionada à granja de suínos.
2003/2004 – coordenador executivo I	Foco do trabalho na granja de suínos. Elaboração do termo de referência (projeto reduzido) – compreendendo as áreas da suinocultura, produção de hortifrutis e plasticultura (estufa) que são enviados para Petrobrás, CNPq, Fundação Banco do Brasil e outros.
2005 – coordenadora executiva II	Respostas negativas aos projetos para a granja, resultando no trabalho com as famílias individualmente. Objetivo de fazer um projeto coletivo sem perder a individualidade.
Novembro de 2005 a Fevereiro de 2007 – coordenadora executiva III (Financiamento FINEP/RTS)	Tentativa de estabelecimento da identidade do grupo, com respeito à cultura e à diferença. Equívoco em colocar o número de 15 famílias no projeto enviado à FINEP/RTS, com perda do objetivo principal da granja, assim como de outros elos da cadeia produtiva: frutas, agricultura, galinhas, plasticultura, fábrica de embutidos.

A necessidade de financiamentos leva a instituição, às vezes com o consentimento do próprio grupo, a mudar o foco de um projeto, prejudicando a sua execução, como visto nesta experiência. A própria matriarca coloca que a

família agora pensa em não concorrer a alguns editais, somente àqueles que vão ao encontro dos objetivos da família, senão, estes poderão se frustrar e se desestabilizar.

Santos (2007), refletindo sobre as intervenções das organizações vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em projetos desenvolvidos com agricultores familiares, coloca que estas organizações têm identificado a necessidade de mudança nos modelos de intervenção. Essas organizações, muitas vezes desenvolvem projetos com “especialização temática”, ou seja, elegem uma cadeia produtiva ou produto para trabalhar, como café orgânico ou sistemas agroflorestais, por exemplo. Ao realizarem um trabalho específico, perdem a dimensão sistêmica que o saber agroecológico deve ter.

Apesar de no início, entre os anos de 2002 e 2004, as reuniões realizadas com o grupo familiar abordarem discussões sobre todos os elos relacionados à cadeia produtiva da granja, o projeto enviado à FINEP/RTS focou esforços na implantação da horta coletiva no lote de produção da família. A mudança de foco do trabalho com a granja de suínos, relacionado a outras possíveis atividades produtivas desenvolvidas no lote pela família, para a horta, foi acompanhado pela perda da visão do todo pela incubadora.

A especialização temática em algumas experiências está diretamente ligada a uma lógica de intervenção voltada para o mercado. Em alguns casos, os grupos de agricultores envolvidos nos processos de construção do conhecimento estiveram também engajados na criação de organizações orientadas para a comercialização, a exemplo de cooperativas (SANTOS, 2007, P.23).

O projeto da INCOOP/UFSCar é um bom exemplo de intervenção voltada à criação de organizações orientadas para a comercialização. A principal motivação da incubadora era a formação de empreendimentos econômicos coletivos e autogestionários, realizando também atividades de formação em Agroecologia e Economia Solidária (oficinas, dias de campo, discussões e leituras) durante a intervenção.

O processo sócio-histórico local foi um dos aspectos do todo que a incubadora não levou em conta ao focar os esforços do projeto nas atividades da horta. Podemos observar conflitos anteriores no assentamento que impediram a ampliação do grupo e a formação de uma nova cooperativa, ou um empreendimento coletivo, pois havia problemas da COPADEC ainda não resolvidos entre os assentados. Muitas vezes, projetos propostos por instituições externas fazem aflorar conflitos latentes nas comunidades. A incubadora poderia ter feito um trabalho junto a outras famílias, paralelamente, para que esse empreendimento coletivo pudesse vir a se concretizar.

Diagnósticos prévios bem realizados podem prever ações no sentido de neutralizar ou minimizar tais conflitos. A vivência maior com a comunidade também pode contribuir para identificá-los. Todavia, a distância de São Carlos ao assentamento criava uma dificuldade para que ali se iniciassem outros projetos e para que se tivesse um contato mais longo com a família e com outros agricultores do local.

As mudanças da coordenação executiva também não permitiram que houvesse um entendimento mais aprofundado daquela realidade. A descontinuidade do projeto, com constantes avanços e retrocessos e a busca por financiamentos que não se concretizaram, desestimularam os participantes, que prezavam pela reprodução social de suas famílias.

Deveria ter sido feito um trabalho com maior número de famílias e maior articulação com outros projetos e iniciativas que estavam ocorrendo no assentamento.

Uma das motivações da incubadora era a formação de redes de cooperação entre empreendimentos solidários de comércio justo, todavia, esse objetivo não foi alcançado. A matriarca identifica que o fato de mais de uma instituição desenvolver projetos com focos diferentes prejudica o grupo familiar, pois há um “bombardeio” de informações, que nem sempre vão ao encontro do objetivo principal do grupo (no caso, a reativação da granja e a união da família). Essa desarticulação entre os projetos das diferentes instituições mostrou ser um grave problema, pois cada uma delas procurou a família com um objetivo específico, e estes objetivos não se somaram para alcançar uma

mudança mais profunda. Nesse sentido, Santos (2007, p.33) observa que nos casos de projetos voltados para a formação/assessoria de cooperativas e/ou associações, esses processos tendem para a construção de arranjos institucionais mais complexos, nos quais “a construção de parcerias assumem um papel importante”, como podemos observar neste estudo de caso.

Na análise realizada pelos membros do grupo, estes colocam que a família criou uma dependência em relação a INCOOP/UFSCar. Percebe-se uma forte dependência da família em relação a projetos. Uma explicação para esse fato é o alto grau de endividamento da família, que não consegue acessar créditos bancários. Uma alternativa para eles é a participação em projetos.

Todavia, esses projetos muitas vezes são pontuais. Não há uma análise da conjuntura político-econômica local, tampouco articulações interinstitucionais necessárias.

Nesse sentido, as lideranças locais e o “*movimento*” poderiam participar mais ativamente na articulação entre as diversas instituições que desenvolvem projetos dentro do assentamento, para garantir que as ações levadas a cabo estejam de acordo com os projetos políticos, econômicos e sociais desses agricultores e contribuam efetivamente para uma mudança mais profunda naquela realidade. Todavia, é necessário pontuar novamente que esse projeto nem sempre é único para todos os que ali vivem, e essas diferenças devem ser levadas em consideração.

Santos (2007) ressalta a importância de elaboração de estratégias de desenvolvimento local e/ou territorial pelas instituições promotoras das experiências agroecológicas junto aos agricultores. Em vez de assessorar grupos específicos essas instituições devem promover processos sóciopolíticos de articulação, construções coletivas de propostas com representantes dos grupos locais e fortalecer redes de relações entre as famílias (sempre levando em consideração a conjuntura dos conflitos históricos).

Para Luz (2007), as metodologias empregadas devem contribuir para o protagonismo e a autonomia dos (as) agricultores (as) e suas organizações, subsidiando a estruturação de organizações e a participação dos agricultores

nos espaços de tomadas de decisões que têm influência direta em suas realidades.

Deveria haver financiamentos mais longos para projetos de Agroecologia e desenvolvimento rural, pois os processos que se estabelecem nesses projetos são complexos e envolvem a vida de muitas famílias. Esses projetos deveriam ser financiados por políticas públicas bem estruturadas, apoiados por equipes de assistência técnica e extensão rural que auxiliassem os agricultores na gestão dos mesmos. Se houvesse uma equipe estruturada, qualificada e fixa, que tivesse seu trabalho baseado nos princípios da Agroecologia haveria maior continuidade dos trabalhos e maior possibilidade de alcançar seus objetivos.

Caporal (2007b, p.136) salienta a “importância do papel do Estado, de suas instituições e das políticas públicas na potencialização e disseminação de processos de transição da agricultura convencional a estilos de agricultura e desenvolvimento rural sustentáveis”. Um dos papéis da já existente Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) é a potencialização e articulação dos trabalhos das diferentes instituições atuantes em uma determinada região.

Se não houvesse tantas alterações de componentes na equipe da INCOOP/UFSCar ao longo do projeto no assentamento, esta poderia ter identificado iniciativas comuns potenciais a serem desenvolvidas de forma coletiva por algumas famílias do local. Muitos trabalhos em assentamentos rurais são realizados com os grupos de lideranças, que acabam concentrando projetos (no depoimento da Narradora 1 ela cita seis parcerias: INCOOP/UFSCar, Giramundo Mutuando, EMBRAPA, MDA, MTE e prefeitura). As instituições devem basear seus projetos em diagnósticos realizados com a participação de representantes de todos os grupos de agricultores presentes na comunidade.

Há fortes evidências de que os(as) agricultores(as) envolvidos(as) nos processos de geração e difusão de conhecimentos [...] têm contribuído para o avanço das práticas agroecológicas e suas localidades. No entanto, alguns relatos alertam para o risco de se criar uma diferenciação social nas

comunidades ou municípios na medida em que, dentro de um grupo social mais amplo, somente aqueles escolhidos segundo critérios predefinidos têm acesso a novas informações, contatos e conhecimentos, sem necessariamente transmiti-los com eficácia a um número maior de pessoas. Isso traz à tona o velho problema da relação entre as lideranças e sua base social e levanta a seguinte questão: será que com isso não se estaria favorecendo a formação de uma *elite* local detentora de informações, de conhecimento e, portanto, de poder? (SANTOS, 2007, p.28).

Reforçamos aqui, a necessidade da formação de profissionais capazes de compreender a agricultura de forma mais ampla e que tenham condições de trabalhar com os(as) agricultores(as) familiares em instituições que desenvolvam ações integradas em uma perspectiva agroecológica.

Esses profissionais devem ser capazes de trabalhar com as comunidades no sentido de diagnosticar, além dos conflitos já citados, as potencialidades do local, sem perder a visão do todo. No depoimento da Narradora 2, ela esclarece que, tanto no início do projeto da INCOOP/UFSCar, como do projeto da ONG Instituto Giramundo Mutuando, ela não sabia o que exatamente estava acontecendo, mas quis participar para ajudar seu marido. No final, ela reconhece ter adquirido muitos conhecimentos em relação aos princípios da Agroecologia e ter aderido a um outro tipo de agricultura, apesar de fazer algumas reflexões importantes sobre sua adoção em larga escala. Ela também indica um interesse em organizar um grupo de comercialização com outras mulheres do assentamento, contanto que isso não a impeça de continuar cuidando de sua família.

Uma das definições de agricultor familiar ou camponês é aquele que tem a terra como espaço de trabalho e reprodução social e não como fator de produção com o objetivo de obter lucros e poder (GEHLEN, 1988 citado por CAPORAL & COSTABEBER, 2007). Neste estudo de caso fica clara a gestão da propriedade rural pelo grupo familiar de forma a garantir sua reprodução social e permanência no campo (Narradoras 1 e 2). Essa constatação subsidia nossa abordagem ao longo deste trabalho de que a agricultura é mais do que um conjunto de práticas agrícolas voltadas à produção de mercadorias, pelo

contrário, para o agricultor familiar é uma construção social de um grupo em um determinado contexto local, regional e global.

A presente análise reforça a complexidade das realidades nas quais se desenvolvem projetos em Agroecologia e que devem ser compreendidas para que os resultados esperados revertam-se realmente para os agricultores. Para isso, faz-se necessária a sistematização e divulgação dos resultados, tanto positivos quanto negativos, dos projetos. Além disso, a reflexão contínua e concomitante à execução do projeto e o registro sistemático da experiência são ações importantes para que não haja mudanças de estratégias das diferentes equipes ao longo do tempo, sem discussões com os agricultores e suas famílias.

Este trabalho deixa clara a influência do sistema social nas tomadas de decisões dos agricultores, tanto em relação a assuntos de cunho agrícola como organizativos e como o contexto histórico do local precisa ser compreendido profundamente para que projetos na área de Agroecologia obtenham resultados significativos no que diz respeito à transição do modelo agrícola dominante para uma agricultura de base ecológica.

Outros fatores determinantes para o insucesso do projeto analisado foram: a descontinuidade das atividades da incubadora, devido a mudança constante de coordenação, a adequação dos objetivos do projeto a editais de curto prazo e a desarticulação das entidades que não conseguiram realizar trabalhos conjuntos.

5.2 Análise da transição agroecológica

Como dito anteriormente, o projeto da INCOOP/UFSCar faz parte de um processo de transição agroecológica vivido pela família cujo estudo de caso é o suporte deste trabalho. A Narradora 1 coloca que esse processo está ocorrendo desde que eles entenderam que o modelo de produção convencional de grãos adotado pela cooperativa da qual faziam parte na

década de 90 mostrou-se inadequado para aquela realidade. A alternativa para esse modelo hegemônico, segundo ela, era a diversificação:

“E a coisa começa a cair quando pára com as estufas, pára com o gado, vai diminuindo. E a lavoura sozinha não se sustenta, ela começou a corroer a granja”

Isso também ocorreu com outras famílias do assentamento, e hoje, a opção do setor de produção do Movimento dos Sem-Terra é a produção em bases ecológicas, pois a forma convencional não se apresenta mais viável ao agricultor familiar.

Quando o coordenador geral da incubadora chegou no assentamento no início da década de 2000 houve uma confluência de interesses, pois a família procurava uma forma de reativar a granja e de garantir sua reprodução social. Nesse caso, portanto, a proposta de transição agroecológica surgiu de forma endógena (o fato de a família fazer parte da liderança de um movimento social foi importante para essa opção). Porém, houve a necessidade de parcerias para viabilizar esse processo.

Todavia, no caso da Narradora 2, esse interesse por uma agricultura de base ecológica deu-se por interferência externa. Ela disse que começou a ouvir falar em Agroecologia em um curso desenvolvido pela EMBRAPA do qual participou, porém, já havia propensão para a adesão a esses princípios de sua parte devido ao fato de sua religião ter como princípio o cuidado com a natureza. Muitas vezes essa é uma porta de entrada para alguns projetos, uma forma de aproximação com determinados grupos.

Neste caso, a adesão à Agroecologia foi uma opção da família, porém, a sugestão da Economia Solidária é da incubadora.

Costabeber (1998) relata que muitas vezes as ações dos indivíduos no processo de transição são isoladas inicialmente, porém, com o tempo, estes percebem a necessidade de articular seus interesses particulares com estratégias de ação coletiva para enfrentarem os novos desafios que se estabelecem e para que se assegure a continuidade desse processo de mudança.

Neste trabalho, entendemos a Economia Solidária como uma proposta de ação social coletiva que pode contribuir para a transição agroecológica. A Economia Solidária é aqui apontada como uma alternativa viável para esses agricultores à margem do modelo de produção hegemônico e que enfrentam a atual crise agro-ambiental e social. Todavia, essa crise é percebida de diferentes formas pelos diferentes sujeitos participantes dessas experiências, como pudemos constatar nas narrativas da história de vida da família.

Também se faz necessária a compreensão de que a aceitação dessa alternativa passa por diferentes aspectos sócio-históricos como, neste caso: a) o histórico de conflitos dentro do assentamento decorrente de um processo anterior mal sucedido de formação de cooperativas, que gerou conflitos recorrentes da família com outros membros do assentamento; b) a vontade da família, colocada claramente pela matriarca, de querer trabalhar juntos; c) a afirmação da Narradora 2 de que a família já havia constituído um grupo do qual faziam parte pessoas que não pertenciam à família, mas estes não permaneciam no grupo.

Estes fatos dificultaram a formação de um empreendimento econômico baseado nos princípios da Economia Solidária, visto que, neste caso, as relações familiares se sobressaíram às relações de autogestão, propostas ao grupo familiar. Não houve a entrada de mais famílias no projeto. Segundo a percepção deles, porque as outras famílias não poderiam aguardar o retorno financeiro advindo do projeto, visto que necessitavam de recursos econômicos imediatos que garantissem sua reprodução social.

Nesse sentido, a Economia Solidária se mostra como alternativa para a ampliação dos horizontes da pesquisa e extensão rural agroecológicas, todavia, deve-se entender o contexto maior no qual esses complexos sistemas sociais vinculados à agricultura estão inseridos para que a junção desses dois temas tenha resultados significativos.

A transição agroecológica não é um modelo estático a ser seguido da mesma forma em todas as propriedades agrícolas. Tampouco é a passagem de um estado a outro, pré determinados, ao contrário, é um processo dinâmico cujas dimensões temporal e histórica são de extrema importância. Há diversas

vias de transição. Desde formas do que Caporal (2007a) chama de “intensificação verde”¹⁹ até as proximidades do pólo oposto, teórico, onde se situariam as formas de agricultura ditas alternativas, que buscam maior aproximação e integração entre os conhecimentos agrônômicos, culturais, ecológicos e com outras disciplinas correlatas. Um *continuum* de estados é possível nesse processo.

“[...] a transição agroecológica se refere a um processo *gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas*, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção à estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias com base ecológica (CAPORAL, 2007b, p.129. grifos no original).

Caporal (2007b) coloca, ainda, que a transição agroecológica é um processo social, que implica não somente em uma maior racionalização econômico-produtiva, mas também em uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Essa pesquisa vai ao encontro das colocações desse autor, pois ao longo dos projetos, tanto da INCOOP/UFSCar quanto da ONG Instituto Giramundo Mutuando, os membros da família demonstraram mudanças de atitudes e valores, tanto em relação aos recursos naturais quanto às atividades econômico-produtivas. Como exposto, algumas ações foram colocadas em prática como: a diversificação de culturas no lote (principalmente o cultivo de hortifrutis), a plantação de cerca-viva, o uso de adubação verde, a implantação do SAF, a confecção de mudas pela própria família, a troca de algumas sementes com outros assentados e as ações que a Narradora 2 começou a realizar no seu lote individual, sua pequena produção para a venda, seu entendimento dos princípios agroecológicos e adesão ao trabalho coletivo.

Todavia, um exemplo da complexidade dessa transição foi a colocação dos próprios agricultores daquela família que disseram ter utilizado adubo

¹⁹ Para Caporal (2007a) a “intensificação verde” ocorre mediante a difusão e adoção de tecnologias e práticas agrícolas ambientalmente mais limpas, destinadas a aumentar ou manter a produtividade da agricultura por unidade de área e de mão de obra ou por razões puramente econômicas e de mercado, sendo uma estratégia dirigida principalmente a zonas agrícolas mais aptas. Isso, todavia, não implica em uma mudança em relação ao modelo de agricultura convencional e nem tampouco se preocupa com a adoção de práticas sustentáveis a médio e longo prazo.

químico que obtiveram a um preço baixo antes de plantarem o milho do experimento realizado em parceria com a ONG. Essa colocação não é aqui colocada de forma a se fazer um juízo de valor, mas para deixar claro como esta transição é um processo multilinear e multidimensional, no qual as decisões tomadas envolvem as múltiplas dimensões daquela realidade. Mesmo com a adesão aos princípios ecológicos, outros fatores influenciam nas tomadas de decisões dos agricultores, o que não significa que estes regrediram em sua caminhada.

“A transição agroecológica não implica em uma revolução” (CAPORAL, 2007b, p.137), mas em um processo lento e gradual no qual cada família agricultora, muitas vezes com a participação de extensionistas rurais e outros profissionais, realiza suas escolhas no sentido de enfrentar os desafios e riscos na busca de sua reprodução social e do manejo sustentável dos recursos naturais.

Para ficar mais claro como alguns passos nessa transição já foram dados e como ainda há muito por ser feito, colocam-se aqui algumas fotos de atividades que bem-sucedidas ao longo da história dessa família e de sua relação com a INCOOP/UFSCar.



Figura 4. Construção da composteira no lote de produção da família durante o XII Estágio de Vivência em janeiro de 2006.



Figura 5. Espiral de ervas construído no quintal da casa da Narradora 2, juntamente com a equipe de intervenção da INCOOP/UFSCar, em julho de 2006.



Figura 6. Início da construção de um viveiro de mudas no lote de produção da família em julho de 2006.



Figura 7. Confeção de mudas de hortaliças no espaço da granja de porcos desativada em uma das tentativas de implantação da horta coletiva em julho de 2006.



Figura 8. Implantação de uma horta na estrutura desativada da granja de suínos localizada no lote de produção da família em julho de 2006.



Figura 9. Confecção de biofertilizante pelo grupo familiar, em parceria com a ONG Instituto Giramundo Mutuando, para utilização na horta e na plantação de milho em agosto de 2006.



Figura 10. Implantação da roda d'água para irrigação da horta coletiva e abastecimento das residências no lote de produção em julho de 2006.

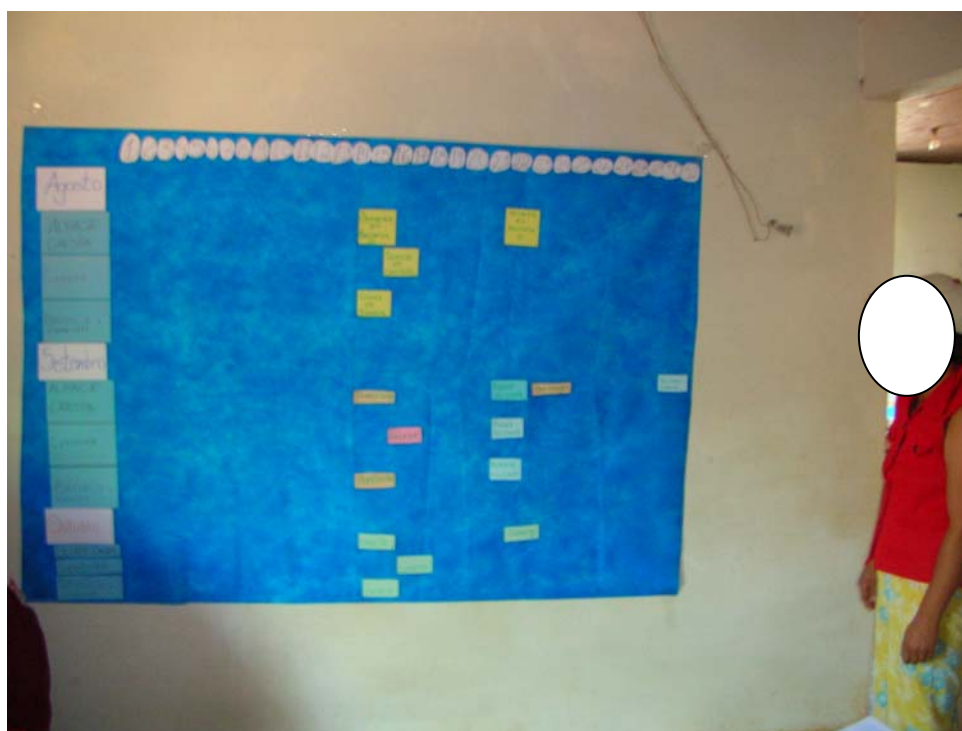


Figura 11. Calendário de plantio das espécies que estariam presentes na horta coletiva, elaborado pelo grupo, em parceria com a equipe da INCOOP/UFSCar, elaborado em agosto de 2006.



Figura 12. Salada preparada com os produtos colhidos na horta da Narradora 2 em janeiro de 2007.



Figura 13. Em A, B, C, D, E e F podemos observar diferentes locais do lote individual da Narradora 2, que apresentam grande quantidade de espécies cultivadas para comercialização e consumo da família, em dezembro de 2006.

5.3 Pontos importantes a serem considerados em projetos futuros

Algumas questões colocadas nas análises do grupo e da pesquisadora são importantes aspectos a serem considerados nos próximos projetos levados a cabo pela INCOOP/UFSCar, ou outros grupos e instituições que desenvolvem projetos, principalmente em assentamentos rurais e/ou com agricultores familiares. A seguir trataremos mais detalhadamente cada um deles.

<p>1) Necessidade da formação de uma equipe de intervenção estruturada desde o início do projeto.</p>
--

<p>Esta experiência deixou claro que a mudança de coordenadores executivos ao longo do projeto, cada um com objetivos, formações e dedicações diferentes, foi um dos pontos cruciais para que o grupo se desestruturasse e suas expectativas não fossem alcançadas, desanimando os membros do grupo. Os primeiros coordenadores não tinham uma dedicação exclusiva ao projeto e não puderam realizar trabalhos consistentes, apesar das expectativas criadas junto à família. Fato que, aliado à descontinuidade das ações, configurou-se em um forte fator para o insucesso da intervenção.</p>
--

<p>2) Necessidade de organização dos dados das intervenções e arquivamento dos mesmos.</p>

<p>Para que haja continuidade do projeto ao longo do tempo, mesmo com a mudança de membros da equipe de intervenção, deve haver uma organização sistemática dos dados e das experiências e arquivamento dos mesmos para que quem venha a trabalhar com o grupo tenha conhecimento das atividades já realizadas e não repita as mesmas atividades nem perca o foco do projeto.</p>

3) Necessidade de deixar claro desde o início os objetivos da instituição para o grupo.

Desde o início do projeto é necessário deixar claro que a incubadora só trabalha com grupos e que seu objetivo é a promoção da economia solidária e a formação de empreendimentos econômicos coletivos e autogestionários suprafamiliares que de preferência se insiram em redes solidárias e no movimento de economia solidária.

4) Necessidade de participação ativa do coordenador geral no trabalho em campo

Essa participação maior do coordenador geral nas atividades no assentamento diminuiria a distância entre as decisões tomadas em campo e aquelas discutidas com o restante dos membros da instituição. Além disso, diminuiriam, também, os impactos causados pelas constantes mudanças na equipe, pois seria uma pessoa que centralizaria algumas informações importantes que seriam repassadas para as novas equipes, para haver maior continuidade das ações do projeto, sem que seja necessário “começar do zero novamente” a cada mudança de coordenação executiva.

5) Diagnósticos prévios das realidades locais são essenciais

Para dar início a projetos em uma determinada área, principalmente em assentamentos rurais, seria necessário realizar inicialmente diagnósticos socioambientais e econômicos na área. Esses diagnósticos teriam como objetivo identificar as potencialidades e problemas locais, identificar os diferentes grupos e forças políticas dentro do assentamento, resgatar o histórico da área. Durante esse diagnóstico também seria o momento de apresentar a incubadora ao maior número de pessoas e grupos e identificar públicos potenciais interessados na formação dos empreendimentos. Com esse processo,

aspectos importantíssimos da cultura local seriam levantados e serviriam como base para o trabalho da incubadora e para a formação de grupos mais representativos e coesos.

6) Necessidade de membros na equipe com conhecimento sobre a cadeia produtiva escolhida pelo grupo.

Durante a fase do projeto financiada pela FINEP/RTS ficou clara a necessidade de membros da equipe com conhecimentos técnicos sobre a cadeia produtiva de hortifrutis, ficando comprometida a implantação do sistema de irrigação necessário para a horta. A demora do início da produção desanimou e desarticulou o grupo.

7) A participação do grupo é essencial no momento de construir projetos

O projeto enviado à FINEP/RTS foi escrito rapidamente, por questões de prazos, e sem a participação do grupo, o que gerou discordâncias sobre alguns pontos do projeto e a necessidade de reformulação do orçamento (o que gerou mais atraso para a implantação da horta). Se há a participação do grupo no momento de escrever o projeto há menor probabilidade de desacordos sobre o mesmo e maior probabilidade de corresponder à realidade e unir o grupo em função dos objetivos serem acordados coletivamente.

8) Dar prioridade a trabalhos realizados na região onde se encontra a instituição

O tipo de trabalho realizado pela INCOOP/UFSCar, e outras instituições que realizam trabalhos de Agroecologia, Economia Solidária e Extensão Rural, demanda comunicação e vivência constante com os grupos, portanto, o fato destas instituições encontrarem-se distantes fisicamente dos grupos dificulta muito o trabalho. Em diversos

momentos a equipe da INCOOP/UFSCar não conseguiu se comunicar com o grupo (e vice-versa) e o trabalho ficou comprometido.

9) Articular os projetos realizados outras instituições que estejam atuando nos mesmos locais

Deve haver um esforço das instituições para realizar um trabalho integrado nos locais onde atuam e também articular junto às organizações formadas pelos próprios agricultores, para que haja autonomia por parte desses últimos nas tomadas de decisões.

6 CONCLUSÕES

A partir desse estudo de caso foi possível concluir que:

- 1) Projetos de Agroecologia e desenvolvimento rural com financiamentos de curta duração podem não atingir resultados significativos no que tange a uma mudança do modelo de produção convencional para um modelo de produção sustentável, em virtude dessa mudança não ser simples e linear e não existir um modelo pronto a ser seguido. Pelo contrário, é um processo lento, que sofre influência de vários fatores (histórico, culturais, políticos, ambientais e econômicos);
- 2) Para garantir essa mudança profunda do modelo de produção em assentamentos rurais é necessária uma política pública de extensão rural eficiente no país, comprometida com a agricultura familiar e fundamentada nos princípios da Agroecologia, com a formação de escritórios descentralizados dos órgãos públicos de extensão rural, próximos dos agricultores e com equipes interdisciplinares com número suficiente de profissionais qualificados para atuarem em projetos com financiamentos de longa duração, com a participação real da comunidade, objetivando a geração de processos sustentáveis e autônomos nas mesmas.

3) As ONG's e instituições de extensão universitária não suprem o papel do Estado, porém têm importante papel político, de elaboração e execução de projetos de extensão rural agroecológica que devem ser apoiados por políticas públicas eficientes.

7 LITERATURA CITADA

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p.33-55.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M.A.; YURJEVIC, A. **Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável na América Latina**. Agroecologia e Desenvolvimento, Curitiba, v.1, n.1, p.21-35, ago. 1993.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BEZE, Z. et al. Processo de discussão e implementação do plano de recuperação do PA Pirituba II. In: FERRANTE, V. L. S. B.; JUNIOR, O. A. (Org.). **Assentamentos rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.6, p.11-28, jul/dez. 2006.

CANUTO, J. C. **Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas**. 1998. 200f. Tese (Doutrado) – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R. As bases para a extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007a. p.49-77

CAPORAL, F. R. Superando a revolução verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007b. p.121-137.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolência. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007. p.5-15.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASSARINO, J. P. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária. In: KÜSTER, A; MARTI, H. F. **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer; DED, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, C. M. O.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Processo de organização da produção em assentamentos rurais no Brasil: a fazenda Pirituba/SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**.

Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

COSTABEBER, J. A. **Acción coletiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 422f. Tese (Doutorado) – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. 325f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. **Revista Travessia**, São Paulo, v.14, n.39, p.15-20, 2001.

FREITAS, M. T. de A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J. e; KRAMER, S. **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003. p.26-38.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Assentamentos: situação quanto à localização**. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 30 abr. de 2008

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. (Ed.) **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p.21-51.

HECKERT, S. M. R. Relação universidade e trabalhadores: as ITCP's universitárias. In: MELLO, S. L. **Economia Solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PN, 2005. p.126-128.

IAMAMOTO, A. T. V. **Agroecologia e desenvolvimento rural**. 2005. 79f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

INCRA. **Guia da reforma agrária em São Paulo**: introdução às questões agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo. INCRA: São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa físico do Estado de São Paulo**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jan. de 2008.

LOERA, N. R. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

LUZ, C. Articulação Mineira de Agroecologia: o papel das redes na construção do conhecimento agroecológico. In: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Org.). **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. p.37-55.

MARGULIS, L.; SAGAN, D. **O que é vida?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Agricultura Familiar. Grupo de Trabalho Ater. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**: versão final, 25/05/2004. Brasília, 2004.

MUSSOI, E. M. **Integración entre investigación y extensión agraria em um contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo**: el caso de Santa Catarina, Brasil. 1998. 411f. Tese (Doutorado) – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

NORGAARD, R. B.; SIKOR, T. O. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. (Ed.). **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p.53-83.

PRETTY, J. N. **Regenerating agriculture**: policies and practice for sustainability and self-reliance. Londres: Earthscan Publications Limited, 1995.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, A. D. Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia. In: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Org.). **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. p.19-36.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.35-45, jan./mar. 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.18-28, jan./mar. 2002.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.38-48, jul./set. 2002.

SIMÓN FERNÁNDEZ, X; DOMINGUEZ GARCIA, D. Desenvolvimento Rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.17-26, abr./jun. 2001.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.